



**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU  
REALIZADA NO DIA CATORZE DE  
SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.**

----- No dia catorze de Setembro de dois mil e nove, teve lugar no Solar dos Peixotos, a quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

----- A Sessão teve início às catorze horas e quarenta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Alberto Gonçalves da Ascensão, António Fernando Correia de Campos, Eugénia Cristina dos Santos Neto, José Alberto da Costa Ferreira, José Mário Aguiar, Luís Manuel Fernandes Simões, Manuel Filipe Marques, Maria Isabel de Almeida Fernandes e Pedro Filipe dos Santos Alves. -----

- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, três exemplares das revistas, número cento e oitenta e um, referente ao mês de Junho e a número cento e oitenta e dois, referente ao mês de Julho. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: diversos convites à Assembleia Municipal; convocatória do Conselho Municipal de Educação para a reunião ordinária que se realizou no passado dia catorze de Julho; convite do Conselho Municipal de Segurança para a reunião daquele órgão que se realizou no passado dia vinte de Julho; ofício para ser agendado na Sessão de catorze de Setembro de dois mil e nove; informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A Junta de Freguesia de Ribafeita solicitou, via e-mail, a esta AMV, a alteração do seu endereço electrónico. -----

- A ViseuTV – Televisão Regional na Internet, remeteu a esta AMV, carta a solicitar a alteração da morada. -----

- A ATAM – Associação de Técnicos e Administrativos Municipais comunicou a este Órgão Autárquico a realização do “XXIX Colóquio Nacional da ATAM”, que se realizará em Bragança de vinte e um a vinte e quatro de Outubro. -----

- A Escola Profissional de Torredeita, remeteu a esta AMV a revista “Evoluir Aprendendo – Escola Profissional de Torredeita”. -----

- O Grupo Parlamento do PSD acusa a recepção da Moção respeitante à “Taxa Municipal de Direitos de Passagem”, enviada por esta Assembleia Municipal, aprovada na Sessão Ordinária desta AMV de vinte e dois de Junho de dois mil e nove. -----

- O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda agradece a esta Assembleia Municipal o envio da mesma Moção aprovada na Sessão Ordinária desta AMV de vinte e dois de Junho de dois mil e nove. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP acusa a recepção da mesma Moção enviada por esta Assembleia Municipal, aprovada na Sessão Ordinária desta AMV de vinte e dois de Junho de dois mil e nove; remete também cópia do Balanço da Actividade do Grupo Parlamentar



do PCP – X Legislatura; envia igualmente a esta AMV ofício com a resposta do Ministério da Educação à pergunta dos Senhores Deputados José Soeiro e João Oliveira do Grupo Parlamentar do PCP, sobre “Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação”; dá também conhecimento a esta AMV da intervenção proferida no Plenário da Assembleia da República durante a discussão da “Petição número quinhentos e sessenta e dois/X – Casa do Douro”. -----

- Ao cessar funções, o Conselho Executivo da Escola Secundária Alves Martins, agradece a disponibilidade e confiança na concretização dos projectos, por parte desta Assembleia Municipal. -----

- A Comissão Nacional de Eleições remete a esta AMV a “Participação sobre o processo de designação dos membros da Mesa da Assembleia de Voto na eleição dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu de sete de Junho de dois mil e nove. -----

- O Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu (Acácio Santos da Fonseca Pinto) ao cessar funções, agradece toda a colaboração prestada por esta AMV; o novo Governador Civil do Distrito de Viseu (Alcídio Martins Faustino) ao iniciar funções, comunica que se coloca à disposição desta Assembleia Municipal para toda e qualquer colaboração que seja necessária. -----

- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Divisão Sub-Regional de Viseu), envia ofício a este AMV, sobre “Provisar dois mil e oito/dois mil e nove – Construção das Redes de Abastecimento de Água de Drenagem de Águas Residuais na Rua do Atlético – Intervenção em Área de REN” – freguesia de Bodiosa, no concelho de Viseu. -----

- A Assembleia de Freguesia de Santa Maria remete a esta AMV “Acta da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Viseu”. -----

- O Senhor Deputado José Afonso Pessoa Cardoso, solicita a esta Assembleia Municipal a alteração do endereço postal. -----

- O Senhor Deputado Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida (PSD) remeteu e-mail a esta AMV a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- A Senhora Deputada Maria Irene Lourenço Pereira (PS), enviou carta a esta AMV a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----

- A Comissão de Cultura desta AMV remeteu ofício ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Viseu, a solicitar o agendamento de uma reunião. -----

- Foi devolvida ao Centro Municipal de Informação Jovem, devidamente preenchida, ficha com os dados do representante desta Assembleia ao Conselho Municipal da Juventude. ----

- Foi remetido, via oficiosa, cópia da Moção respeitante à “Taxa Municipal de Direitos de Passagem”, apresentada pela Senhora Deputada Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto na Sessão Ordinária desta AMV do dia vinte e dois de Junho de dois mil e nove, às seguintes entidades: Assembleia da República, Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Grupo Parlamentar do Centro Democrata Social/Partido Popular, Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, Grupo Parlamentar do Partido Comunista e Grupo Parlamentar do Partido “Os Verdes”. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia catorze de Setembro de dois mil e nove, para afixação na sede das mesmas, bem como aos partidos políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário para publicação. -----

- Foi enviada, via oficiosa, aos Líderes Parlamentares a Actividade Municipal. -----

- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores:



Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV no dia catorze de Setembro de dois mil e nove. -----

- Foi remetido ofício ao Partido Social-Democrata, a comunicar que o Senhor Deputado Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, sendo substituído pelo Senhor Deputada José Mário Aguiar. -----

- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado Municipal José Mário Aguiar para a Sessão desta AMV de catorze de Setembro de dois mil e nove, em virtude do Senhor Deputado Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. ----- Foi

remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que a Senhora Deputada Maria Irene Paiva Lourenço Pereira, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, sendo substituída pela Senhora Deputada Eugénia Cristina dos Santos Neto. -----

- Foi enviado ofício a convocar a Senhora Deputada Eugénia Cristina dos Santos Neto para a Sessão desta AMV de catorze de Setembro de dois mil e nove, em virtude de o Senhora Deputada Maria Irene Paiva Lourenço Pereira, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito boa tarde, peço o favor de se sentarem para darmos início à última reunião da Assembleia Municipal de Viseu neste mandato. Muito bem, já temos quórum suficiente para iniciarmos os nossos trabalhos. Queria cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, cumprimentar o Executivo, o Senhor Presidente da Câmara, que está neste momento a entrar, o público presente e a comunicação social também e afirmar aquilo que todos nós sabemos, é claramente a última reunião do nosso mandato e portanto, desse ponto de vista, também quero por antecipação agradecer a todos os Membros da Assembleia Municipal, enfim, a entrega a dedicação que tiveram ao longo destes quatro anos e por outro lado, a maneira como facilitaram a vida da Mesa na condução dos trabalhos e desenvolvimento de todo o trabalho da Assembleia Municipal. Feito este agradecimento, também queria obviamente, agradecer ao Doutor Ruas e a toda a equipa da Câmara as disponibilidades que sempre demonstraram nas vindas a esta Assembleia, portanto, acho que é melhor fazê-lo antes de que estar a fazer depois a fazer do final da Assembleia Municipal. Feito este agradecimento, obviamente, que nós procurámos agendar esta reunião para uma data adequada. Como sabem hoje já coincide com o início de uma campanha eleitoral que não tem nada a ver com as autárquicas, tem a ver com as eleições para a Assembleia da República, mas entendemos que esta Assembleia Municipal faria sentido antecipá-la, face aquilo que é o normal, para que tivesse algum distanciamento em relação à própria campanha eleitoral para as autárquicas. Obviamente, que eu faço aqui um apelo às Senhoras e ao Senhores Deputados, vamos hoje fazer uma acção da Assembleia que é a última, vamos com certeza tratar, como temos tratado todos os temas com a liberdade inerente do princípio contraditório, que sempre praticámos nesta Assembleia, mas pedia que todos nós, há aqui pessoas que não se vão recandidatar e terminarão os seus mandatos, a essas quero fazer uma saudação especial, porque são, enfim, pessoas que já não estarão envolvidas no processo autárquico desta maneira, neste órgão no próximo mandato. Aquilo que eu queria pedir era que procurássemos desenvolver uma Sessão da Assembleia Municipal com a elevação com que temos sempre feito. Sei que não era preciso pedir, porque todos estamos imbuídos nesse espírito, mas não transformando este espaço de debate cívico num prolongamento daquilo que é a pré-campanha e a campanha eleitoral. Isso era no fundo, um apelo que eu apresentava como Presidente da Assembleia Municipal, gostava de até que possamos hoje fazer esta Assembleia Municipal dentro do



equilíbrio e o espírito que fizemos ao longo deste mandato. Feita esta introdução queria também falar da Ordem de Trabalhos, nós temos basicamente três pontos. O Período Antes da Ordem do Dia, temos também a informação do Senhor Presidente da Câmara e depois mais um ponto que é o ponto dois: Aquisição de um edifício na Rua Doutor Luís Ferreira. Pedia também aos Grupos Parlamentares que entretanto fossem fazendo a inscrição, a lista de inscritos para o Período Antes da Ordem do Dia. Para já, antes de mais, ia colocar à vossa consideração a acta da reunião anterior, que entretanto receberam atempadamente, perguntava se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se têm alguma questão a colocar sobre acta da reunião anterior. Se não houver nenhuma questão sobre a acta da reunião anterior eu ia colocá-la à votação. A acta está aprovada por unanimidade. A lista da correspondência expedida e recebida também já foi entregue. Como habitualmente se os Senhores Deputados quiserem mais alguma informação, façam o favor de a pedir. Não tenho mais nenhum assunto para abordar neste Período Antes da Ordem do Dia, portanto, iríamos entrar neste período das inscrições, eu próprio também me inscrevi para fazer uma intervenção, portanto, irei usar da palavra. Pedia aqui aos meus colegas da Mesa que conduzissem agora os trabalhos”. -----

- UM - PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES ( PSD) – No uso da palavra disse: “Não é meu hábito vir a esta tribuna usar da palavra no decorrer das Sessões da Assembleia Municipal, até porque tenho entendido que faz algum sentido enquanto Presidente não usar e abusar daquilo que o Regimento me permite, mas que eu tenho procurado não o fazer muitas vezes. De qualquer da maneira, há assuntos que merecem uma atenção especial e em determinados momentos marcantes da nossa vida eu não deixei de vir a esta tribuna também abordar determinadas questões. Recordo-me que logo no início desta Legislatura vim aqui falar sobre a questão da Universidade Pública, quando na altura o Senhor Primeiro-Ministro disse que durante esta Legislatura não existiriam mais universidades em Portugal. Recordo-me também do momento em que foi aqui votada a criação da Associação Intermunicipal, devido a esta tribuna se também apontar o dedo ao grave que era perdermos a Grande Área Metropolitana de Viseu, porque quando foi criada essa Associação Intermunicipal, a Dão Lafões, que tem como principal objectivo servir os fundos comunitários, estávamos aqui a dar uma machadada muito forte na questão da Grande Área Metropolitana. Hoje subo a esta tribuna, porque acho que há situações que têm que ser abordadas e que têm que ser abordadas de uma forma peremptória, porque são fundamentais para o nosso desenvolvimento. A verdade é que nós andámos ao colo quatro anos e meio, a discutir aquilo o que eram as questões estruturantes para o nosso desenvolvimento, aqui nesta Assembleia e noutros fóruns. A verdade, é que chegamos ao fim de quatro anos e meio e a questão da ligação da auto-estrada Viseu/Coimbra está no estado em que está. Eu recordo, aqui aos Senhores Deputados, que na nossa Sessão de dezoito de Abril de dois mil e oito, aprovávamos por unanimidade uma Moção apresentada pelos Senhores Deputados do Partido Socialista, em que a determinada altura reconhecíamos o apreço pela determinação e decisão do Governo do Primeiro-Ministro José Sócrates, em cumprir para com Viseu uma promessa que corresponde aos anseios de todos quantos, dos vários quadrantes políticos, se envolveram numa reivindicação que faz justiça ao concelho, à região e ao país. Referíamos na altura, isto há mais de um ano, a questão do lançamento do concurso público da auto-estrada Viseu/Coimbra, do chamado IP Três. Também aqui nesta Moção eram referidos setenta quilómetros, que a ligação entre Viseu/Coimbra, que iriam reduzir em quarenta por cento o tempo de ligação. Consideremos que é uma rude machadada no desenvolvimento de Viseu, no seu percurso, na projecção do seu desenvolvimento. Chegámos ao fim de uma Legislatura e ser anulado um concurso, com todo o impacto, que isto vai ter nas nossas vidas, porque todos sabemos que a anulação do concurso público vai obrigar qualquer governo que venha a seguir a



abrir um novo concurso público. Um concurso público com uma determinada dimensão que vai obrigar a ter um determinado preço. Portanto, vamos ter a auto-estrada Viseu/Coimbra adiada por mais um conjunto de tempo. É preciso pedir responsabilidades em relação a isto e é preciso pedir responsabilidades, porque objectivamente esta é uma promessa do Primeiro-Ministro. O Senhor Primeiro-Ministro veio em Março de dois mil e oito a Mortágua fazer uma grande festa para anunciar este concurso, depois há uma outra Sessão em Viseu. Portanto, foi afirmado por várias vezes que esta auto-estrada era uma realidade e que a sua adjudicação iria acontecer ao longo de dois mil e oito. A verdade é que uma Legislatura depois, quatro anos e meio depois, até estamos a falar da Legislatura mais longa que houve depois do Vinte e Cinco de Abril, aquilo que o Governo nos apresenta é a anulação deste concurso. Agora, há aspectos neste concurso que também têm que ser aqui relevados, é que se tivesse sido lançado o concurso da auto-estrada Viseu/Coimbra, setenta quilómetros, provavelmente nesta altura estava adjudicado, estava avançado. Mas não, de um concurso de setenta quilómetros, transformou-se isto de quatrocentos quilómetros, em que tudo foi incluído. Portanto, nós estamos também a pagar uma factura do facto de se ter colocado quatrocentos quilómetros, está aqui a auto-estrada a cor-de-rosa, estão aqui enfim, uma série de estradas que provavelmente não deveriam estar aqui incluídas neste concurso. Por outro lado, nós que gostamos de rigor na gestão, temos que colocar a questão, como é que se demora quatro anos a lançar um concurso público e depois a Comissão de Avaliação chega à conclusão de que esse concurso custará mais do dobro do que aquilo que estava previsto inicialmente. Isto tem que ser dito. É de facto uma penalização muito forte para Viseu e que tem que ser assumida em termos de responsabilidade. Dito isto, e para não me alongar e concluir, eu acho que todos nós temos que apontar o dedo a quem errou e acho que quem errou tem que assumir as suas responsabilidades e não fica mal em democracia que as pessoas assumam os seus erros. Agora, também há um compromisso que temos que ter todos aqui, é que isto já era uma prioridade, é passado, porque efectivamente o que deveria acontecer é que a auto-estrada já devia estar em construção, mas acho que temos todos que assumir enquanto viseenses um compromisso, é que independentemente de um governo que venha a sair das próximas eleições, nós temos que estar a exigir de imediato que efectivamente a auto-estrada Viseu/Coimbra seja uma realidade. Nós também não podemos, e a autarquia quando faz a sua obra, não pode estar aqui com uma expectativa de um determinado desenvolvimento que advém desta ligação e depois numa das coisas que é estruturante levar esta machadada. Portanto, eu não podia deixar passar em claro esta situação e de vir aqui colocar, no fundo lavar, o veemente protesto como a força que este processo foi conduzido, lamentar que em quatro anos e meio este processo esteja no estado em que está e por outro lado, dizer, assuma as responsabilidades quem as tem e da parte de todos assumamos aqui um compromisso, está será a primeira prioridade, do início da próxima Legislatura, para que efectivamente, Viseu não atrase algo que é perfeitamente estruturante para o nosso desenvolvimento. E era isto que eu gostava de deixar. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- **DOIS** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “A intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de Deputado Municipal, merece-nos um comentário e um comentário muito simples, temos que falar verdade. Falar verdade significa explicar em que ponto é que nos encontramos relativamente ao processo da adjudicação da auto-estrada Viseu/Coimbra. Em primeiro lugar, temos que perceber que este concurso decorreu em duas fases: na primeira fase houve quatro concorrentes, dos quais dois passaram à fase seguinte. Das duas propostas apresentadas, uma proposta apresentava um valor de cerca de quinhentos e trinta e cinco milhões de euros e uma outra proposta de





novecentos milhões de euros. Discutidas as duas propostas, naquilo em que regra se chama a proposta bafo, “best and fine ofert”, verificou-se que efectivamente as propostas foram ajustadas, foram revistas, a primeira passou para mil e trezentos milhões de euros e a segunda para mil e oitocentos milhões de euros. Houve nova negociação e dessa negociação, a proposta inicial baixou para mil cento e setenta e seis milhões de euros e a segunda proposta a de mil e oitocentos milhões de euros, manteve-se conforme estava. Em face deste resultado, aquilo que a Comissão de análise fez, foi justamente entender que não tinha sido respeitado o caderno de encargos e como não tinha sido respeitado o caderno de encargos não houve a persecução do processo. Estamos portanto, numa situação em que a Comissão de análise não deu andamento, não adjudicou a obra por ela desvirtuar relativamente ao caderno de encargos. É um ponto que o Senhor Presidente da Câmara poderia naturalmente falar sobre a sua experiência nesta matéria e que acontece em regra em concursos públicos. Pode acontecer e têm que ser relançados os concursos públicos, porque das duas uma, ou aconteceu algo de inesperado na altura em que os concorrentes apresentaram as propostas ou efectivamente o caderno de encargos estava mal elaborado. Isto obedece naturalmente a uma revisão técnica da situação e isso é o ponto em que nos encontramos. Mas o que é que aconteceu para que as propostas tenham um desvirtuamento relativamente ao caderno de encargos. Em primeiro lugar, as propostas foram lançadas com base num determinado quadro macroeconómico, com uma determinada taxa de juro e naturalmente que essa taxa de juro, consequência depois da própria crise que entretanto sobreveio em dois mil e oito ficou, digamos, desajustado. Por outro lado, houve a percepção por parte dos técnicos que estudaram o caderno de encargos, que haveria que fazer um conjunto de obras justamente para reparar as diversas pontes através das quais passa o itinerário que vai ligar Viseu a Coimbra. As pontes são pontes que têm um problema que vai ter que ser reparado, não está em causa a segurança das pessoas que por lá passam, mas evidentemente que há ali uma questão técnica que tem que ser vista e que é uma questão técnica que na gíria foi chamada a do “cancro do cimento” e portanto, isso vai ter que ser reparado, esta é a situação do ponto em que está. O Governo já garantiu que esta auto-estrada era uma auto-estrada, resolvidos estes problemas do concurso, que seria lançada, mas pasme-se, e aqui é que é importante que nós reflectamos, enquanto decorria este processo o PSD apresentou o seu programa eleitoral e nesse programa eleitoral, e esta é a perplexidade, que naturalmente eu estou de acordo com o Doutor Almeida Henriques quando diz, que essa é uma prioridade para Viseu e que devemos estar todos convergentes sobre essa prioridade para Viseu. Há um aspecto que é de facto muito interessante e eu passo a citar aquilo que vem escrito no programa do PSD para as próximas eleições: “Em matéria do plano rodoviário afirma-se, ponderaremos as subconcessões ainda não adjudicadas (e também as que foram negociadas mas não lançadas considerando a respectiva não persecução)”. E é justamente sobre esta não persecução que esta Assembleia Municipal se deve pronunciar, naturalmente aqui convergir com certeza uma posição no sentido que seja uma prioridade, mas é uma prioridade que o Governo já assumiu e irá concretizar apesar destas questões técnicas que serão em devido tempo ultrapassadas. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “O Senhor Deputado João Cruz subiu aqui a este ambão, dizendo que era preciso falar verdade e quem o ouvisse haveria de ficar convencido que ele estava a falar verdade e o engraçado é que não disse mentira nenhuma, é verdade tudo aquilo que disse, só que não justifica minimamente de nada daquilo que aconteceu. Em Março do ano passado, com pompa e circunstância, televisão, bombos Zés Pereiras, bater foguetes e tudo em Mortágua, foi anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Engenheiro Sócrates, a auto-estrada Viseu/Coimbra. Como o



Senhor Presidente da Câmara e muito bem, achou que isso havia de ser anunciado em Viseu, quinze dias depois, veio o Senhor Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Mário Lino “jamais, jamais”, mas veio a Viseu também anunciar essa mesma auto-estrada Viseu/Coimbra. Nenhum deles nunca anunciou um pacote de quatrocentos quilómetros de auto-estrada. Nunca ninguém anunciou, nem pode anunciar no mapa de Portugal, para quem o conheça e eu lembro-me bem dele, que uma auto-estrada terceira, paralela, de Lisboa ao Porto possa passar por Viseu, não é, portanto, isto é um ramal, foi encaixado ali no meio. Isto é que são as verdades. A auto-estrada Viseu/Coimbra foi englobada pelo Senhor Ministro das Obras Públicas e pelo Senhor Primeiro-Ministro, num pacote e foi anunciado nesse pacote em Março do ano passado, portanto, há ano e meio foi-nos anunciado a nós e a todo o país que ia ser feita a auto-estrada Viseu/Coimbra e esta é que é a verdade. Agora venham os Senhores pintarem o que quiserem, porque também por culpa vossa, por incapacidade, por incúria e por precipitação, meteram “o pé na argola”. Mas o engraçado é isto, é que até agora o único prejudicado de os Senhores terem metido o “pé na argola” é Viseu e até talvez o país, ma realidade, porque esta auto-estrada, mora lá tanta gente e é a auto-estrada onde circulam mais ambulâncias, que não é só Viseu que é prejudicado, é talvez o país seriamente prejudicado. Portanto, é preciso que se faça justiça, porque até agora nós fomos prejudicados e a única maneira de se fazer justiça é condenar-vos a vocês nas próximas urnas, no dia vinte e seis e dizer-vos terminantemente que acabou o folclore, é uma vergonha, porque isto foi mais um dos folclores dos muitos que nós fomos habituados. Indústrias, fábricas, tudo anunciado com pompa e circunstância, com bombos, Zés Pereiras, tudo, tudo, tudo e o individuo mais bem ensaiado no meio dos Zés Pereiras a dançar no meio daquilo tudo, era o “Senhor Hugo Boss” e com uma boa gravata, chamado Senhor Engenheiro Sócrates. Anunciou e anuncia sempre e noventa por cento daquilo que ele anunciou, nada foi feito para os portugueses e desta vez, Viseu é prejudicado e o Senhor Deputado João Cruz veio aqui dizer que vem por a verdade, mas qual verdade? A verdade que mais uma vez o Senhor Engenheiro José Sócrates fez o embuste, enganou os portugueses e enganou a região de Viseu”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

- **QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD)** – Usa novamente a palavra dizendo o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício. Senhor Deputado João Cruz, a verdade não está no tom está no conteúdo. Não se afirma a verdade com o tom, afirma-se com o conteúdo e a verdade é que o Senhor Primeiro-Ministro veio prometer uma coisa que não cumpriu. Essa é a verdade nua e crua. A verdade é que por mais desculpas que o Partido Socialista procure encontrar para lançar as responsabilidades para os outros, quem governou o país durante estes quatro anos e meio, para mal dos nossos pecados, foi o Partido Socialista. Por outro lado, mesmo os argumentos que o Senhor Deputado aqui vem trazer não convencem ninguém. Vir com razões de conjuntura económica, então porque é que a conjuntura económica penalizou esta auto-estrada e não penalizou outras que foram adjudicadas entretanto neste período? É verdade, são seis ou sete que foram adjudicadas durante este período. O que é que a conjuntura económica tem a ver com os calculas, à partida, de um lançamento de um concurso que se faz? Isto é a Comissão que lançou este concurso devia ter ponderado e é incompetente, quando efectivamente lança um concurso, depois tem uma disparidade tão grande face aos preços das propostas. Portanto, por mais desculpas de mau pagador que o Partido Socialista utilize em relação a esta matéria, só há um responsável, esse responsável é o Primeiro-Ministro, esse responsável é o Engenheiro Sócrates, esse responsável é o Partido Socialista. Por outro lado, há outro argumento, é que depois no meio desta confusão toda para procurar encontrar desculpas e enxotar as responsabilidades para os outros, há argumentos que no fundo, só servem para dar uma valente gargalhada. Por exemplo, o líder do Partido Socialista de Viseu, a determinada



altura quando sai o relatório da Comissão de Análise dizia assim, não mas o Governo não tem nada que ver com esse relatório da Comissão de Análise, a opção política é do Governo, No momento a opção política é do Governo, agora já é a Comissão de Análise que impede o Governo de poder tomar uma decisão? Afinal em que é que ficamos? Senhor Deputado, falar verdade é dizer estas coisas todas. É dizer que efectivamente aquilo que o Partido Socialista havia de assumir neste momento, era pedir desculpa. Dizer assim. Errámos no concurso, errámos na forma como conduzimos isto, viemos prometer uma coisa a Viseu que não estávamos em condições de prometer, isto é o que o Partido Socialista deveria ter dito. Eu pela minha parte arrependo-me de ter votado esta Moção. Nós votámos aqui por unanimidade uma Moção que no fundo a motivação era o facto de irmos ter a auto-estrada Viseu/Coimbra. Confiámos que o Senhor Primeiro-Ministro e o Governo Socialista iriam cumprir esta promessa. Afinal de contas a obra mais estruturante que poderia ter sido lançada neste mandato fica no tinteiro. Agora não venham dizer que a culpa é da Doutora Manuela Ferreira Leite, ela não é a Primeira-Ministra de Portugal. É candidata, esperemos que venha a sê-lo a partir das próximas eleições, agora aqui não tem responsabilidades nenhuma. Por outro lado, leiam o programa como deve ser, o que diz é que vão ser equacionadas todas as grandes obras. Nunca ninguém no PSD com responsabilidades disse que isto não era prioritário. A auto-estrada Viseu/Coimbra é prioridade, aliás é publicamente assumida como uma prioridade e portanto, há só uma diferença muito grande entre nós e vocês, é que enquanto no PSD, mesmo quando o PSD está no Governo, nós levantamos a nossa voz quando estamos em desacordo. Quando o PS está no Governo, são uns carneirinhos que fazem tudo aquilo que o Poder Central vos manda. Essa é que é a realidade. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Usa novamente a palavra para dizer o seguinte: “O que eu gostaria de dizer é o seguinte, há uma situação que está assumida, que efectivamente o concurso teve problemas e a Comissão de Análise não fez a adjudicação da obra por razões que estão justificadas nos seus relatórios. Isto é uma realidade intangível, está lá. É assumido pelo Governo que esta é uma obra prioritária e ela vai avançar. Isso é também de facto, uma afirmação absolutamente intangível. Também é do interesse de Viseu de que esta obra venha a ser realizada. O que nós não compreendemos, a menos que o programa eleitoral da Doutora Manuela Ferreira Leite seja um programa cheio de adendas e de apêndices, que venham agora aqui dizer que o termo “não persecução”, é o que lá está escrito, é de facto uma visão, uma recalendarização, tudo o mais que se queira, isso é que nós temos que nos entender. Agora é de facto uma verdade assumida que esta é uma prioridade para Viseu, é assumida pelo Partido Socialista e pelo Engenheiro José Sócrates e não vale a pena o Deputado Esteves Correia vir para aqui tentar arranjar malabarismo de palavras que nada dizem. Deputado Esteves Correia, se nós analisássemos todo este processo da ligação por auto-estrada entre Aveiro e Coimbra, chegaríamos a conclusões muito interessantes acerca do grau de eficácia e de eficiência do PSD na resolução deste caso. Sabemos bem que ela foi anunciada para uma determinada data, mas quando nós lá chegámos, não havia rigorosamente nada que fosse susceptível de por sequer uma obra em curso. Esta é a realidade, temos um problema técnico vamos resolvê-lo, politicamente assumimos como prioridade e portanto, sobre esta matéria o que nós continuamos sem perceber é o que é que significa o termo não persecução”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)

– Usa novamente a palavra para dizer o seguinte: “Oh Senhor Deputado João Cruz, pode ser muito peremptório na coisa que ensaiou em casa, mas não passa à mesma, tenha lá paciência, mas não passa. Diga-me uma coisa, nos serviços públicos, para qualquer





empresa quando se falha um projecto, quando se falha um trabalho há um responsável. Há processos disciplinares para quem não cumpre as suas tarefas. Há processos disciplinares para quem é incompetente, não há Senhor Deputado? No seu serviço também há! Onde o Senhor é Directos, quando um funcionário não funciona, abrem-lhe um processo disciplinar e ele tem que pagar a factura com o processo disciplinar. Ora, então explique-me uma só uma coisa para a sua verdade então ficar aqui insofismável Senhor Deputado, quem é que foi objecto de processo disciplinar por incompetência, porque até se esqueceu, ou será que é como a gripe A que só apareceu agora, o campo do betão, não havia campo de betão até agora? Nunca se falou tanto no betão, é só agora que se fala? Deve ter sido como o inglês técnico para ser aprendido na universidade, que apareceu a história do betão, do cancro do betão, não? Oh Senhor Deputado, por amor de Deus, isto é “gato escondido com o rabo de fora”. A incompetência é a justificação e aonde é que está o incompetente? Foi por incompetência que teve que ser anulado o concurso e aonde é que está o responsável da incompetência? Há alguém? Foi indicado alguém? Não foi, mas há um responsável político e esse responsável político chama-se José Sócrates. Também sei falar alto que é para se ouvir bem e para ser assim quase como o Senhor faz, mas eu não ensaiei, é a diferença, é que isto sai cá de dentro. Além disto também tenho que dizer uma coisa, o que é que Manuela Ferreira Leite tem a ver com a incompetência do Partido Socialista, apadrinhada e feita politicamente pelo Senhor José Sócrates! Nada! Os Senhores querem-na meter no cesto, mas não dá. O que ela diz é, claramente e escreveu, e claramente, quando lá chegarmos vamos analisar o que é prioritário e o que não é. Vamos por as coisinhas no sítio e vamos pegar na auto-estrada rosa e mandá-la para o sítio que deve ir e pegar na auto-estrada para Viseu e fazê-la, porque essa é prioritária. Agora, a outra não é Senhor Deputado. É que os Senhores sabem muito, como sabiam e estavam a ver que iam perder a carroça, estavam a ver se davam resposta às clientelas e faziam a terceira auto-estrada, porque nós íamos escolher. Nós não andamos também a dormir, sabe. A Manuela Ferreira Leite já está com alguma idade, não tem o mesmo malabarismo no treino ao espelho, é espontânea na televisão, não vai treinada, não faz ensaios, mas há uma coisa que ela tem, não anda a dormir, não se deixa enganar e põe as coisas no sítio e o que se põe no sítio é, todas as obras, todas, e acho muito bem. Todas as obras megalómanas que os Senhores anunciaram serão objecto de análise para ver quais são as necessárias para o desenvolvimento do país, para dar aumento da riqueza do país e quais aquelas que são para aumentar as dívidas do país, causando não o enriquecimento do país, mas o seu empobrecimento. É esta a grande diferença e isto é preciso ser dito. É a grande diferença entre a Manuela Ferreira Leite e José Sócrates: um é, um pontapé para a frente, atira-se a bola lá para cima para ver se entra golo e a outra faz as jogadas pensadas e fá-las como deve ser, sem querer prejudicar o país, não é bola lá para a frente, seja o que Deus quiser e alguém há-de pagar. Portanto, esta é a grande diferença e é a verdade”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- SETE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO - (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “O Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra como Deputado, já não vai ter oportunidade de me esclarecer, ou de responder a esta minha intervenção e portanto, eu descanso-o já de início, porque acho que vou dizer algo que vai seguramente no sentido das suas palavras, quando fez a sua primeira intervenção e que efectivamente a Assembleia não podia ter começado de pior forma, no sentido que começou logo, digamos, em contraditório e a desrespeitar, entre aspas, a sugestão do Presidente da Assembleia Municipal. Efectivamente, eu julgo que a esmagadora maioria dos presentes nesta Assembleia já terão o seu sentido de voto decidido e portanto, não me parece fazer muito sentido estarmos aqui em campanha eleitoral e a discutir da forma, sobretudo como o Deputado Esteves Correia aqui veio discutir algumas questões. O que é que parece essencial e quero deixar esta como sempre,



digamos, a posição do Partido Socialista em Viseu e que é clara, independentemente do que aconteceu do ponto de vista técnico, do ponto de vista de algumas falhas que estão aqui a ser reclamadas em todo o processo, o que é um facto é que o Governo lançou um concurso e portanto, demonstrou inequivocamente o interesse em realizar aquela obra. Aqui também registo positivamente, é que o Partido Social-Democrata, o PSD em Viseu, independentemente das leituras que se façam dos programas eleitorais e do que virá acontecer caso o PSD ganhe as próximas eleições, localmente o PSD é também igualmente claro e indiscutível a sua posição de, esta é uma obra prioritária. Portanto, eu apelava aqui a algum bom senso, porque no fundo estaremos todos de acordo, a obra deve ser feita, é um investimento essencial, não só para os viseenses, para toda a região e é esse o apelo, que no fundo, que venho fazer. Independentemente de alguma coisa que possa tido corrido pior no passado, há indiscutivelmente uma vontade em fazer a obra. Independentemente do que nós possamos ler no programa eleitoral do PSD, há a vontade do PSD em que essa obra seja feita, portanto, eu diria que estamos todos de acordo. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ermida Rebelo. -----

- OITO – SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDO ERMIDA REBELO (PSD) –

Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Estamos todos de acordo “ponto final, parágrafo, travessão”, não é?! Pessoalmente não estou de acordo com muitas das coisas que foram aqui referidas. Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entendo que a mesma para além, ou além, aquém, digamos, de tecer qualquer tipo de campanha eleitoral, demonstra o sentido que muitos Deputados desta Assembleia, independentemente da sua filiação partidária defendem, em primeiro lugar, de Viseu. Por isso, desafio quase que o Partido Socialista a enumerar nesta legislatura as obras que beneficiaram directa ou indirectamente Viseu no seu concreto concelho. Para falar verdade, esta história da auto-estrada de passar de uma Legislatura para outra, como se quase os cartazes não pudessem, escusavam de ser mudados, lembro, faz precisamente um ano, ou aliás, quatro anos, tempo de uma Legislatura, quatro anos, que o Senhor Deputado João Cruz veio aqui a esta tribuna, perante uma interpelação que eu fiz a esta Assembleia sobre a Unidade Radioterapia do Hospital de São Teotónio de Viseu, em que o accionista chumbou, digamos assim, ou anulou, uma proposta do então Conselho de Administração e o Senhor Deputado João Cruz leu na íntegra a resolução do accionista, que de momento não faria a Unidade de Radioterapia, mas que brevemente a faria. Pode consultar as actas que está lá isto, não nestas palavras, mas o sentido é este. Passou uma Legislatura e foram portanto, abertas duas Unidades, lançadas duas Unidades de Radioterapia, que não estavam programadas no anterior Governo, que foi de Vila Real e de Évora. Havia no Governo, nomeadamente na Saúde, uma Unidade de Saúde que substituiria o Centro de Saúde Viseu Dois, foi anulado, digamos, aquele concurso, aquela “démarche” que tinha sido feita para construir três Unidades de Saúde Familiares. Ainda agora, presentemente, em Loures, duas Unidades, estamos a falar de Unidades físicas e não o conceito teórico que muitas vezes tinha sido feito aqui, neste sentido, no distrito de Viseu, já foram meia dúzia delas criadas. Agora espaço físico zero e o que eu questiono e não estamos a falar de campanha eleitoral, estamos a falar no balanço da Legislatura. Digam uma obra que o Governo do PS tivesse feito com benefício directo para o concelho de Viseu. Tudo protelado para próxima Legislatura”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Coelho. -----

- NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO COELHO DE ALMEIDA – PRESIDENTE DA JUNTA DE SÃO PEDRO DE FRANCE (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Subo a este lugar hoje, para me despedir da política activa e para agradecer a todos quantos me ajudaram a colocar a Freguesia de São Pedro de France numa situação melhor do que aquela em que a encontrei quando assumi esta responsabilidade. Passados trinta anos vou embora convencido que fiz o meu melhor, gostaria de fazer mais,



cheguei onde pude, mas sei que São Pedro de France precisa de muito mais. Senhor Presidente da Assembleia, daqui deste lugar, quero agradecer a todos os trabalhadores da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, o carinho e respeito que tiveram por mim e pela Freguesia ao longo de trinta anos que servimos esta comunidade. Agradeço a todos aqueles que se manifestaram a meu respeito na reunião descentralizada na Freguesia de Cavernães. Uma palavra de reconhecimento pela maneira como o Senhor Presidente e Vereação sempre me trataram, não deixando de destacar o Senhor Professor Lemos, com quem tenho amizade e mais confiança. Agradeço a todos os organismos a quem a Junta de Freguesia necessitava de se dirigir, como seja: Finanças, Tribunal, Desemprego e tantos outros. Desejo a todos as melhores felicidades nas candidaturas ou recandidaturas, que tudo corra conforme os vossos desejos e se algum dia eu fui menos correcto, as minhas sinceras desculpas. Obrigado a todos”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Coelho. Antes de dar a palavra eu queria também, aqui publicamente, testemunhar a minha amizade e o reconhecimento pelo trabalho feito. Se há pessoa que eu conheço há muito tempo nestas lides é claramente o Senhor Coelho, conheço-o para aí desde os meus catorze anos e portanto, muitas vezes temos recordado isso. É de facto alguém que tem um percurso que a todos nos orgulha e que penso que todos, independentemente da filiação partidária que temos, estamos gratos pela dedicação à causa pública e pelo exemplo que foi durante este tempo todo. Obviamente que vamos continuar a contar consigo, porque ainda tem um bom físico para trabalhar, não é?! Dou então a palavra ao Senhor Deputado António Vicente”. -----

- DEZ – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Somente para em nome do Grupo Parlamentar do PSD manifestarmos a gratidão ao Senhor António Coelho, por todo o trabalho que desenvolveu como Presidente da Junta na Freguesia de São Pedro de France. Sabemos que foi um homem dedicado, sabemos quanto é estimado pelas pessoas na sua aldeia, mas não só, também nas freguesias vizinhas, a tal ponto que havendo uma cerimónia, uma festa, ele estava sempre presente nas freguesias circunvizinhas, precisamente porque era estimado fora também do seu ambiente, do seu local de trabalho. Dizer que, enfim, é uma pena mas trinta anos são uma vida e nós sabemos perfeitamente, como disse o Senhor Presidente da Mesa, que o Senhor Coelho se despede da política, mas continua com os amigos e estamos convencidos que ele estará sempre disposto a colaborar quer na vida partidária, quer enfim, não na forma tão activa como até agora, quer também noutros órgãos, mesmo até nesta Assembleia Municipal, com outras funções, desde que seja chamado para colaborar. A nossa gratidão é enorme, tal como é enorme a todos os Presidentes de Junta de Freguesia que à medida que o tempo vai passando cessam funções. Obrigado Senhor António Coelho”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- ONZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu conheço o Senhor António Coelho há mais de trinta anos. Tive a honra de trabalhar com ele no Sindicato dos Motoristas, ainda ele não era Presidente de Junta. É uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, a maior admiração e a maior amizade. Sei que foi um excelente Presidente de Junta. Sei que é um homem bom, um homem digno, daí a minha admiração e por quem eu tenho respeito e a quem desejo para o futuro as maiores felicidades”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- DOZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra, para fazer a seguinte intervenção: “Eu pensei até agora mesmo se deveria vir aqui repetir aquilo que os oradores que me antecederem disseram. Eu acho que tenho essa obrigação. Há trinta e tal anos que vim para esta Assembleia Municipal



juntamente com o Senhor Coelho. Temos traçado aqui um percurso mais ou menos comum e sei que o Senhor Coelho pegou numa freguesia que tinha trinta e tal lugarejos, vai deixar uma freguesia com diversas povoações postas no mapa. A única coisa Senhor Coelho, para não me estar a repetir com aquilo que os outros disseram, é dizer-lhe isto que vai do fundo do coração – Senhor Coelho, obrigado por aquilo que fez pela causa pública e que fez pela sua terra, por aquilo que fez pela minha terra, por aquilo que fez pela nossa terra - porque é de homens como o Senhor que nós precisamos a todo o momento para a podermos engrandecer. Muito Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- TREZE – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – No uso da palavra diz o seguinte: “Senhor Presidente, eu venho falar em nome do Grupo do CDS, eu não tenho como é óbvio, por razões que são fáceis de perceber, o conhecimento com o Senhor António Coelho que outras pessoas têm. Não tenho conhecimento do seguimento da obra por razões óbvias, mas por razões também óbvias, se calhar não tão óbvias neste país, que não tem hábitos de civilidade democrática como há noutras paragens. O que eu venho aqui dizer é obviamente pendente desse conhecimento, porque uma pessoa que esteve o tempo que o Senhor Coelho esteve à frente, a dar do seu tempo para trabalhar em prol do bem comum merece, antes de mais, independentemente de qualquer avaliação quantitativa, ou qualitativa o nosso aplauso, o nosso agradecimento. Em Portugal não há muito este hábito de no fim de um mandato, independentemente de tudo o resto, agradecer quem dando de si e com todo o esforço e sacrifício se dedicou à causa pública. Queria formalmente em nome do CDS agradecer ao ainda Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de France, esse esforço, esse sacrifício e todo o seu trabalho. Por outro lado, dizer também que poderá contar com o CDS para o que quiser, comunicando-nos todos os problemas que ainda lhe vão fazendo sentir na sua freguesia. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu de facto não podia ficar ali sossegado e sentado, que não tivesse que vir aqui acima. Conheço o Coelho há muitos anos, tenho por ele uma estima pessoal muito grande e sinto algum conforto em ter com ele trabalhado e com ele estado. Penso principalmente que elevou aquela terra de uma forma excelente, de uma forma muito vivida e sobretudo um homem que se preocupava no dia-a-dia com os seus concidadãos. Eu vou várias vezes a São Pedro de France, até visitá-lo no período em que esteve um pouco doente e sentia naquela gente daquela terra o amor que eles tinham pelo Coelho. Coelho, nós não nos vamos despedir, porque não há despedidas para ninguém, Nós vamos encontrar-nos consigo, porque é dentro do espírito de altruísmo e de dedicação à coisa pública e por quem sabe o que é fazer e o que é ser Presidente de Junta, na terra onde a democracia é mais renhida e mais directamente onde nós todos sentimos aquilo que o outro sofre. Coelho é o exemplo nato daquilo que é um Presidente de Junta e um exemplo para a juventude e um exemplo para este país. Bem-haja Coelho por isto tudo. É só”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RUBEIRO DE CARVALHO (PS) – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Eu trago aqui hoje duas pequenas intervenções, uma subscrita por mil e pelo Senhor Deputado Esteves Correia, que é uma Moção que passo a apresentar: O reconhecido aumento populacional de Viseu acarretou também, como é natural, o aumento de cidadãos residentes que não professam a Religião Católica, nomeadamente cidadãos oriundos de países da Europa de Leste, de África e da América Latina. Como já foi uma vez avançado nesta Assembleia,



não dispõe a cidade de Viseu de uma Casa Mortuária que não esteja agregada a qualquer Templo Católico, o que implica que, qualquer defunto que não tenha em vida professado essa Religião, ou é velado numa Casa Mortuária da Igreja Católica, constringendo necessariamente os seus familiares e adeptos da Religião que ele professava, ou então terá de ser velado em casa, em condições necessariamente deficientes. Compete à Autarquia, em defesa das minorias e do direito à diferença, resolver a situação, à semelhança do que fizeram algumas Juntas de Freguesia, criando uma Casa Mortuária Municipal que possa destinar-se aos defuntos de qualquer Credo ou Religião, bem como aos Ateus e Agnósticos. Paralelamente, nem em Viseu nem nos seus concelhos vizinhos existe qualquer Crematório, sendo as pessoas que pretendem esse fim para os seus restos mortais obrigatoriamente trasladados para localidades onde existe tal equipamento, como vem sucedendo cada vez mais. A implantação de tal equipamento não contende com qualquer tipo de convicção religiosa, sendo para além disso, uma medida que tende a diminuir a necessidade de, sistematicamente e periodicamente, se aumentarem os espaços destinados a cemitérios, com os correspondentes encargos de aquisição de terrenos e criação de infraestruturas. Tendo em atenção as considerações atrás sucintamente alinhavadas, os signatários, não obstante pertencerem a diferentes Partidos Políticos, mas igualmente empenhados em resolver esses dois problemas sociais que, mais tarde ou mais cedo, se tornarão cada vez de mais premente resolução, propõem a seguinte Moção: A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária de catorze de Setembro de dois mil e nove, recomenda ao Executivo Municipal que, atendendo a que ceda vez mais residentes do concelho de Viseu não professam a Religião Católica e não existem em Viseu Casas Mortuárias que não pertençam à Igreja Católica, com a brevidade possível delibere mandar iniciar estudos para implantação de uma Casa Mortuária Municipal, onde possam ser velados, em igualdade de dignidade, defuntos que professem toda e qualquer religião ou não professem nenhuma. De igual modo, verificando-se que cada vez mais pessoas optam por serem cremadas em vez de sepultadas, bem como que tal não ofende quaisquer princípios éticos, morais ou religiosos, delibere e dê início aos estudos conducentes à criação de um Crematório, a ser implantado no ou junto do Cemitério Municipal de Viseu, o que acarreta também a vantagem económica de não ter de se alargar periodicamente os cemitérios existentes. Deixava na Mesa e se permite avançaria com a segunda parte da minha intervenção que diz o seguinte... (neste momento o Senhor Presidente da Mesa interrompe a intervenção do Senhor Deputado). -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, diz o seguinte: “A Moção vai ser discutida, mas o Senhor Deputado já me tinha pedido para não estar a usar duas vezes a palavra, eu já tinha dito que sim, depois obviamente, que colocaremos de seguida à votação esta Moção e faremos um debate da mesma. Faça favor Senhor Deputado”. -----

- **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Prossegue a sua intervenção dizendo o seguinte: “Exactamente Senhor Presidente, é só por uma questão de rapidez. Fui eleito pela primeira vez para a Assembleia Municipal de Viseu em mil novecentos e oitenta e dois, como independente nas listas do Partido Socialista, mandato que interrompi a meio para entrar na aventura de criar um novo partido, alegadamente defensor da ética na Política. Dessa primeira passagem por esta Assembleia retenho três factos que me marcaram: O afastamento pela Bancada do PSD do seu Cabeça de lista na eleição para Presidente da Mesa da Assembleia, isto é do Engenheiro Coelho de Araújo pelo Senhor Victor Boga; o meu isolado voto contra a proposta da Câmara de atribuição de um subsídio para a instalação da Universidade Católica (com a declaração de voto de que a Instituição não necessitava, mas que votaria a favor se fosse para instalar uma Universidade Pública); e a destituição do Presidente da Câmara com base em fundamentos legais mas fúteis. Logo no mandato seguinte fui eleito pelo PRD, no ano em que o Engenheiro Engrácia Carrilho foi eleito Presidente da





Câmara. Foi um mandato de que guardo muito boas e muito más recordações. Muito boas porque, como único eleito pelo PRD, pertenci a todas as Comissões, intervim em todas as discussões, envolvi-me profundamente na política local, na vida da comunidade, no conhecimento das suas carências e dos seus anseios. Foi muito gratificante. A recordação muito má que desse mandato guardo foi a de que, tendo feito uma extensa e bem documentada intervenção sobre o trânsito na cidade, que um jornal do Porto veio a publicar, a mesma veio a ser entendida pelo Comandante da PSP local como um ataque à Instituição, o que ocasionou uma desenfreada perseguição policial à minha pessoa, ao PRD e, até, à minha própria família. Desde Agentes passarem multas de trânsito e dizerem aos condutores para irem pedir o pagamento das mesmas a mim ou ao PRD, até telefonemas anónimos para minha casa a ameaçar a minha família, até se chegar ao cúmulo de me indicarem como testemunha em Autos de Notícia levantados pela PSP, e de se aliciar jornalistas a publicarem a falsa notícia de que a minha intervenção se deveria a uma multa de trânsito que me fora aplicada. O que foi ocultado a esses jornalistas foi que eu impugnei a multa e, em Tribunal, fui absolvido por a mesma não ter qualquer razão de ser. Tal perseguição só veio a terminar, após queixa minha, depois de o Comando-Geral da PSP ter transferido o referido Comandante Distrital e me ter apresentado desculpas formais. Foi um final feliz de um filme de terror. Voltei a ser eleito membro desta Assembleia para o mandato que se iniciou em mil novecentos e noventa e quatro, uma vez mais como independente e nas listas do Partido Socialista, a que, algum tempo depois, vim a aderir e desde então venho pertencendo a este Órgão Autárquico, ininterruptamente até agora. Como é sabido, para as próximas eleições autárquicas de onze de Outubro, volto a integrar as listas do Partido Socialista, mas no último lugar dos efectivos o que, muito provavelmente, fará com que encerre hoje a minha participação de vinte anos nesta Assembleia Municipal de Viseu. É muito tempo ao serviço do Município que escolhi para viver. E é tempo, por isso, de um brevíssimo balanço reflexivo. Antes do mais, a pergunta óbvia: Valeu a pena? Claro que valeu a pena, como valem a penas as lutas de Davides contra Golias, certo como é que neste Concelho sempre pertenci a forças políticas minoritárias sem que, por isso, tenha algum dia pactuado com o poder instituído e deixado de lutar pelos meus ideais e por aquilo que considere justo e mais apropriado, do meu ponto de vista, à defesa dos interesses da Comunidade em que me insiro. Recordo a minha intransigente luta em defesa da implantação de uma Universidade Pública em Viseu, colaborando empenhadamente com o Engenheiro Coelho de Araújo e com o hoje também membro desta Assembleia, Professor Correia de Campos, na tentativa da criação duma Escola Superior de Saúde, bem como em todas as iniciativas que, ao longo dos anos, visaram a criação da almejada Universidade Pública. Recordo também as sucessivas intervenções em defesa do Centro Histórico de Viseu, denunciando a errada política do Executivo Camarária quer quanto à concepção do actual Mercado Dois de Maio, quer quanto ao esvaziamento e desertificação do tecido empresarial e habitacional da zona, a errada previsão no PDM que permitiu a implantação de grandes superfícies comerciais dentro da cidade, criando aquilo a que o actual Executivo chamou de “novas centralidades” mas que, ao cabo e ao resto, quase eliminaram aquilo que deve ser o verdadeiro orgulho de Viseu, porque representa verdadeiramente a sua História – o seu Centro Histórico, que agora apressadamente, se tenta, diz-se, “recuperar”. Recordo as minhas intervenções sobre cultura, cujas Comissões da Assembleia sempre integrei, abordando e denunciando a falta de uma verdadeira política cultural do Executivo, quer por nunca ter criado um Boletim Cultural digno desse nome, quer por nunca ter apostado na realização de um evento internacional, ou no mínimo de prestígio nacional, no género de uma Bienal de Artes, fosse de escultura, fosse de música, ou de qualquer outro género artístico. A este propósito, não esqueço uma longa intervenção que produzi acerca do Plano Estratégico de Viseu, que o Executivo trouxe a esta Assembleia em mil novecentos e



noventa e cinco. Como não esqueço dispersas intervenções em defesa do que de melhor se foi e vai fazendo em prol da cultura urbana em Viseu, nomeadamente sobre o projecto Área Urbana, impulsionado por Ricardo Pais, sobre o edifício do Teatro Viriato, que me lembro deste Executivo, nos seus primórdios, apelidar de “elefante branco”, sobre o Cine Clube de Viseu, sobre o Centro de Artes do Espectáculo de Viseu, etc., etc. Recordo também as mais diversas intervenções em que abordei o trânsito citadino, nomeadamente o meu pedido de que fosse colocados semáforos limitadores de velocidade frente ao novo Palácio da Justiça na Avenida da Europa, o que veio a suceder, bem como as muitas intervenções que produzi quanto à Polícia Judiciária e a Polícia Municipal, e quanto à Justiça, as falhas sentidas na Comarca e as minhas perspectivas e anseios quanto a tal matéria. Recordo as minhas múltiplas intervenções na discussão das mais diversas matérias trazidas à Assembleia pelo Executivo Camarário, nomeadamente quanto à enorme conflitualidade judicial do Município e quanto aos Regulamentos Municipais, de que não esqueço o Regulamento Municipal da água que, depois de denunciadas por mim as múltiplas ilegalidades que continha, mesmo assim foi aprovado e (recordam-se?) voltou a ser apresentado nesta Assembleia dois anos depois, sem qualquer alteração, apenas expurgado da principal ilegalidade que era a falta de discussão pública, como se fosse a primeira vez que era apresentado, de novo revogando o que dois anos antes fora revogado, sem revogar o que estava em vigor! Tive também o gosto de, por duas vezes, intervir na Sessão Extraordinária Comemorativa do Vinte e Cinco de Abril, abordando numa delas um tema que me é caro, o da Descolonização, em que incluí poemas de Autores Africanos de todas as ex-Colónias Portuguesas. E tive ainda o gosto de subscrever e apresentar propostas de Moção e de resolução sobre diversos temas, de que quero apenas destacar, porque emblemática, a proposta de criação na cidade de uma Casa Mortuária em Viseu e de um Crematório Municipal, a fim de que as pessoas que não professam a Religião Católica possam, com a dignidade atinente à sua Religião, ou ao facto de não professarem nenhuma, ser velados por familiares e amigos e volverem ao pó da forma que melhor entenderem. A maioria das propostas, minhas ou do Partido Socialista, sistematicamente, só por não serem oriundas do Partido no poder, foram rejeitas ou ignoradas. Mesmo assim, com o mesmo denodo, com a mesma determinação, continuámos, eu e os meus companheiros de bancada, a apresentar as nossas propostas, a questionarmos o sentido único e autista da governação PSD do Concelho, numa luta que, como atrás referi, se assemelha à de David e Golias. Nomeadamente quando vemos despudoradamente, o assédio a que, a cada nova eleição, são sujeitos os Autarcas das freguesias eleitos pelo PS, tantos deles hoje aqui presentes nesta Assembleia defendendo as cores do Executivo, ou preparando-se para o fazer na próxima Legislatura. E é por este sistemático ignorar das posições dos adversários e do respeito que estes deviam merecer, que muito me surpreende que, justamente, o slogan da campanha do Senhor Doutor Fernando Ruas nestas eleições seja a de que “Viseu somos todos nós”. Somos, de facto, mas não como o entende o Executivo Camarário. Já vai longa esta intervenção, o que espero me relevem por ser de despedida. Com todos os Senhores Deputados convivi com o maior respeito, nas diferenças, saudáveis, de pontos de vista. A todos saúdo e desejo as maiores felicidades pessoais e políticas. Aos meus camaradas da banca do Partido Socialista que venho coordenando, bancada de que hoje voluntariamente me afasto em defesa do são princípio da renovação das pessoas nas Instituições, saúdo fraternalmente e exorto a que continuem nesta luta denodada pelo direito à diferença, da defesa intransigente dos pontos de vista que defendemos. E, termino, repetindo, que valeu a pena ter tentado colaborar no progresso e melhoria de condições de vida das gentes de Viseu através daquilo que, modestamente mas com a consciência do dever cumprido, me foi possível fazer nesta Assembleia Municipal. Senhor Presidente e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, a todos, as minhas saudações e o



meu profundo Bem-hajam”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Deputado. Da parte da Mesa obviamente, que também o nosso agradecimento pela intervenção assídua e permanente na Assembleia e votos também, Senhor Deputado, de todas as felicidades pessoais. Temos dois momentos, portanto, temos uma Moção para debater e não sei se na sequência da intervenção de despedida algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Iria por partes. Iria para já por à discussão a Moção apresentada e tenho duas inscrições sobre esta matéria. Tenho o Deputado Esteves Correia, tenho a Deputada Graça Pinto e tenho agora também o Senhor Deputado... Ah, está inscrita no Período Antes da Ordem do Dia? Então nesse caso só tenho dois inscritos e o Deputado João Paulo também, ok. E estou a dar a palavra só para debater e votar a Moção. Se alguém quiser usar da palavra na sequência da segunda intervenção do Senhor Deputado eu darei a palavra. Senhor Deputado Esteves Correia tem a palavra”. -----

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Ao longo destes anos habituei-me a ver no Doutor Ribeiro de Carvalho, um amigo de há longo tempo e de muita convivência, eu vi sempre uma pessoa com espírito de lutador apesar de termos, inclusivamente, nesta Assembleia, diversas vezes, diversas discussões acaloradas, às vezes até, neste púlpito. Encontrei sempre nele um amigo, uma pessoa com quem se podia conversar e que também encontrei aqui, que é para mim o grande motivo de pertencer a esta Assembleia Municipal desde sempre e ter sempre aceitado para trabalhar nesta Assembleia Municipal pelo meu Partido, defendendo as cores do meu Partido, nunca reivindicando lugares, mas sim, quando me convidam aceitando que me ponham no lugar que quiserem, porque é para trabalhar para a minha terra e para o meu Concelho. Encontrei sempre isto também, e o meu pensamento com o Doutor António Ribeiro de Carvalho, encontrámo-nos diversas vezes em conversa em vários pontos comuns, mas este era um ponto que era muitas vezes comum. Há necessidade em Viseu de uma Casa Mortuária que não crie constrangimentos aos familiares das pessoas que morrem, por elas não professarem a religião católica, ou outro religião existente, porque há algumas igrejas, se bem que não tenham Casa Mortuária, têm os Templos onde podem também depositar os corpos. No entanto, quem seja agnóstico, ateu, ou quem seja de uma outra religião como a muçulmana, ou outra qualquer, budista, não tem espaço e a família será, ao fim ou ao cabo, na minha opinião, apesar de católico praticante, violentada em ter que colocar o corpo numa Casa Mortuária da Igreja Católica. Acho que o Doutor Ribeiro de Carvalho concorda comigo e eu com ele, por isso apresentámos esta Moção, que deverá ser estudada a possibilidade de rapidamente pela Câmara Municipal. Por isso, recomendamos que a Câmara a analise no próximo mandato, seja ela a Câmara que for. Penso e espero que seja o Doutor Ruas, a analisar uma localização e a construção de uma Casa Mortuária sem vínculo nenhum, uma Casa Mortuária civil. Também e isto porque eu sempre pensei que não deveria ficar apesado à família e acho que também a cremação é o caminho certo para depois de determinarmos o período que passarmos por esta terra. Era muito longe, primeiro era em Lisboa, depois passou a ser no Porto, agora parece que já há na Figueira da Foz, infelizmente vão havendo lugares onde existem fornos crematórios, mas também seria bom que a Câmara Municipal de Viseu pudesse pensar nisso, porque não só é uma resposta a muitos cidadãos que o desejam. Cada vez tenho encontrado mais pessoas a desejarem ser cremadas, como também é uma acção pedagógica, para que as pessoas o possam pensar, mais pessoas o possam pensar e ao mesmo também, se cada vez mais pessoas quiserem ser cremadas, abrevia a necessidade da nossa Autarquia estar sistematicamente a ampliar os cemitérios, o que cria problemas de diversa ordem que escuso de estar aqui a levantar. Por isso mesmo, eu propus esta Moção, talvez até propositadamente sem estar a meter os Partidos para que se note que é da sociedade civil.



Nós pretendemos apresentá-la, que nasça esta proposta para que a Câmara pondere e a possa vir a executar rapidamente. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Ribeiro. -----

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)

– Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Relativamente à Moção que é apresentada, evidentemente que, o Partido Socialista saúda esta Moção de recomendação ao Executivo Camarário. Saúda pelo seu conteúdo, mas também não podemos deixar de dizer, pelo entendimento que isso representa entre dois Deputados, um Deputado da Bancada Socialista e como sabem um Deputado da bancada do PSD. Reconhecendo os considerandos da Moção, portanto, a necessidade patente desta existência de uma Casa Mortuária, quer do Crematório. Aproveitando então, na mesma intervenção, é evidente de que não poderia deixar de vir a este púlpito e enfim, em nome do Partido Socialista, dar uma palavra que tenho que a moderar do ponto de vista em que o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, deixará de fazer parte desta Assembleia. Longe vá o agoiro, não deixa evidentemente de estar entre nós por muitos e bons anos, seguramente, é o que todos desejamos, mas deixar aqui uma palavra que no fundo faça o reconhecimento, o reconhecimento do Partido Socialista, o reconhecimento desta Assembleia Municipal. Efectivamente ao que foi a sua, digamos, prestação e ao que foi a sua entrega a este Órgão, ao Concelho de Viseu, à nossa cidade, ao longo destes últimos anos. O Doutor Ribeiro de Carvalho fez-nos o favor de evidenciar algumas das lutas, alguns dos sonhos que prosseguiu ao longo destes anos e nós enfim, o Partido Socialista, a Bancada, concretamente, do PS desta Assembleia, só pode exultar ainda mais todo este seu esforço. Como Deputado da Assembleia Municipal, evidentemente como profissional, nós sabemos que é respeitadíssimo na nossa cidade, eu diria mesmo na nossa região. Um homem que também até na sua Ordem profissional, na Ordem dos Advogados, tem um papel importantíssimo, reconhecido pelos seus Pares. Na sua intervenção, de facto, o movimento cultural em Viseu, o Cine Clube de Viseu, ao CAEV, como aqui referiu, ao Centro de Artes de Espectáculos de Viseu, sendo um dos seus fundadores. Portanto, que se possa, na minha perspectiva, nas nossas perspectivas, dizer de exemplar no seu exercício, precisamente, de cidadania, de entrega à comunidade, de esforço para que efectivamente, o mundo, enfim, em concreto, o Concelho que habitamos, seja cada vez melhor. O Doutor Ribeiro de Carvalho, é portanto, uma pessoa que eu e agora aqui gostaria também, pessoalmente de o deixar bem claro, que eu aprendi a admirar há muito anos e que tenho a vaidade de o considerar meu amigo. Acho que é um exemplo para esta Assembleia. É um exemplo, seguramente, para todos os cidadãos viseenses, para todos os cidadãos do mundo, a forma desprendida, não ortodoxa com que entende efectivamente o mundo, faz dele um cidadão singular. Hoje mesmo, temos aqui uma demonstração também, desta sua forma de estar na vida. No fundo despede-se desta Assembleia com uma Moção partilhada com outro Deputado desta Assembleia e portanto, sempre na procura, como eu dizia, para não me repetir muito mais, do bem e de uma qualidade de vida melhor para todos nós. Em nome, evidentemente, da Bancada do Partido Socialista, não podíamos deixar de fazer aqui este mais de que justo reconhecimento e deixar lavrado em acta para as gerações vindouras. Se o mundo fosse constituído por mais cidadãos com o perfil do nosso estimado Ribeiro de Carvalho, seria seguramente, um mundo melhor. Muito obrigado”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- DEZOITO – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA

SILVA (CDS/PP) – No uso da palavra diz o seguinte: “Antes de mais, como é óbvio, sublinhar e concordar com as palavras do João Paulo relativamente ao Doutor Ribeiro de Carvalho. Eu não tenho, mais uma vez, a experiência do João Paulo ao seu lado, nem tenho a experiência de estar cá há mais anos para poder com outra memória recordar, ou com outra memória, registar o contributo do Doutor Ribeiro de Carvalho. Posso



assegurar no entanto, que eu antes de fazer parte desta Assembleia já ia sabendo, ia tendo relatos do que era o Doutor Ribeiro de Carvalho, não só como político Membro desta Assembleia, até como ilustre elemento da profissão que eu também abracei. Portanto, os hábitos de rigor, a sua forma aguerrida de defender as suas posições, gostava só que soubesse que me eram comunicadas e me eram feitas chegar ao conhecimento e portanto, era uma admiração distante, mas que agora se registou. O Doutor Ribeiro de Carvalho não é um socialista qualquer, é um socialista ideologicamente bastante radicado, não é radical, radicado de ideias, portanto, é daquelas pessoas de quem eu gosto particularmente de discordar, apesar de que há lutas que eu gosto particularmente de abraçar, nomeadamente essa da cidade projectada através da sua força cultural, que também são as suas. Portanto, gostava em nome do CDS e também, um pouco, em meu nome pessoal, que ficasse com este registo na memória. Quanto à Moção apresentada à votação, venho também dizer que o CDS concorda com ela. É de facto uma Moção que sublinha e reconhece os tempos em que vivemos e portanto, parece-nos que tem todo o cabimento. Aliás, gostava só de deixar, não são ressalvas, são: primeiro, uma nota de pena por não ter sido, ou melhor gostava de lembrar aos Senhores Membros, Ribeiro de Carvalho e Esteves Correia, que o CDS, teria apreciado bastante ter sido abordado para também nós próprios assinarmos essa Moção. Espero que o facto de nós nos inscrevermos numa ideologia chamada Democrata Cristã, espero que não tenham pensado que não havia esse economismo da nossa parte. Só para reforçar o nosso comprometimento com a Moção, gostava de deixar registado que nós próprios teríamos ficado bastante satisfeitos se a também tivéssemos assinado, mas pronto, vamos votar favoravelmente, com uma última ressalva também, que é o seguinte, alertar para que se a Câmara Municipal aceder a esta proposta, provavelmente com algum cuidado relativamente à sua concretização prática, porque se queremos dar dignidade às outras religiões que não a Religião Católica temos que ter em conta que, assim como a Religião Católica, um enterro, ou um funeral, que essas religiões entendem como digno, tem a ver também com a sua dimensão simbolística, com uma dimensão estética da própria religião, com os rituais. Portanto, temos que saber coordenar, temos que saber construir uma estrutura que tenha a versatilidade suficiente para abarcar todas as práticas religiosas, com todos os seus símbolos e até, pelos vistos, que também é para abarcar pessoas que não têm religião nenhuma. Era só isto que eu queria dizer e deixar este registo. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- DEZANOVE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu obviamente que, até por uma questão de princípio, uma das lutas que me é muito querida, a luta contra as discriminações, sejam elas por razões sexuais, étnicas, culturais ou religiosas, ou outra opção portanto, sexual. Por tudo isto não poderíamos deixar de abraçar uma proposta que visa essencialmente e fundamentalmente dar igualdade de oportunidades a cidadãos e cidadãs com credos religiosos diferentes, ou sem eles, ou sem nenhum credo religioso, terem condições dignas e de coerência com a sua vida para acompanharem os seus entes queridos na altura do seu desaparecimento. Portanto, votaremos a favor dessa proposta e também da proposta de recomendação, no sentido de termos um Forno Crematório em Viseu. Quero explanar as minhas posições sobre isso e também as minhas opções pessoais, ou até familiares, mas posso como aparte dizer que também partilho de que todos e todas devem ter oportunidade de optar por essa solução, em vez de serem enterrados, portanto, saúdo esta iniciativa. Pareceu-me até que a iniciativa não teve um valor partidário, pareceu-me totalmente, da forma como o Doutor Ribeiro de Carvalho apresentou, foi uma iniciativa que partiu de dois Membros desta Assembleia, independentemente dos grupos a que pertencem. Até saúdo também que isso assim tenha acontecido, que é sinal que muitas questões não passam de facto, só por lutas





partidárias. É de saudar, é saudável, não me sinto nada discriminada por não ter sido também associada a esta Moção. Penso que não tinha a ver com o sentido com que ela foi apresentada. Relativamente ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, também não terei o conhecimento de vários mandatos. Fui eleita só há quatro anos e acabo agora o meu mandato, mas do contacto que tenho tido, quer nas reuniões, quer do que tenho acompanhado do percurso do Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, tenho-o como uma pessoa com grande dignidade, frontalidade e firmeza na defesa das suas convicções, mas simultaneamente, uma pessoa sem rancores, que não é ressabiada e que não ataca o seu adversário de forma, enfim, rancorosa. Todas essas características fazem, quanto a mim, do Doutor Ribeiro de Carvalho, como pessoa e como Deputado Municipal, alguém que deve ser objecto da nossa admiração. Continuaremos a encontra-nos por aí de certeza, como cidadãos, a batalhar por este Município como até agora, noutros palcos, noutros fóruns. Muito obrigado Doutor Ribeiro de Carvalho”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- VINTE – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Vim prestar uma homenagem justa a um camarada, desculpem-me de utilizar esta terminologia numa Assembleia, mas realmente camarada no bom sentido, camarada de luta, camarada de percurso, é um grande homem. Sobre os grandes homens nós recordamos mais as obras do que as palavras. Do mesmo modo que sobre os cidadãos que marcam, ou marcaram o seu tempo pela sua rectidão e pela sua nobreza de carácter, também não são precisas muitas palavras. Basta dizer obrigada por existir como tal, nos ter dado a honra do seu convívio, dos seus ensinamentos, do seu exemplo de vida. Para mim foi um exemplo de vida. O Partido orgulha-se de ter nas suas fileiras um homem como tal, como o Senhor e esperamos como é óbvio, contar consigo sempre. Deu aqui hoje, juntamente também com o Senhor Deputado Esteves Correia, um exemplo de entendimento que seria extraordinariamente interessante que se repetisse muitas vezes a bem da democracia e a bem de Viseu. Obrigada Doutor Ribeiro de Carvalho”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu vinha aqui falar da Moção e também da intervenção do Doutor Ribeiro de Carvalho. Distingua duas situações na intervenção do Doutor Ribeiro de Carvalho. Distingua a pessoa, o político, das considerações. Quanto às considerações como é óbvio, não estou de acordo, inclusivamente tenho muita discordância em relação a muitas situações que tem a ver com a chamada humildade democrática. A humildade democrática é o respeito pelas minorias, mas é também a aceitação da legitimidade das maiorias. Dentro deste princípio, eu discordo totalmente de muito do que aqui foi dito pelo Doutor Ribeiro de Carvalho. No entanto, como pessoa, como político, quero dizer-lhe que o admiro. É uma pessoa que ama Viseu, que luta por Viseu. É frontal e eu admiro a frontalidade, admiro o seu envolvimento sociocultural, admiro até a sua acutilância, o seu lutar pelas suas ideias e nesse aspecto acho que deu a todos nós um grande exemplo de defesa em prol dos interesses de Viseu. É à pessoa e ao político, independentemente das considerações, que eu lhe presto aqui a minha homenagem. Esqueci-me de uma situação que tem a ver com a proposta. Eu concordo com a proposta, no entanto, gostaria de alertar aqui para duas situações se for possível, eu penso que as Casas Mortuárias são da responsabilidade do Ministério da Justiça. Sendo da responsabilidade do Ministério da Justiça e como estamos a ver que há uma resposta em termos da Igreja Católica, eu reconheço que há necessidade de haver sentido de se esta responsabilidade existe, em que a Câmara em conjunto com o Ministério da Justiça, dê forma a esta situação. Quanto à situação da cremação, eu penso que também deve ser um objectivo e penso que deve haver um estudo, em termos da sociedade,



no sentido de antes do investimento saber-se até que ponto a própria sociedade quer optar por esta situação, por este destino final”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara também pediu para se pronunciar, tem a palavra”. -----

- VINTE E DOIS - SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMATÁRIO – Usa da palavra dizendo o seguinte: “Apenas sobre esta matéria e muito ao de leve, para dizer que as Casas Mortuárias, infelizmente muitas que existem e são da responsabilidade da construção camarária, são propriedade da Junta de Freguesia, não são propriedades das Igrejas, portanto, penso que mereciam este esclarecimento. Muitas Casas Mortuárias que tivemos o gosto e colaboração com as Juntas de Freguesia, de espalhar por este Concelho. Julgo que neste momento não há nenhuma Freguesia que não tenha uma Casa Mortuária e que nenhuma delas, tenho a certeza, é propriedade da Igreja, são propriedades da Freguesia, o que significa que são propriedades municipais. Quanto ao Forno Crematório, eu queria dizer que a Câmara tem uma proposta para fazer um, nas nós achamos que estas decisões têm que ser pensadas. Têm que ser pensadas sobretudo se temos gente preparada e gente a desejar essa forma. Naturalmente para a Câmara é tudo mais simples, para quem tem que alargar constantemente cemitérios, esta era uma resposta muito mais simples, mas como também temos muita consideração pelos sentimentos dos nossos concidadãos, naturalmente vamos aguardar até esta situação estar amadurecida. De qualquer das maneiras, eu folgo muito, apesar de achar e nem sequer inicialmente me queria pronunciar, porque isto é matéria para o outro Executivo. Falta um mês para o outro Executivo, de qualquer das maneiras, endereçado a nós, não faremos nada neste momento até novas eleições. O Executivo que vier a seguir tratará de resolver esta situação. Queria dizer mais uma outra coisa, porque não deixarei obviamente de responder às considerações do Doutor Ribeiro de Carvalho. Também queria dizer ao Doutor Ribeiro de Carvalho, que fala alguém que pauta também a sua posição por ser frontal, por ser recto. A seguir vou responder-lhe aos considerandos e para lhe dizer também que enquanto pessoa, enquanto Deputado, o admirei, apesar de estar na maioria das vezes em desacordo consigo e eu até tenho boas razões pessoais para ter estima por si, como sabe, mas não deixarei de estar de desacordo com as considerações. Daqui a bocadinho vou responder-lhe à letra em relação às considerações, naturalmente porque quem há-de pensar que está errado nesta apreciação é o Doutor Ribeiro de Carvalho, porque os cidadãos não se enganam e consecutivamente terei aprovando a política que lavámos a cabo. De qualquer das maneiras, reitero-lhe a minha consideração pessoal e os meus agradecimentos, até por reconhecer que em períodos em que muitos se esconderam estava lá o Doutor Ribeiro de Carvalho. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Então vamos passar à votação da Moção. A Moção está aprovada por unanimidade. A seguir dou a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro e a seguir ao Senhor Deputado Hélder Amaral, que diz que é só para uma intervenção de despedida, não é? Hoje parece que está na Ordem do dia”. -----

- VINTE E TRÊS - SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Pede a palavra, intervindo a do seguinte modo: “Esta também será a última intervenção que farei nesta “Casa” pelo menos nos próximos quatro anos. Isto porque não integro qualquer lista candidata à Assembleia Municipal, por opção. Para mim a renovação concretiza-se com actos e não com palavras apenas. Neste contexto pretendo deixar umas breves referências: - Um agradecimento especial ao Presidente da Assembleia Municipal pelo privilégio que me deu em trabalhar com o Senhor. É uma pessoa dinâmica, empenhada, competente e conhecedor dos assuntos. Conseguiu trazer para esta Assembleia, uma nova dinâmica e criar um espírito de trabalho com energia e activo. O Senhor continua um passo à frente de toda a concorrência. Muito obrigado. –



Agradecer ao Senhor Primeiro Secretário, que não está neste momento, mas agradecer-lhe pela sua disponibilidade, entrega e amizade que nos uniu durante estes anos de trabalho. – Agradecer a todos os Membros desta Assembleia a forma como me receberam e a relação de cordialidade que estabelecemos. Aprendi muito com todos, sem qualquer excepção e fiz bons amigos nesta “Casa”. Um cumprimento especial para o Senhor Coelho e o Doutor Ribeiro de Carvalho. – Agradecer também ao Senhor Presidente da Câmara. Aos seus Vereadores e funcionários todo o apoio disponibilizado, sempre que o solicitei. Em particular ao Senhor Presidente da Câmara gostaria de deixar uma breve referência política. Durante os dezasseis anos que passei nesta Assembleia as críticas mais fortes, mais intensas, a que assisti contra o Senhor Presidente, não diziam respeito a obras, à gestão financeira ou às opções políticas. Nada disso. As críticas mais contundentes que ouvi da sua oposição diziam respeito ao seu estilo, curiosamente. Há quem pense que “para poder singrar na carreira, um bom político, deve não só dominar a sua própria língua, como também uma variante da mesma, que no caso nacional, se chama politiques”. Como o Senhor emprega um estilo frontal, directo e directo, provavelmente outros gostariam que o Senhor usasse o dialecto “politiques” onde se fala muito bem mas de forma ambígua e indecifrável. Temos que reconhecer que o Senhor nunca utilizou este dialecto pernicioso. É directo, frontal, incisivo, discute os assuntos com a paixão de quem acredita profundamente no que faz e na sua terra. Eu admiro essa frontalidade e os viseenses também a têm conhecido. Quer queiramos quer não, a sua forma de fazer política foi uma pedrada no charco no contexto regional e mesmo nacional. Só pode atirar pedras quem não tem telhados de vidro e o Senhor não tem telhados de vidro. Estamos habituados a políticos que se limitam a fazer lançamentos da primeira pedra. Por vezes lançam-na tão longe que se torna difícil encontrá-la o Senhor é o oposto destes políticos. Preocupa-se em iniciar e terminar todas as obras. Existe um ditado que traduz a sua acção política: “pedra que rola não cria musgo”. É bem verdade. Será muito difícil encontrar musgo na actividade Autárquica por inacção. Senhor Presidente a mim não me preocupa tanto o seu estilo (que até tem as suas virtudes), interessa-me mais a forma decidida como resolve os problemas dos viseenses. E do seu empenho nesta luta diária não tenho qualquer dúvida. Finalmente gostaria e mudando um pouco de assunto, gostaria de deixar breves reflexões acerca deste mandato na Assembleia Municipal e da minha participação nele. Quando iniciamos qualquer mandato político temos a pretensão que iremos resolver todos os problemas dos nossos eleitores. Na realidade ficamos sempre aquém das expectativas que criámos. Eu não fugi a essa situação. Defendi em conjunto com a bancada do PSD, nesta Assembleia, algumas obras e serviços fundamentais para os viseenses mas, que se tornaram em autênticas novelas e onde o Governo do nosso País fica mal nesta fotografia. Alguns exemplos: - Centro Escolar de Ranhados – uma novela que teve o início há algum tempo, mas promete prolongar-se. Os seus produtores decidiram a meio da novela alterar o fim da mesma; - Novas Unidades de Saúde Familiar – uma novela que tem quatro anos e termino este mandato sem ver o fim da mesma, (felizmente fecharam o Centro de Saúde II que tanto reivindiquei. Mas, também fizeram o mais simples que é, fechar, fechar e fechar...); - A Radioterapia e Medicina Nuclear no Hospital de Viseu, já aqui falada – urgente mas esquecida pelos decisores. Os doentes oncológicos da região desesperam por uma solução; - As listas de espera para cirurgia no Hospital de Viseu – deixam-nos envergonhados quando comparadas com outros hospitais da Zona Centro. Para que serve uma Administração de um Hospital que não consegue resolver estes atrasos ano após ano? Apesar da dedicação dos técnicos de saúde perecem ainda faltar alguns meios e organização; - Auto-estrada Viseu/Coimbra, já aqui falada – uma novela também longa em que os seus produtores têm a falta de vergonha em acrescentar sistematicamente novos episódios. O público já está cansado desta novela; - Variante da Estrada Nacional duzentos e vinte e nove – depois de tantas vezes anunciada, será que



algum dia esta novela vai terminar? Tal como estas existem muitas outras novelas que não parecem ter fim à vista. Esta é uma das razões principais porque os políticos se encontram desacreditados perante as pessoas. A sua impotência em concretizar da melhor maneira os anseios das populações, aliado a um discurso ultrapassado e arcaico, provoca uma falta de esperança e afastamento irrecuperável. Isto devia-nos fazer pensar a todos... Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Joaquim Pedro. Também publicamente testemunhar, para além da amizade que temos, o conhecimento pelo trabalho desenvolvido enquanto Secretário da Mesa e toda a colaboração prestada. Obviamente que pelo facto de sair da Assembleia Municipal tão novo, ainda por cima, não o impede que continue a participar do poder cívico. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Hélder Amaral. Não era exactamente a ordem de inscrição, mas face aos argumentos apresentados conscientemente passa à frente de duas pessoas”.

- **VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL CDS/PP** – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimentar os Senhores Presidentes, o Senhor Presidente da Câmara, Vereação, caros colegas Deputados, comunicação social, público. Como repararam faço hoje um cumprimento diferente e faço-o, porque faço hoje a minha última intervenção nesta Assembleia, será até um dia destes. Não posso fazer um balanço da minha actividade, prometi a mim mesmo que só faria uma intervenção, porque tenho um comício marcado para o dia dezassete e o respeito por esta Assembleia, pelo facto de ser cabeça de lista me deve obrigar apenas e só, a dizer aquilo que é o meu sentimento, a minha experiência ao longo dum par de anos. Confesso que não sei exactamente quantos, não contabilizo aquilo que dou ao Concelho e ao Distrito. Dou por gratidão e dou por amor a esta terra. Queria começar por cumprimentar a Mesa na pessoa do Senhor Presidente e dizer que o conheci praticamente aqui e aqui fizemos amizade, continuou o trabalho sempre profícuo e colaborante na Assembleia da República. E queria cumprimentá-lo, agradecer a forma simpática e amiga como sempre me tratou, apesar de outro Partido e dizer uma nota pessoal que eu espero que não tenha outra leitura, que não quero, nem de longe nem de perto, imiscuir-me naquilo que são as decisões de um Partido grande, digno, com grande relevância na democracia portuguesa, que é o Partido Social-Democrata. Dizer que gostava de o ter como cabeça de lista por Viseu, é uma nota pessoal, é um desejo pessoal, nem tão pouco pouca o cabeça de lista do Partido Social-Democrata, que faz o favor de ser um amigo e pessoa que eu estimo e admiro. É apenas uma nota pessoal. Dizer também aos Presidentes de Junta, com aqueles que concordei e dos que discordei e queria fazer um cumprimento na pessoa do Senhor Coelho. Ele lembrar-se-á de mim como eu me lembro dele, nos corredores da Central de Camionagem, porventura eu ainda de calções e muito novo. Desde essa altura que somos grandes amigos e gostava de lhe agradecer o amor ao seu Partido, mas essencialmente o amor ao seu Concelho, à sua terra e dedicação que sempre deu. E dizer-lhe que são exemplos destes que fazem com que de facto Viseu seja uma terra diferente. Tenho outros amigos nas Juntas de Freguesia e portanto, fica na sua pessoa um abraço a todos eles. Dizer ao Senhor Presidente da Câmara que lhe tenho um sentimento de gratidão, porque a sua forma de fazer política fez-me crescer também enquanto político. Às vezes um adversário difícil melhora a nossa performance. Mesmo não sendo um especialista em linguística, eu preferi partir daqui com a sensação que todas as nossas divergências nunca foram pessoais e de facto, nunca foram. Foram porque sentimos Viseu, porventura, da mesma forma, o amamos da mesma forma e porque dizemos o que pensamos e isso é de facto, algo que eu sempre farei, aliás, quem me conhece saberá que eu nunca mando dizer. Portanto, quero fazer esta intervenção com o máximo de cuidado, mas com vontade de ser igual a mim próprio. Queria dizer ao Doutor



Ribeiro de Carvalho que o conheci também nesta Assembleia, fizemos parte de vários grupos. Eu tentei fazer parte de tudo, mesmo sendo só um, muitas das vezes e às vezes falhei, mas isso é próprio da minha condição humana, tenho defeitos, mas aprendi com o Doutor Ribeiro de Carvalho a certeza ponderada e o rigor. Deixe-me que lhe diga Senhor Doutor que o rigor é a melhor forma de justiça que eu conheço. Portanto, muito obrigado por esses ensinamentos e pelas várias lutas que tivemos a oportunidade de travar, nem sempre do mesmo lado. Dizer que não vou fazer nenhuma consideração, porque acho que se há culpados em política e se há lições em política a fazer, em política há sempre um julgamento com data marcada e há um julgamento no dia vinte e sete e outro no dia onze e todos nós seremos julgado por esse grande tribunal que é o povo português e no caso, os viseenses. À comunicação social, que eu pela primeira vez hoje me referi a ela, para dizer que me tratem da forma que entenderem como sempre fizeram, nunca me queixei, como nunca me queixarei, mesmo quando eu chamei ao Jornal da Beira, o jornal do regime. Jornal que eu assino e que durante três anos não publicou uma única acção do Deputado, que porventura, não é dos muitos que trabalha. Eu até tinha um pedido a fazer ao Jornal, como tem corrido bem, os próximos três anos é bom que também não publiquem nada. Não sou supersticioso, mas às vezes “não vá o diabo tecê-las”, mas digo isto com toda a amizade, porque eu acho que é assim que a democracia deve ser feita. Deve ser com toda a gente a dizer o que pensa, mas sem esquecer aquilo que eu faço sempre. Para mim ser de Viseu não é uma moda, não escolhi, aconteceu, eu quando disse que era por gratidão, é porque fui sempre bem recebido por todos aqui. Não nasci aqui, como facilmente se nota, mas fui recebido como mais um. Tenho em todos os lados amigos, aqueles que pensam que na política não se fazem amigos, apesar do meu estilo, eu fiz imensos amigos nesta mesma casa e aprendi com muitos deles. Não quero sequer referir nenhum para não ferir susceptibilidades. Mas tenho de facto, grandes amigos e tenho sentido nesta campanha esse sinal de amizade de muita gente. Dizer que é um até já, eu tenho outras batalhas, continuarei, como eu digo, a ser viseense é uma forma de estar e portanto, eu sou viseense aqui, na China, no Paquistão, em Lisboa, estarei sempre na luta pelos interesses de Viseu. Quero estar à disposição de todos, para o que quiserem, para o que entenderem, para aquilo que acharem que a minha experiência posse vir a ser útil. Dizer como dizia uma pessoa que eu admiro e não é do meu Partido, Doutor Santana Lopes, “vou andar por aí”. Eu termino dizendo a mesma coisa, também vou andar por aí. Muito obrigada”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Deputado. Agradeço as suas palavras simpáticas e obviamente, pela boa amizade. Continuação de um bom trabalho. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São José”. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ – (PSD) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu nesta minha intervenção gostaria também de dirigir aqui uma palavra em nome de todos os colegas, já o foi feito pelo colega Professor Ernesto, mas gostaria de fazê-lo também ao nosso colega Senhor Coelho, da Junta de Freguesia de São Pedro de France. E com ele gostaria de lembrar três colegas, três colegas que me marcaram muito nesta minha passagem e que espero, venha a continuar nesta passagem pela Junta de Freguesia de São José e que são: o Senhor Daniel da Junta de Freguesia de Cavernães, o Senhor Álvaro da Junta de Freguesia de São Salvador, o Senhor Pereira da Junta de Freguesia de Couto de Cima e o Senhor Coelho da Junta de Freguesia de São Pedro de France. De facto, aprendi muito com eles, foram pessoas com quem sempre mantive uma boa relação e penso, por aquilo que eu conheço, com todos os outros colegas, por isso, caros amigos, caros colegas, os Senhores não nos vão deixar de facto. Isso foi dito na última reunião de Junta, onde vários colegas intervieram, em Cavernães. Os Senhores vão continuar connosco, vamo-nos encontrando por aí e de facto, aquilo de que nós nos





devemos lembrar, é esta boa relação de trabalho que houve entre todos. Para mim guardo o facto do que muito aprendi convosco, por isso, muito obrigado. E agora continuaria a minha intervenção. Só por desconhecimento poderá haver alguém que não reconheça que a nossa cidade, nos últimos anos, se tornou numa das melhores cidades para viver. O seu desenvolvimento foi notório a todos os níveis, apesar da crise que teima em continuar. Como é do conhecimento de todos a minha Freguesia beneficiou e muito com as obras do Viseu Polis. Se já era a Freguesia que mais pessoas atraía durante o ano, devido ao grande certame que ali se realiza todos os anos, que é a Feira de São Mateus. Agora, devido a várias obras que foram feitas, enquadradas no programa Polis, refiro-me à requalificação da Cava do Viriato, ao Parque Linear de Santiago, Rio Pavia, aquela zona tornou-se ainda mais atractiva e como tal, mais visitada e mais procurada também para viver. No referido Parque Linear da Radial de Santiago, estava prevista a realização da feira semanal. Apesar de nunca o ter manifestado publicamente, sempre tive esperança que o Senhor Presidente da Câmara, e a sua equipa, tomasse a decisão que recentemente anunciou, da não transferência da feira semanal para o dito espaço. Como representante da Junta de Freguesia de São José e pelas mensagens de apoio que me têm chegado, a maior parte das pessoas acolhe de bom grado esta decisão. Para os empresários daquela zona, a decisão vem de encontro aquilo que eles perspectivavam. Por tudo isto, Senhor Presidente, um bem-haja e aproveito esta oportunidade para, assim que possa, proceder à colocação naquele espaço de um parque infantil. Seria juntar o útil ao agradável, porque de facto, seria um espaço mais reservado para as crianças poderem brincar. Era só. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Madeira Antunes. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS) - No uso da palavra intervém do seguinte modo: “Excelentíssimos Senhores Deputados que cessam funções nesta Assembleia, a partir deste mandato. Queria destacar aqui em especial, isto é suspeito, mas tenho que o dizer, em especial o Doutor Ribeiro de Carvalho, nomeadamente, se não o conteúdo, mas a forma e conteúdo ainda que na parte final com que realizou a sua, entre aspas, despedida. Senti uma emoção que só às vezes me advém, numa música que começa com botas a marchar em gravilha, porque teve muito a ver com liberdade e abertura, urbanidade, são coisas que me são muito caras. Bom, eu queria aqui em jeito de balanço deste mandato, nomeadamente naquilo que me diz respeito, às minhas intervenções, fazer aqui dois apontamentos, um mais conjuntural, circunstancial e outro que tem mais a ver com a estratégia do Concelho. Enfim, vou, como dirão alguns, bater nas mesmas teclas, mas não quero deixar de enfatizar, porque acho que são questões prementes. Em relação ao primeiro ponto, numas Assembleias Municipais atrás, referi que a cobrança da água em Viseu era injusta. Era injusta para as famílias médias e ambientalmente injusta, porque quem consome mais, em termos de uma família, quem consome mais vai ter um maior escalão e paga só por esse escalão. Portanto, acho que este Executivo, enfim, pelos vistos já não vai a tempo, mas que outro que se lhe segue, tem que rever rapidamente, porque no comunicado da DECO em Junho, faz portanto, um comunicado relativamente à denúncia de disparidades no preço da água e diz que meia dúzia de Concelhos, obviamente, entre eles o de Viseu, têm uma cobrança da totalidade do volume consumido ao preço do escalão do último metro cúbico consumido, citei o comunicado. Diz a DECO, “são manifestamente injustas e irracionais, com o prejuízo óbvio para os consumidores”. Portanto, temos meia dúzia de municípios a praticar este escalonamento da cobrança das taxas da água e acho que isto pode ser facilmente revisto, a da economia das famílias e até do ambiente, como facilmente se demonstra. Na altura o Senhor Presidente da Câmara, respondeu com a questão das famílias numerosas. Obviamente que essa questão é pontual, porque em termos de família comum, elas são penalizadas por este tarifário. Ainda relativamente ao



SMAS e às questões do consumo da água, não querendo pegar nos recibos da água, porque isso são conversas para outras campanhas e ainda bem que o Senhor Presidente alertou para não entrarmos por aí, eu queria alertar também para a DECO, já que é uma referência muito apregoada no Concelho, que a DECO, estava eu a dizer, relativamente ao consumo da água, neste caso ao SMAS, em vinte e dois municípios, qualifica, enfim, e isto num inquérito nacional às pessoas, como aconteceu noutros estudos que são apregoados, no Concelho de Viseu é baixa, em vinte e dois que foram estudados, nomeadamente ficou em décimo sétimo. Enfim, perdoem-me a linguagem futebolística, mas aqui vem a propósito, estamos abaixo da linha de água. Portanto, há que ver isto muito bem, o que é que estará mal, o que é que inquieta os consumidores de água em Viseu. Agora, entrando num plano mais estratégico e desculpem a expressão, batendo na mesma tecla, eu queria, não tenho aqui “power point”, apresentar aqui, enfim, de uma maneira pictórica, resumida, aquilo que é o Concelho de Viseu. Eu vou passar a explicar: temos aqui a verde a minha cidade, que é dentro da circunvalação, se bem que verde, muito bem colocada, uma das melhores cidades, mais aprazíveis para visitar em termos de espaço público, em termos de espaço verde, somos emblemáticos e bem, em termos de espaço verde, a outros níveis de arruamento, etc., etc., como eu também já elogiei aqui neste parlatório. Depois, temos ao centro aquilo que se pode converter num buraco negro. Então há que evitar este buraco negro, com iniciativas como a vossa, mas certamente com substanciais “upgrades”, desculpem-me este termo anglo-saxónico e a alguns níveis com uma modificação total das propostas que propuseram, passe o pleonasma. De facto, as entradas de Viseu, também muito bem cuidadas, e depois à volta da circunvalação, também já aqui falei, do anel de betão, a construção que foi e tem sido uma das forças que faz mover a economia neste Concelho. Mas há mais, desde logo perguntar-me-ão alguns o que é esta seta preta, é aquilo que eu sempre referi e agora ainda mais as tenho visto. No Verão fiz muitos passeios e mais tenho aquilatado esta pobre, mais do que pobre e eu sei que o Senhor Presidente está ciente disso, pobre situação ao nível do tratamento e descarga de esgotos de águas residuais que é terceiro-mundista, basta ir a vários pontos no Concelho. Que o próximo Executivo não deixe de debelar de vez esta situação, É de facto uma situação, que eu enquanto independente, mas fazendo obviamente e bem, parte da Bancada do PS, e falou-se hoje tanto daquilo que nos vai na alma, sabem que isto me vai na alma, esta dor de ter o meu Concelho assim. Mas e para acabar, porque às vezes o tempo que me dão é porventura curto, para além desta questão, aquilo que o Concelho tem de corrigir, não é corrigir, tem de despoletar, é realmente o desenvolvimento socioeconómico. Somos um Concelho já com cem mil habitantes, por razões conhecidas não há indústria, o comércio é o que tem acontecido nos últimos tempos, a agricultura, os serviços... Tudo bem, já sei que poderá dizer qualquer coisa sobre isso, mas a Internet é a este nível actualmente avassaladora. A construção civil, os inúmeros empreendimentos que estão neste momento, desculpem a expressão, “às moscas”, desculpem lá outra expressão é “um chão que deu uvas” e de facto, temos que actualizar o desenvolvimento. Braga é a cidade do software e da nova tecnologia, Coimbra é a cidade do ensino superior e da saúde, Aveiro é a cidade das telecomunicações e agora está a agarrar-nos energia. Porque é que nos está a agarrar a energia? Pergunto eu e porque é que nos está a tirar a energia a nós? Porque Viseu, enquanto cidade catalisadora de uma área e em que para além das associações empresariais tem no seu Presidente e na presidência, uma acção catalítica para agregar este (colasse?), porque quem diz este, diz outro, porque Viseu, contrariamente a estes três exemplos que eu dei, de repente cidades médias deste País, não tem uma área estratégica. Para já e contrariamente aquilo que é dito, eu acho que não tem planeamento estratégico, no meu entendimento não tem, tem plano de navegação à vista, mas independentemente disto, como é que vamos dar pão a estes cem mil habitantes que vieram para Viseu, também se explica demograficamente, como é que o próximo Executivo, estão aqui quatro



putativos Presidentes da Câmara, como é que poderão ajudar com a sociedade civil, com todos nós munícipes, como é que poderão catalisar o futuro, que tenha rodas dentadas e que siga em frente. Era só”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- VINTE E SETE – MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) –

Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção. “O que me traz aqui na inscrição que produzi, foi isso que me motivou, é uma situação social que é inadmissível, gritante e que é paradigmática da falta de estratégia da Câmara Municipal ao nível da intervenção social, que tantas vezes tenho aqui referido e que tantas vezes tenho denunciado. Neste caso trata-se da situação do Bairro Municipal, conhecido como Bairro da Cadeia, onde tive a oportunidade de estar há dias e conversar durante bastante tempo com os seus habitantes e pessoas que conhecem o Bairro e que intervieram socialmente e culturalmente com projectos nesse Bairro. Acontece que me deparei com aquilo que muita gente sabe o que é, que se trata de um Bairro com a morte anunciada. Morte anunciada de há décadas. Morte anunciada nomeadamente desde os anos noventa. A população desse Bairro, na maioria uma população muito envelhecida, com o nível etário superior ao sessenta anos (entre os sessenta e oitenta anos). Cerca de cinquenta por cento situa-se nessa área etária. É uma população que vive extremamente angustiada. E vive angustiada, porque como eu disse, há décadas que corre por toda a gente a ideia que as casas vão ser deitadas abaixo. Acontece que em dois mil e dois, é do domínio público, esse sentimento de angústia, de gente que tem um forte sentimento de pertença ao Bairro, porque habita aí, muitos deles há quarenta anos e mais. Acontece como eu ia dizendo, que esse sentimento de angústia aumentou exponencialmente, porque foram destelhadas várias casas, que ficaram ao lado de outras onde habitam pessoas. Destelhadas casas, com ratos e outra bicharada que por lá abunda, porque nunca mais houve intervenção nessas casas. O que foi de facto, explicado à população, é que em breve iria ser demolido o Bairro, não fazia sentido preservar aquelas casas, ou instalar pessoas. E sabemos que há tanta gente neste Concelho a necessitar de habitação social, mas como havia a perspectiva da demolição das casas e da requalificação rápida do Bairro, essa situação foi-se protelando. Mas como se isso não bastasse, aumentar o sentimento de morte lenta do bairro, acontece que não tem havido o cumprimento de uma das funções, a nosso ver, não tem havido e gostaria que o Executivo Camarário nos esclarecesse, das funções, nomeadamente da empresa municipal HABISOLVIS, no sentido de conservação e manutenção das casas que é uma das obrigações da HABISOLVIS. A convite dos moradores, entrámos em várias residências e devo dizer-lhes que fiquei profundamente chocada com as condições em que aquelas pessoas vivem, que invadem casas, porquê? Porque a maioria dos habitantes, de facto, sendo de um nível etário muito pobre não vão fazer pequenos investimentos nas moradias, estando constantemente à espera que as mesmas sejam demolidas. Ora, a meu ver, é uma situação de falta de respeito, por quem ali vive e muitos deles, apesar dessas condições, tentam preservar os seus espaços, tentam ajardinar os pequenos espaços à frente das suas casas. Recentemente houve, enfim, “um lavar de cara”, como diziam os habitantes do Bairro, nessas casas. Agora o “lavar de cara” é bem paradigmático das obras de fachada, literalmente fachada. Meus amigos, caros Deputados e Deputadas, Senhores Vereadores, comunicação social e público, o que se fez foi pintar literalmente a fachada das casas, nem as chaminés estão pintadas. Aquilo que aqui estou a dizer é fácil de confirmar se se derem ao trabalho de ir ao Bairro verem ali o nível de investimento que houve nos espaços exteriores. Os habitantes, naturalmente, estão muito ansiosos e eu se me permitem passarei a ler aqui uma passagem a citar Cândido Amaral, um arquitecto que é bem conhecido e que nos diz o seguinte: “As cidades são algo mais que um conjunto de edifícios ladeando ruas e praças”, eu diria não só as cidades, como os bairros, são organismos vivos. Os edifícios, as ruas e as praças, formam com as pessoas que ali habitam, transitam,



trabalham e passeiam, unidades coerentes e características. As relações entre as construções e de quem nela viveu, ou vive, é complexa, mas efectiva e constante. Complexa como a própria vida, mas tão real como ela e a prova disso, de que são organismos vivos, é que as cidades morrem, mesmo sem terem sido destruídas e eu digo, e os bairros também. Basta quebrarem-se os elos que ligam um todo harmonioso, os edifícios e as pessoas. Basta que o modo de vida deixe de corresponder à afeição e ao carácter das edificações. Parece-me que é um exemplo paradigmático da intervenção que está a ser feita naquele Bairro. Acresce que nos foi dito por vários moradores e moradoras que não têm sido consultados, nem devidamente informados sobre o futuro do Bairro e mais, que há informações contraditórias, que um dia a Câmara os estimula a fazer pequenas obras em casa, porque aquilo ainda vai durar muito tempo, mas no dia seguinte a comunicação social e a maquete que se encontra na Feira de São Mateus anuncia um fim próximo. Eles vivem isto, há anos e anos consecutivos. Não é saudável para ninguém, sobretudo para pessoas com idade, que a maioria dos habitantes daquele Bairro tem. E mais, eu queria perguntar e queria questionar a Câmara sobre o acompanhamento, portanto, também é uma das atribuições da HABISOLVIS, acompanhamento, informação, auscultação, dessas populações. Eu estive numa casa de uma senhora que vai ser despejada, por ordem do Tribunal e por queixa da HABISOLVIS, que na sua inocência me dizia: “mas eu falei com o Senhor Vereador Hermínio de Magalhães que me disse que iria tentar ajudar”, porventura ela não sabe que o Vereador Hermínio de Magalhães é simultaneamente administrador da HABISOLVIS, que lhe levantou um processo em Tribunal. A senhora estava muito optimista e muito satisfeita, porque tinha uma refeição, de facto, da Misericórdia, que era a única ajuda que ela tinha. Não teve informação, nem apoio social, não teve acompanhamento. É uma Senhora manifestamente a precisar de acompanhamento médico, psicológico, social e de intervenção cultural, por incapacidade de gestão de muitos aspectos da sua vida. Eu pergunto o que é que se perspectiva nesse Bairro para muitas situações desse tipo? Eu pergunto qual é o futuro daquelas pessoas e como é que elas podem acreditar que de facto, olhem para elas e eu partilho desse sentimento. Nesta tribuna também é a última vez que venho aqui nos próximos tempos, reclamo em nome dessas pessoas e a pedido de muitas delas, aquilo que elas sentem que lhes está a faltar, respeito! Respeito pela sua dignidade, respeito pela sua qualidade de vida, respeito pela sua identidade cultural. Eu penso que já não tenho mais tempo e assumi o compromisso como cidadã de trazer aqui estas questões. Perante estas populações estou a cumprir o meu compromisso, espero que o Executivo Camarário, este, ou o que lhe suceda e as empresas municipais com funções sociais, estejam à altura do fim para que foram constituídas, que é o que me parece não estar a acontecer, mas gostaria de ser esclarecida. Antes de terminar outra questão, uma das questões que angustia muitas pessoas, é que e vi na imprensa, nomeadamente recentemente, que o novo edifício que se prevê construir, vamos lá ver se é desta, desde dois mil que se anuncia obras para breve, já estamos em dois mil e nove, pois esse novo edifício prevê sessenta, se não estou em erro, alojamentos para sessenta famílias. Ora, habitam no Bairro muito mais que sessenta famílias, não sessenta famílias, oitenta e tal. Eu pergunto se está à espera, parece-me, peço desculpa, mas é o que parece, que vão morrendo, que é o que realmente vem acontecendo, vão morrendo muitas pessoas que têm já bastante idade. Como é que vão alojar só sessenta num Bairro onde vivem quase cem. Gostaria de ser esclarecida, qual é o projecto, o que é que se pensa fazer com as pessoas e eu vi há pouco tempo no site da HABISOLVIS, que ainda habitam mais de oitenta e tal pessoas. Tem aqui num jornal, Senhor Presidente da Câmara, que em dois mil e sete, aliás tenho aqui o dossiê todo da história do Bairro, para quem quiser consultar, nomeadamente as diligências da Associação de Moradores que nunca teve acolhimento que devia, foi recebida, não teve as respostas que solicitou e queria também dizer, como é que o Senhor Presidente da Câmara assumiu que era para



sessenta fogos e que os habitantes, apesar de já estarem trinta casas por habitar, não foram mais aproveitadas para alojar gente carenciada e são tantos aí no Distrito. Senhor Presidente da Câmara, de facto, falou em sessenta fogos, no jornal, do novo edifício, gostaria que me explicasse, que me esclarecesse como é que isso vai acontecer. Obrigada”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia. -----

- **VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD)** – Pede o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu vinha aqui porque acho que a Senhora Deputada Doutora Graça, veio aqui pintar um quadro negro de uma situação quase isolada que se vive no Bairro da Cadeia. Veio pintar aqui algo que até nos assusta. Parece-me que o Serviço de Acção Social da Câmara Municipal de Viseu, tem o Concelho completamente abandonado nas questões sociais. Eu gostaria que a Senhora Deputada também soubesse que, a nível das freguesias rurais e não só, e a nível da cidade, muito tem sido feito pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Viseu. É claro que aqui há um caso de uma senhora carenciada com problemas, há muitas, há! Temos que os resolver todos, mas também porque é que a Segurança Social não acompanha isso? Então, mas se uma senhora tem dificuldades de se gerir a si própria, tem que ser a Câmara que tem que tratar isso tudo? A Câmara tem a HABISOLVIS que trata das habitações sociais. Tem tratado de centenas, para não dizer de milhares e eu posso trazer exemplos desses que tenho na minha freguesia. Agora, evidentemente que, nós também vamos tendo conhecimento da intervenção que se pretende fazer no Bairro da Cadeia, mas eu acho que a Doutora Graça foi lá agora, nas vésperas do mandato, eu acho que nunca trouxe a esta Assembleia essa questão, veio trazê-la agora na última Sessão deste mandato, para deixar aqui quase que a ideia, a ideia é falsa, de que os Serviços Sociais da Câmara não têm feito nada pelas famílias carenciadas deste Concelho. Era isso que eu queria dizer à Doutora Graça”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- **VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Senhor Presidente, não é mais do que eu queria, despedida não é a palavra mais correcta. Eu não vou ser presunçoso, ou pretensioso, ao ponto de fazer uma última intervenção na Assembleia Municipal do calibre que fizeram outras pessoas que aqui vieram, que também se despedem, entre aspas, porque não tenho, nem de longe nem de perto, o currículo para o fazer. Em todo o caso, a minha circunstância é outra, toda a gente sabe qual é. É desde logo uma circunstância de ter sido uma primeira participação pública, em virtude de uma eleição num órgão eleito, político. Não é tanto uma despedida, mas um agradecimento que eu venho aqui trazer, antes de mais, ao Senhor Presidente da Assembleia pelo favor de se ter tornado, julgo eu, também um amigo. Queria agradecer a todos que fiz aqui, para além do Senhor Presidente, muitos, muitos, já tinha alguns amigos que aqui se transformaram colegas de Assembleia. Fiz também muitos bons amigos, estou a olhar para uma ali, muito particular. E queria deixar só uma nota, não saio da Assembleia que acompanhei por razões de renovação, a não ser por uma intenção de renovação daquele lado, não é uma renovação deste lado, é uma tentativa de renovação daquele lado. Portanto, não quererei abandonar esta Assembleia de todo, quererei fazer parte dela, ou estar presente nela, não sei ainda em que cadeira, mas seguramente naquele lado. Gostaria de deixar um agradecimento a todos, dizendo o seguinte, como é óbvio, não vou desenrolar aqui o currículo, até me envergonharia perante pessoas, como por exemplo o Doutor Ribeiro de Carvalho ou o Senhor Presidente da Junta de São Pedro de France, mas acho que dei boa nota daquela que foi sempre a minha intenção quando me candidatei à Assembleia Municipal. Deixar a ideia de uma participação política que é radicada em convicções, na defesa de um modelo de desenvolvimento para a sociedade e para o Concelho, que eu acho





que é claramente distinto, daquele que nos tem governado nos últimos vinte anos. Julgo que em virtude de eu ter radicado a minha intervenção nessa nota e não em qualquer tipo de ataques “ad hominem”, como às vezes se vê aqui. Julgo que terei granjeado pelo menos o respeito moderado junto dos meus pares, portanto, é mais do que uma despedida é um agradecimento. Espero ver-vos a todos daquela perspectiva ali, assim o povo de Viseu queira. Muito obrigada a todos. Obrigado Senhor Presidente”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado. Não vou fazer nenhuma referência, porque é muito novo para se despedir seja do que for. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo”. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO PEREBELO (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito rapidamente para dizer que entretanto, na sequência da intervenção daqui do Deputado Francisco Mendes da Silva e na sequência de outras intervenções também dizer que, evidentemente, da parte da bancada do Partido Socialista, ao Senhor Deputado Francisco Mendes da Silva, ao Senhor Deputado Hélder Amaral, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que já aqui foram anunciados, que nos deixam neste mandato, ao Senhor Deputado Joaquim Pedro, portanto, aos Deputados do Partido Socialista e há pouco centrei a minha intervenção mais na pessoa do Doutor Ribeiro de Carvalho, mas temos o Senhor Deputado Fernando Girão, a Senhora Deputada Isabel Fernandes, a Senhora Deputada Irene Pereira, o Senhor Deputado Filipe Nunes, que também não estarão na Assembleia Municipal no próximo mandato. Mas como disse o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, alguns deles, provavelmente, poderão voltar e portanto, as palavras do Partido Socialista são naturalmente de agradecimento a todos pelo esforço e pelo empenho que tiveram na grande causa comum que nos move, que é de facto, o nosso Concelho e a cidade de Viseu. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Antes de começar a minha intervenção, porque esta é a última Sessão Ordinária desta Legislatura, eu queria em primeiro lugar cumprimentar todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que vão, por iniciativa própria, deixar de exercer a sua função como Presidentes de Junta e não se vão candidatar ao novo mandato, sobretudo aos três Senhores Presidentes das Juntas de: Couto Cima, São Salvador e Cavernães. Com certeza que as vossas freguesias estão satisfeitas e agradecem o trabalho que vocês fizeram em prol delas, assim como todos nós. Em especial falo sempre na educação. A educação foi a minha profissão, é ali que eu recebo o meu ordenado e por isso, convivi sempre com os Presidentes das Juntas. Estes três Presidentes de Junta, sempre que eu lhes solicitava alguma coisa, estavam prontos para colaborar com a educação. Portanto, eu tenho esta possibilidade aqui publicamente de agradecer em nome dessas crianças, desses jovens a quem tanto vocês deram por eles e tenho a certeza que eles nunca mais os esquecerão. Em segundo lugar, queria também, ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, congratulá-lo pelo tributo que aqui deu para todos nós. Acho que vale a pena realçar este facto, também ao Senhor Doutor desejo muitas felicidades. Por fim, queria agradecer também de uma forma muito especial e carinhosa a uma pessoa que para já nos irá depois deixar, que é o Senhor Doutor Moreira, foi um Vereador com quem eu trabalhei durante muitos anos. Foi Coordenador da Área Educativa, deu muito ao ensino e por isso, eu pessoalmente, estou-lhe muito grato, com certeza que os viseenses também estarão. Agora, eu começo como terminei, eu estou aqui para defender a educação, estarei sempre ao lado da educação, estarei sempre ao lado dos professores. Meus amigos, é esta a minha função. A Legislatura aproxima-se do fim, é tempo de balanço que deveria ser positivo. A instabilidade que se viveu no país, reflecte-se também no sector da educação e na escola que deveria ser um espaço de trabalho, respeito



e disciplina. O problema da violência na escola tem que ver não só como meio e onde se movimenta, mas essencialmente com aqueles que apoiaram as investidas contra os professores, responsabilizando-os pelo desastre que tem sido o ensino durante estes últimos anos. Os docentes acusados de incompetentes e faltosos foram humilhados, não só pela hierarquia, mas também pela fúria social, expressa em agressões físicas protagonizado por alunos, pais com indiferença, por vezes, do poder. O aluno, qualquer que seja a sua origem tem a noção muito clara e bem definida da função e da autoridade do professor e do seu estatuto face à escola e aos seus educadores. A verdadeira razão tem a ver sobretudo com referências e valores que se evaporaram do espaço público. Durante estes quatro anos viveram-se momentos de alguma incerteza. Os exemplos têm que vir dos que nos representam e tomam decisões sobre o nosso futuro. Não podem dizer uma coisa hoje, amanhã outra. Que ideais podem ter então os nossos jovens se não encontram as referências da sabedoria e da competência. Será que estamos a construir uma sociedade do facilitismo, da promiscuidade, em que só os mais poderosos vencem? O mérito por vezes relegado para segundo plano e a justiça que parece que só tem “mão pesada” para os mais fracos, numa sociedade em que se fala muito pouco de valores e de moralidade, o que se pode esperar das nossas escolas? Esta é a geração que vai gerir a nossa vida, é o nosso futuro. “Quem ventos semeia, tempestades colhe”, quando este Governo iniciou funções, tentou convencer-nos que o país iria desenvolver-se de uma forma mais equilibrada e justa, afinal as assimetrias continuam cada vez mais. A política deste Governo não foi totalmente conseguida, conforme o nosso próprio Primeiro-Ministro reconheceu. Este Governo vai ficar na História como um Governo da polémica, que muito prometeu reformar e pouco conseguiu. Prometer é fácil, cumprir é mais difícil. A realização do sistema educativo não conseguiu pô-lo em prática. Os docentes são um bom exemplo, porque eles vieram para a rua protestar. O modelo de avaliação não funcionou, além de não ser exequível é artificial e arbitrário. A divisão da carreira dos professores e professores titulares, resultou os mesmos. O Ministério ainda criou os novos Directores que poderão ser meros comissários políticos das Direcção Regionais, em que a autonomia da gestão escolar foi quase esvaziada, terminando com a democracia plena das escolas. O estatuto do aluno é um diploma que só veio criar instabilidade nas escolas. Ao analisarmos a política deste Governo, no âmbito da educação, podemos questionar-nos, será que a escola está melhor? Para sabermos a resposta, basta visitar as escolas e indagar junto dos alunos, ou sondar a comunidade, para nos apercebermos como tudo funciona. Constatamos na verdade é que muitos e bons professores, humilhados e desesperados, optarem por obter a reforma antecipada, ficando a escola mais desguarnecida em qualidade e exemplo. O país necessita de ser bem governado. Falar verdade aos portugueses e motivá-los para produzir mais e melhor. Os políticos que cumpriram o que prometeram, não terão dificuldade de ser reeleitos, pois o povo sabe distinguir o lobo transvestido de pele de cordeiro e retribui com gratidão a quem serve. Senhor Presidente, os viseenses, assim como todos os portugueses, gostam de ser liderados por quem mostra autoridade e não autoritarismo, e perante as dificuldades e intrigas não amolece. Senhor Presidente, pode contar connosco, porque os viseenses respeitam-no e esperam dentro em breve vê-lo novamente como Presidente da Câmara de Viseu”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Madeira Antunes. -----

- **TRINTA E DOIS** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BENTO MADEIRA ANTUES (PS)** – Usa da palavra para um pedido de esclarecimento da seguinte forma: “Pelo devido respeito que me merece e muito, pelas suas intervenções, eu gostaria de saber o que é que, desculpe-me o termo até por ser utilizado por outras forças políticas, o que é que esta cassete que aqui trouxe enriquece o debate sobre o nosso Conselho e realmente que luz é que isto traz. Fez uma chouriça, enfim, começou a falar por aquilo que realmente interessa que é o mandato actual e depois deu a volta por coisas que não têm



nada a ver. Eu às vezes falo aqui e utilizo um tom não escrito, como diria, e por vezes posso induzir numa discussão com uma confusão, mas é preferível do que trazer discursos escritos demasiados formalizados. Então, gostaria de questionar o colega sobre o que é que isto tem a ver com o interesse geral do Concelho”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Solicita o uso da palavra para um pedido de esclarecimento, dizendo o seguinte: “Não é propriamente uma interpelação à intervenção do nosso colega de bancada na Assembleia Municipal, mas não sei se posso aqui um pequeno, breves minutos...”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, interrompe o discurso da Senhora Deputada, dizendo o seguinte: “Está a utilizar a figura que é um pedido de esclarecimento, tem três minutos para fazer perguntas ao orador, não é para intervir”. -----

- SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Prossegue a sua intervenção do seguinte modo: “É relativamente à intervenção do Senhor Professor Fernando Carlos. Eu realmente subscrevo completamente aquilo que disse o Deputado Baila Antunes. Não se entendeu muito bem qual era a intenção, ou talvez a gente entenda, ninguém aqui é destituído, mas aquilo que o Senhor Deputado Fernando Carlos disse, foi realmente uma grande embrulhada, porque vamos por pontos: Ponto Um – quando se fala de facilitismo, relativamente à escola, estamos a ofender os professores, pura e simplesmente, ponto final, porque os professores são os agentes educativos. Se os agentes educativos facilitam no sistema educativo, então são eles que estão a falhar, ou melhor, estamos a dizer que eles estão a falhar. Por outro lado, já aqui disse em várias intervenções minhas, que estão em acta, e ninguém pode contestar isso, que foi o Governo que maiores mudanças e profundas fez no sistema educativo português. Ao lermos qualquer acta desta Assembleia, ou até a actividade que o Senhor Presidente da Câmara tem apresentado, relativamente quer ao desporto, quer à educação, quer a Viseu cidade inclusiva, a tónica é sempre, uma tónica já de vanguarda, já numa perspectiva de que não vamos andar a chorar sobre as escolinhas do primeiro ciclo, que foi o que marcou durante quatro anos esta Assembleia, do encerramento das escolas dos meninos que não sei quê, que era esta, desculpem-me o termo, não é desprestígio para ninguém, mas era um bocado uma lamechice sobre o encerramento das escolas, quando o que estava em causa era o que o Senhor Presidente da Câmara disse, e muito bem, quando se referiu e está no site para qualquer pessoa ler, ao lançamento dos Centros Escolares de que Viseu iria com esta requalificação. Iria ter orgulho na cobertura que iria oferecer aos seus cidadãos mais jovens. Portanto, Centros Escolares são, isto está lá, pode ler-se, o Senhor Presidente da Câmara orgulha-se de certo, de poder ter os Centros Escolares que vai ter, do lançamento dos edifícios com a qualidade educativa... Termina dizendo que realmente o passo que se deu foi tão grande que o Executivo Camarário está a cumpri-lo e é com orgulho também como profissional, ou ex-profissional, deste sector, que vejo Viseu com equipamentos desta qualidade. Portanto, tudo aquilo que o Senhor Professor Fernando Carlos disse, foi no fundo, estar a “chorar sobre o leite derramado”, o leite derramado azedo”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD) – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Eu venho dizer que realmente não percebo bem a sua pergunta, porque baralhou aí as coisas. Primeiro em relação à Senhora Deputada, ela esqueceu-se do seguinte, é que o presente e o futuro, reflectem-se no trabalho que vem detrás, o fechar as instalações, esquece-se disso. Ela esquece-se que é com o fechar das escolas que obrigou a uma série de problemas, criou uma série de problemas às pessoas, não foi o Governo que fez assim. Aquilo que o Governo fez foi aquilo que já estava escrito. Então se o Governo



quisesse fazer uma coisa assim tão boa dizia assim: Meus amigos, os professores no currículo deles têm que ter o Inglês obrigatório. As crianças não têm o Inglês obrigatório, só assiste ao Inglês quem quer. Isso é que era uma medida de fundo. Todas as crianças deviam ter Inglês. Os tempos livres, essas coisas todas, já vinham detrás. Este Governo apenas se limitou a pôr isto a funcionar, não foi?”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **TRINTA E CINCO** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Pede da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Tem a ver com terminologias, como diz gosta de falar de improviso e comete alguns erros, mas alguns não devem ser cometidos, isto aqui não é nenhuma salsicharia, certo? Enfim, as terminologias políticas da chouriça, tem que haver respeito de todos, uns pelos outros. Há palavras, mesmo de improviso, que não devem ser utilizadas. Quanto à educação, não venho aqui defender o meu colega, venho aqui como encarregado de educação. E aquilo que eu passei, independentemente de situações familiares, acompanhei o problema do facilitismo. Acompanhei o problema de viver por dentro os problemas dos professores, o problema do estatuto do aluno e tudo isso. É óbvio que, muito do que o meu colega aqui disse é verdade. Eu como pai, como encarregado de educação, tenho que dizer que vivi por dentro estes problemas, independentemente do processo escolar ou não, que os meus tiveram, isso não quer dizer que não vivesse por dentro grande parte e como pai tive que muitas vezes combater o facilitismo”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ermida Rebelo. -----

- **TRINTA E SEIS** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDO ERMIDA REBELO (PSD)** – Pede a palavra para uma interpelação à Mesa, dizendo: “Senhor Presidente, é a primeira vez que uso esta terminologia de interpelação à Mesa, na medida em que, quando proferi aqui algumas palavras, o Senhor Deputado João Cruz fez algum ruído de fundo e mesmo a insinuação de abanar com a cabeça, pode ter algum torcicolo e as coisas não se percebem. Deste ruído de fundo passo a ler uma acta de Junho de dois mil e cinco que diz o seguinte: Ponto Vinte e Cinco - Senhor Deputado João Duarte da Silva Ferreira da Cruz – “Relativamente à Unidade de Medicina Nuclear e Radioterapia, o que o accionista Estado disse que deliberará brevemente sobre os projectos de investimentos propostos na Assembleia Geral, através de deliberação social unânime por escrito. Deliberará”. Está aqui isto na acta Senhor Deputado. “Deliberará brevemente”. Em dois mil e cinco, Senhor Deputado. Não abane a cabeça, porque o Senhor disse isso, não é por falar mais alto que não é verdade, está a perceber? Está aqui escrito!”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **TRINTA E SETE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – No uso da palavra, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente, antes de mais, eu gostaria de saudar os Deputados que não vão fazer parte da próxima Assembleia Municipal. Alguns respeito como pessoas, outros não respeito como políticos, mas queria deixar aqui a minha homenagem e gratidão. Acho que em política as pessoas só são vencidas quando desistem e acho que devem combater, independentemente, ou não, de eu concordar com a ideologia que assumem. Gostaria também de deixar aqui a homenagem ao Deputado Hélder Amaral, mas é tão difícil de o encontrar por cá e portanto, partindo disto, eu gostaria de começar a minha intervenção. Todos temos presente que o nosso centro histórico tem atravessado períodos extremamente adversos, resultantes da migração da população residente e dos núcleos de desenvolvimento económico para as periferias da cidade, contribuindo desta forma para a degradação e desertificação da zona antiga da nossa cidade, arrastando o comércio para o declínio e contribuindo para o aumento da insegurança. Para responder a este enorme desafio, o Executivo Camarário, ao longo dos anos tem criado diversos programas assentes numa política transversal que tem contribuído de uma forma muito significativa para a



recuperação de grande parte das ruas, praças e estabelecimentos comerciais, dotando-os de infra-estruturas modernas que visam criar melhores condições de vida para quem lá reside, trabalha ou visita. Através destas intervenções que procuram a reabilitação do centro Histórico nas suas múltiplas componentes, o Executivo Municipal e a maioria social-democrata assumem a liderança da transformação do centro histórico procurando inverter a migração das populações e as deslocalizações das unidades económicas. Move-nos também a certeza de que a conservação, recuperação e revitalização da área histórica da cidade são acções essenciais para a salvaguarda dos nossos elementos de identidade colectiva. Por isso tido, têm sido realizadas e estão previstas diversas intervenções através de um esforço extremamente significativo dos recursos municipais (cerca de cento e catorze milhões de euros, setenta e seis milhões de investimento privado e o restante público) numa área de intervenção de cento e trinta e três mil metros quadrados, em quatro áreas; reabilitação; novos núcleos habitacionais; comércio e serviços; turismo e equipamentos. Assim, através do envolvimento dos particulares e das forças vivas do nosso Concelho, o Executivo procura de uma forma aberta e inclusiva, estimular a participação das populações, com a consciência plena de que a resolução do problema não passa só pelo Município. O desafio é de todos: Autarquia, das populações e também da Administração Central. Pois, o verdadeiro caminho para o renascimento da zona histórica não é a simples recuperação. É preciso uma verdadeira revitalização para que o centro histórico seja sustentável através da dinamização da economia local. Neste sentido, as políticas camarárias têm prosseguido uma intervenção mais profunda que procura proceder a uma verdadeira revitalização do nosso centro histórico partindo de uma visão global centrada na actividade económica e das pessoas que lá residam. Procurando recuperar e requalificar os edifícios... Criando espaços de estacionamento... Introduzindo novo mobiliário urbano... Dotando a zona histórica de equipamentos sociais que respondam às necessidades das famílias e criando incentivos que invertem o fluxo migratório. Transferindo serviços camarários e estimulando localizações de associações. O Executivo Municipal demonstra desta forma, que as políticas não se medem pelas intenções mas sim pelas realizações. Por isso, é com profundo agrado que registamos as mais recentes realizações do Executivo Municipal no centro histórico. Estou a referir-me à inauguração de habitações reconstruídas que vão ser disponibilizadas a custos controlados, portanto abaixo do preço de mercado, para os jovens casais até aos trinta e cinco anos, que como todos sabemos, estas têm um valor quase simbólico, pois são apenas a ponta do iceberg, pois há mais em recuperação. Por outro lado, através da empresa municipal HABISOLVIS, a Câmara Municipal de Viseu adquiriu dezasseis habitações que serão atribuídas a famílias carenciadas do Concelho. Desta forma repovoando o centro e ajudando quem mais precisa. Destacamos igualmente, a instalação da Associação Nacional de Aposentados. Destacamos os espaços disponibilizados para empresas de criatividade e para as associações no centro histórico, como são exemplo o Cine Clube de Viseu; a Companhia Paulo Ribeiro; a sede do Núcleo de Arquitectos; a instalação da Associação de Hotelaria e por aí adiante. A recuperação de imóveis para os núcleos museológicos. A deslocalização de serviços da Câmara Municipal de Viseu para a zona antiga da cidade. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, caro público. Não posso deixar também de dizer aqui a Administração Central tem escamoteado as suas responsabilidades e por isso deve-lhe ser exigido o seu contributo. Como? Por exemplo: através da instalação de serviços do Estado na zona histórica, através da criação de incentivos para os jovens, seguindo aqui o exemplo da Câmara Municipal de Viseu, criando benefícios fiscais, criando leis do arrendamento mais estimuladoras e dando o seu exemplo aos particulares através da restauração e recuperação do seu próprio património. Excelentíssimos Senhores,





Excelentíssimas Senhoras. Há uns meses atrás, surgiu-nos a esperança de que a Loja do Cidadão seria localizada no centro histórico. No entanto, com o passar do tempo, chegamos à conclusão que se trata de apenas mais uma promessa do enorme cardápio socialista de compromissos não assumidos. E é pena que assim seja, porque este seria uma boa forma do Governo demonstrar aos viseenses que está empenhado e solidário na luta por um centro histórico revitalizado que contribua para o crescimento e desenvolvimento do Concelho de Viseu. Disse”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Solicita o uso da palavra para um pedido de esclarecimento: “Esta intervenção do Senhor Deputado Ruas é uma intervenção recorrente. Isto é, nos últimos tempos temos assistido a uma tentativa de branquear “n anos” de completa ausência relativamente ao centro histórico. Neste mandato e muito merecido, um conjunto de pessoas que criou uma Associação de Defesa do Centro Cívico, o Executivo Camarário começou a puxar o “sebo às botas” e começou a tentar andar. Essa é inquestionável verdade, tanto assim que falam do que se vai fazer. O que é que se fez? Fez-se a desertificação e eu já o disse muitas vezes. Criaram-se novas centralidades. Acabou-se com a verdadeira centralidade na cidade. O Senhor Deputado diz que recuperaram lojas? Eu vejo lojas fechar, não vejo lojas a abrir no centro histórico. Abrir lojas recuperadas pela Câmara? Que eu visse nenhuma! Que eu visse!... Posso estar enganado. Fala na Loja do Cidadão? Eu recordo que quando a Loja do Cidadão foi inaugurada no sítio onde existe, foi aplaudida como o sítio bem escolhido. Se efectivamente agora se procura, a correr, encontrar um sítio no centro histórico, eu até estou de acordo que se encontre. Eu até estou de acordo, mas por favor, não se atire isso para cima da Administração Central. A deslocalização do centro histórico dum lado para o outro custa muito dinheiro, não só assim de qualquer maneira. É preciso saber se há disponibilidade de verbas. Atiraram responsabilidade para cima de quem não a tem não é fácil. E aquilo que se desertificou, a começar no Mercado Dois de Maio, que isso sim, é uma obra deste Executivo. Aí é que começou. Por favor, não vamos atirar areia para os olhos de ninguém”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada, do seguinte modo: “Senhor Presidente, era só par responder muito rapidamente e era para dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que este discurso é recorrente, porque ele é coerente. É coerente com a obra que tem sido feita por parte do Executivo Municipal. E portanto, eu não posso deixar de registar e reiterar tudo o que tem sido feito por este Executivo. Por outro lado, eu gostaria quase de questionar se está à espera que seja a Câmara Municipal de Viseu que vá abrir lojas e que venda alguma coisa, se calhar. Se calhar abrir um tal talho, não sei. Não, o que a Câmara Municipal de Viseu tem feito é recuperar. Recuperar! Não tem que ser ela, digamos, a criar o mercado não é? Digo eu. De resto, queria dizer que se alguém foi o responsável, então foi um membro do seu Governo que veio aqui dizer que a Loja do Cidadão ficava bem no centro histórico. Então é ele o irresponsável e vemos aqui assim isso, num quê? Num governante incompetente, porque não fez as contas do quanto é que custava para transferir. Mas a verdade é que os Senhores vêm aqui sempre falar das pequenas lojas, do comércio, mas a verdade é que depois nós assistimos na acção do Governo a planear as grandes superfícies e estes pequenos só interessam é de quatro em quatro anos. Tenho dito”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Esgotamos então o Período Antes da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a sua intervenção sobre este



Período”. -----  
 - **QUARENTA – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas da seguinte forma: “ Muito obrigado Senhor Presidente. Há uma expressão nas aldeias que diz “haja coração”. De facto três horas no Período Antes da Ordem do Dia acho que fica muito pouco para a acção da Câmara, mas vamos lá a isto. O Doutor Ribeiro de Carvalho, não sei se embalado pelos elogios, merecidos naturalmente, não deixou de fazer como no futebol, de pé atrás para a falta. Mas Senhor Doutor, vamos conversar sobre isto porque de facto, não o deixarei, mesmo com todos os elogios merecidos que lhe fizeram, denegrir uma obra que é feita com muito trabalho e não é com a sua visão, é com a visão de quem trabalhou. Eu costumo usar muito uma expressão que vi, curiosamente copiei dum texto de um Senhor Presidente da Junta e também não vou deixar de a usar aqui, dizia o Padre António Vieira que “falar ao vento...”, que é aquilo que os Senhores fazem, são só preciso palavras. Para falar ao coração são precisas obras. Os Senhores nunca falaram ao coração de ninguém. E então do Terreiro do Paço aqui para Viseu é que não falam mesmo ao coração. Os Senhores não têm nada para mostrar senão palavras, palavras, palavras, bem podiam encarnar a canção de “Parole, parole...”, fica-vos exactamente. Podia ser assinada pelos Senhores por baixo, porque de facto, não têm feito mais nada e por isso, se percebe o contra-ciclo como andam com a população de Viseu. Contra-ciclo quando os Senhores dizem uma coisa e a população pensa ao contrário. Portanto, se a gente até quiser um bom barómetro para aferir se a política é certa, é se os Senhores estiverem em desacordo, é a política certa. E vamos ver a seguir Senhor Deputado, como é que os Senhores estão sempre em contra-ciclo com a população. E agora, para mal dos vossos pecados, se calhar, já não é só a população do Concelho, vão estar até em contra-círculo com a população do País. De facto, não têm palavra, dão o dito pelo não dito, fazem aqui o exercício de ginástica, digamos “ao correr da pena” e portanto, é bom que nós tenhamos os pés assentes no lugar, no chão, bem assentes e digamos, também com cabeça, aquilo que pensamos. Bem, mas começemos pela primeira intervenção sobre a auto-estrada de Viseu/Coimbra. Aquilo que mais me admira é como é que ainda há lata de alguém ligado ao Partido do Governo subir ao parlatório para defender a posição do Governo. Só alguém perfeitamente infundado, perfeitamente a falar pela voz dono, perfeitamente a fazer aquilo que lhe mandam e a comer o que lhe dão é que pode ter uma posição como aquela que ouvimos. Não é possível! Eu fico espantado, como é que alguém pode dizer que é de Viseu, que ama Viseu, que adora Viseu e quando chega ali àquele parlatório para defender Lisboa, não “vá o diabo tecê-las”, tem aquela atitude que vimos aqui. Para mim é inqualificável não vou dizer mais nada sobre isso. O que é que foi preciso para que O Senhor Ministro, e toda a gente sabe como foi, o Senhor Ministro fez um pacote de três auto-estrada para justificar a festa a um camarada em Mortágua, “saiu-lhe o tiro pela culatra”. Não quis nem fazer na Câmara de Coimbra, como deviam, nem na Câmara de Viseu, eram dois adversários políticos. Portanto, tentou fazer em Mortágua arranjando uma bissectriz, que era com a estrada Mangualde/ Mira, a estrada de Anadia a Oliveira de Azeméis e depois juntou roda esta, mas que semelhança é que tem, foi para juntar tudo no mesmo pacote, “saiu-lhe o tiro pela culatra”. Aquilo que me custa é que ainda hajam viseenses que venham defender esta posição. Que diferença é que nós temos meu Deus! Que diferença nós temos! É por isso que eu ficava extremamente preocupado se alguma vez os Senhores e gente como aqueles que foram ali gerissem os destinos do Concelho. Completamente! Completamente preocupado. Senhor Deputado agora vou pedir uma outra coisa com a maior calma do mundo. O Senhor disse ali o que disse e eu estive aqui caladinho encostado a ouvi-lo, portanto, agora peço que me ouça sem os apartes que são muito naturais, mas se o que pretendem é irritar-me devo dizer que estou extremamente calmo, independentemente do estilo e portanto, vai ouvir-me com educação, que foi como



eu fiz. Eu lamento a forma como veio aqui trazer esta situação e que não veio aqui defender e fazia um histórico, para que não haja dúvidas. Em Março de dois mil e oito foi anunciado com “pompa e circunstância” em Mortágua. Depois por pressão do Presidente da Câmara, que não se deixa vergar vieram aqui dizer que era em Viseu, forçados, fazendo nova cerimónia. Depois o que aconteceu a seguir, um chorrilho de promessas: havia a adjudicação até final do ano de dois mil e oito, primeiro trimestre de dois mil e nove; segundo trimestre de dois mil e nove e depois será que também a Comissão de Avaliação, o Senhor Primeiro-Ministro não a podia ter ouvido quando na pele de Secretário-Geral veio ao INATEL entre palmas e aplausos dizer que antes das eleições que ia haver a adjudicação da auto-estrada? A Comissão de Avaliação não tinha feito este trabalho? O cancro das pontes que já veio nos jornais há não sei quanto tempo não foi tido em conta? Por amor de Deus! Acho que é preciso descaramento! Mesmo com as camisolas todas, rosa, a camisola que o Senhor tem, essas camisolas todas... É preciso ter descaramento para não despir de uma vez por todas para não despir essa camisola e pôr a camisola de Viseu sobre essas camisolas. E não lhe vou responder mais nada, acho que não vale a pena. De facto, quem tem esta posição não merece que lhe digamos mais nada senão isto que lhe acabei de dizer. O Senhor sabe tudo sobre o concurso, aliás deu uma... Só não sabe o essencial. Depois veio aqui com uma outra coisa que eu acho muita graça, agora está no programa do PSD. Queremos lá saber disso, quem é que está no poder? Os Senhores não têm no programa o Centro de Artes de Espectáculos, oposição à Câmara, critiquem, inclusivamente, o Secretário dos Espectáculos e a forma como o estamos a fazer. A Câmara decidiu. Tomei a responsabilidade. Se a Presidente do Partido da oposição não gosta come menos. Os Senhores é que lá estão, têm obrigação de decidir. Portanto, não se escondam debaixo da primeira oportunidade para esconder as vossas fraquezas, as vossas responsabilidades. Eu acho que sobre a auto-estrada está tudo dito. Gostava de dizer ainda mais e lembrar o Senhor Presidente da Assembleia que há uma auto-estrada do Algarve, concessão do Algarve, que tem uma derrapagem de oitenta e três por cento, que não deixou de ser feita. Pudera! Pudera... Nós sabemos porquê. Foi adjudicada com oitenta e três por cento. Então aí há algum limite para a Comissão de Avaliação dizer que já não há estradas a partir de determinada derrapagem, se calhar é a partir de cento e vinte que é a velocidade das auto-estradas, só faltava essa. Portanto, oitenta e três não serve. Bem, mas se foi assim em relação à auto-estrada, já percebemos o que é que se diz, que teve que para o novo mandado por causa disto e assim, assim. O que é que aconteceu então à Extensão de Saúde de Lordosa? E ao Arquivo Distrital? E às Unidades de Saúde Familiares? E ao Centro Escolar de Ranhados? E ao CNOS? Sabe o que é o CNOS? Lembra-se já como o Ministro Doutor Jorge Coelho há quanto tempo já não está como Ministro, Veio aqui dizer que o Centro de Operações de Socorro, Centro Nacional de alternativa a Lisboa, cujo projecto está feito há não sei quanto tempo, ia ser instalado no Aeródromo, onde é que está? Quem é que mais ouviu falar nisso? Nunca mais! E o Contrato Local de Segurança? Também assinado há pouco tempo com o Senhor Ministro da Administração Interna, já viu sair alguma coisa disso? Entretanto continua a insegurança no nosso centro histórico e os Senhores acham que a culpa que é da Câmara. A Câmara é que tem essa função de segurança no seu conteúdo funcional. Muito bem. Depois disse uma coisa que eu percebi, acho que foi um erro deve estar gravado, percebi, mas felizmente fugiu-lhe a língua para a verdade. Disse que para fundamentar os seus argumentos que era uma verdade intangível. Exactamente isso. O Senhor trocou isso, deveria ser aquilo que quis dizer, a auto-estrada para Coimbra nos seus argumentos é uma verdade intangível. Foi aquilo que o Senhor disse. É exactamente intangível, foi o que o Senhor disse e realmente é, os argumentos que veio trazer, é de facto, uma verdade intangível. Bem, eu só queria passar apenas para algumas coisas que foram aqui ditas a associar-me naturalmente, mas o Dário e outros Presidentes de Junta, e mais intervenções



que aqui houveram, digamos, disseram por mim aquilo que eu queria dizer inicialmente. Quando se fazem elogios merecidos, naturalmente corre-se o risco de deixar alguém de fora. Ainda bem que passado este tempo todo depois se colocou e muito bem, as pessoas do, Senhor Daniel Rego, o Senhor José Pereira e o Senhor Álvaro, três ilustres Presidentes de Junta também nos vão deixar e portanto, ainda bem que foi feita essa justiça. O meu abraço e um aplauso muito forte a estas três personalidades que fizeram o que podiam e foi muito pelas suas freguesias. Eu gostaria de referir também aquilo que foi dito, vou deixar depois com o Senhor Vice-Presidente a parte mais substantiva, mas não gostaria de deixar de abordar a questão que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda aqui veio trazer. Sabe até agora o Bloco de Esquerda tem estado numa posição confortável em relação às análises que faz de âmbito nacional. Como não tem nada para mostrar, pode dizer aquilo que lhe vai na cabeça, diz sempre, sempre muito perfeccionista, diz nós fazemos isto... Ninguém tem no Governo do Bloco de Esquerda para conferir. No Poder Local não é assim. No Poder Local os Senhores têm uma Câmara. Então quer mandar-nos a todos para Salvaterra de Magos, para ver se aquilo que a Senhora disse aqui se lá existe em Salvaterra? Não há lá nenhuma pobreza em Salvaterra, os Senhores do Bloco de Esquerda resolveram tudo. Têm que se salvar primeiro é que é preciso para os Senhores pô-los na prática para saber dos vossos falhanços. Os Senhores só são bons enquanto falam, depois quando chega à prática, sabem muito bem dizer o que os outros têm que fazer, mas quando se trata na altura de fazer, fazem como os outros, se calhar fazem menos do que os outros, com os mesmos problemas, com as mesmas hesitações. Gostaria de trazer à colação uma coisa que ninguém aqui trouxe e fiquei impressionado como é que ninguém trouxe aqui. Pensei que se aproveitava a última Assembleia para falar do IMI, ninguém falou sobre o IMI e eu achava que era um tema, que eventualmente, o habitual Ministro das Finanças desta bancada, o Senhor Deputado João Cruz, viesse aqui trazer, mas não, nada sobre o IMI. O IMI acabou de ser anunciado, veja no Jornal de Notícias, há três dias que já foi para assinatura a baixa dos coeficientes de localização. Então o que é que nós andámos a dizer? Ainda não está no site nem do Ministério das Finanças, nem da Direcção Geral, nem no site do Governo, porque aquilo não está bem contado, mas foi agora para publicação. Então esta Assembleia não fez uma Moção para exigir a publicação? Há quanto tempo! Foi agora, porque são desastrosos, foi agora porque arrastaram dos pés, foi agora porque não o puderam fazer antes e só por isso é que foi agora. “Apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo”. Eu gostaria de dizer uma outra coisa também ainda a propósito disto, tem a ver com a questão da feira semanal. O Senhor Presidente da Junta, eu não tenho nenhuma dúvida que o Presidente da Junta que tem o âmbito territorial, naquele espaço. Aquilo era um sentimento dos seus fregueses, dos meus munícipes e é o sentimento geral dos viseenses. E aquilo que me espanta foi a análise que eu ouvi. Ouvi análises curiosas a dizer assim, vejam lá o viseense é que paga e outra gente por outro ângulo a dizer assim, está ferida de morte o rigor da Câmara Municipal, porquê? Porque arranjámos um espaço para mudar a feira semanal. Meu Deus, então mas alguém requalificava um espaço em que está habituado a planificar para utilizar o evento num dia por semana e apenas parcialmente num dia. O que nós fizemos foi exactamente o contrário, por isso é que aquilo se chama Parque da Radial de Santiago. Nós fizemos um parque urbano que podia albergar uma feira, não foi o contrário. E é lógico que é um parque urbano para ser utilizado seis dias e tal por semana. Portanto, ao retirarmos apenas uma componente do parque urbano não há prejuízo nenhum para os cidadãos, antes pelo contrário. Se fizéssemos um inquérito às pessoas que lá passam, bem nós fizemo-lo aos feirantes, agora que fará nos utentes. Os utentes com toda a certeza que partilham a opinião do Presidente da Junta e portanto, sobre a feira semanal estamos também falados. Já agora, para quem diz tão mal do Concelho e eu ouvi ali o Senhor Deputado, na altura até me assustei, pensei que estivesse com algum óleo a



fazer a teoria do ovo estrelado, ou do donut, estava ali com uma coisa a dizer, daqui para além isto é verdinho, aqui é que é bom e para além é tudo um deserto. O Senhor não sabe a injustiça que fez aos Senhores Presidentes de Junta. É por isso que os Senhores não têm nenhum Presidente de Junta. Quem os trata assim só pode ter a retribuição que tem. Então, mas o Senhor acha que os Presidentes de Junta não têm feito trabalho nenhum! Oh meu amigo, vá por esse Conselho fora. Não tem ido não! O Senhor vai, porque vai com os óculos especiais à procura apenas dos defeitos. O Senhor chega ao pé do Senhor Presidente de Junta, a qualquer deles, que eles mostram-lhe obras impressionantes. Portanto, aquilo que o Senhor fez foi um exercício de auto-mortificação. O Senhor o que veio aqui dizer, foi aqui porque é que os Presidentes da Junta o abandonam e muito bem, então quem os trata assim o que é que quer? Então o Senhor veio dizer que os Presidentes de Junta não fazem nada por este Concelho, que aquilo é tudo deserto. Meu amigo, não anda cá, também se não utilizar um GPS, se de facto, o mandarem para a Pedra Cavaleiros, vai lá ter acima a Covelos, porque o Senhor não faz ideia onde é que é. Senhor Presidente, eu não queria deixar também passar a oportunidade para fazer aqui alguns agradecimentos também, naturalmente, endossar algumas coisas. Como sabem sou político, sou... Tenho uma paixão, como toda a gente sabe, à minha maneira, é dizer, o que tenho feito está feito. Há pessoas que não podem fazer histórico nem balanço. O balanço imaterial não é possível. Aqui foi-o intangível, Senhor Deputado. O nosso não, é tangível, não, é inatingível. Temos um mercado, os Senhores não gostam, mas está feito. Temos a Avenida da Europa com defeito, mas está feito. Temos não sei quê, mas está feito. Os Senhores não têm nada para mostrar, não têm defeitos. Nada! Uma única obra que tenham deste mandato, não conseguem dizer, nem uma! Portanto, não têm defeitos, mas essa é uma postura que não é connosco. Nós temos feito obras com defeitos. Há uma coisa que eu sei fazemo-las todas com o maior interesse. Com o objectivo de querer sempre o melhor dos cidadãos. Também podia registar a meu crédito, não há nenhuma dessas obras que eu tivesse projectado. Nenhuma. Tenho para todas elas arranjado os meios, mas naturalmente não projectei nenhuma. Não fui eu que estive no gabinete do Arquitecto Siza Vieira, felizmente premiado por esse mundo inteiro, com o esquadro e com a régua a traçar, foi ele que o fez. Como não fui eu que estive com o Arquitecto Salgado, o vosso camarada distinto, a fazer o Pavilhão Multiusos. Como não fui eu que estive com outros arquitectos a fazer o seu trabalho. Nós pagámos na intenção que fariam o melhor para a nossa terra. Portanto, há uma diferença enorme entre nós. Nós temos obra, posso ser criticado, os Senhores não têm, não há crítica nenhuma, é zero. Queria concluir com isto, as divergências são meramente divergências políticas, não tenho nenhuma divergência pessoal, por muitas razões. A maioria das pessoas, com quem tenho o gosto de trocar ideias na Assembleia Municipal, não tenho nenhuma relação pessoal fora disto e portanto, naturalmente que, todas as divergências que temos aqui são políticas e eu quero-as assumir como tal e espero que não vão além disto. Às vezes, digamos, não é muito bem marcada a fronteira, mas eu não tenho nenhum problema pessoal com ninguém nesta Assembleia. Agora há uma coisa que eu gostava de ouvir, a primeira coisa, que disse o Senhor Deputado Antunes, veio agora com a DECO por causa de um estudo sobre a água. Eu lembro-me perfeitamente a primeira coisa que a DECO disse, quando éramos “a melhor cidade para viver”, o Senhor foi ali questionar a DECO. Disse que, o que era bom, era uma instituição que havia na Universidade da Beira Interior. Essa sim, porque essa não dizia bem de Viseu, essa é que era credível. A DECO na altura não valia a pena, porque até disse que éramos uma cidade boa, está escrito na acta pode rever. Já agora, se calhar podia ouvir alguém desinteressado. Possivelmente eu nem devia trazer isto à colação, mas como não conheço pessoalmente a pessoa em causa, tenho muito admiração porque o que não conheço, havia de ouvi-lo, porque se calhar muitos dos Senhores estiveram presentes, as palavras do Senhor Director da Polícia Judiciária na última sexta-feira, a propósito de um prémio que





recebeu em Viseu e o que é que ele disse da nossa cidade e do nosso Concelho. Não acredito que alguém com aquela formação esteja vinculado a alguém, a alguém que não conhece. Portanto, alguns de cá sempre vão dizendo mal e há outros que vão dizendo aquilo que devem dizer. Já agora, a responsabilidade pela poluição do Pavia, por alguma poluição que haja no Pavia, eu acho piada à tentativa de nos pôr responsáveis por essa poluição. Então, mas alguém chama o Senhor Presidente da Câmara de Resende, que é um vosso camarada conhecido, o Senhor Presidente da Câmara de Baião, que por acaso é um amigo meu, responsabilizam-nos pela poluição do Douro, não? Ou o Senhor Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, é o responsável pela poluição do Tejo? Então, aqui os responsáveis pelo Pavia somos nós? Mais uma vez, a diferença é esta, eu não o interrompi, ouvi-o ali... Acho muito bem, até porque o Senhor depois nem credibiliza as suas posições, depois diz uma séria de coisas, vai insultando as pessoas, não é muito bom inclusivamente para aquilo que faz. Bem, eu gostaria de agradecer ao Senhor Deputado Fernando Carlos pelo elogio merecido que deixou aqui com um Vereador que vai deixar funções, o Doutor José Moreira. Portanto, agradeço-lhe muito este elogio que é merecido. Por último, gostaria de fazer uma alusão aquilo que foi dito sobre os Centros Escolares, a Senhora Deputada Fátima Ferreira, que os Centros escolares até... Bem, eu acho que até devíamos pará-los, já ouvi aí que o seu partido que os vai fazer outra vez aqui em Viseu, não sei se são outros novos. Os Centros Escolares que estão a andar, que estão neste momento em obra, penso que aquilo que vi escrito é que já os vão fazer, mais dois. Os dois nós adjudicámos já estão e estão em obra. Portanto, não sei se vão fazer mais dois, mas isso também é questão para outra situação. O que eu não percebi foi a tentativa que trouxe aqui a dizer que isto tinha alguma coisa a ver com o Governo, mas que Governo? Os Centros Escolares são do Governo? Só faltava essa! Olhem os Senhores que ouviram que não têm nada a ver com estas coisas não acreditem, não tem nada a ver com o Governo. Isto tem a ver com fundos comunitários, com o QREN, que não tem nada a ver com o Governo. O Governo não é dono do QREN, nem de perto, nem de longe. Isto tem a ver com uma fatia dada para as regiões, para a nossa Comissão, para a nossa CIM, para a nossa Comunidade Inter-Municipal, que é tão legítima como aquela que vem para o Governo. Mais, este vosso concidadão faz parte da Comissão Inter-Ministerial do QREN, o que significa que se fosse do Governo ninguém me lá queria, naturalmente. Isto não tem nada a ver, o QREN é de todos nós! Portanto, não há Centros Escolares do Governo, são Centros Escolares das Câmaras que os fazem, naturalmente. Bem, sobre o centro histórico, sobre o programa, nós vamos, aliás, tomar uma decisão sobre o programa. Sobre o centro histórico vamos fazer aquilo que achamos que é o mais correcto e temos um programa para o centro histórico. Há gente que não tem nenhum, temos um programa para o centro histórico. O programa para o centro histórico passa pelas inaugurações das habitações, fiquei até admirado que muita gente não viu, não deu conta de que descredibilizamos habitações e temos até algumas em construção, do dinheiro de todos nós, para disponibilizar para jovens casais. Temos dezasseis habitações de habitação social para gente carenciada. Bem, mas instalámos uma Associação Cívica de Reformados e Pensionistas no Centro Histórico. Também é pena que não tenham dado conta, o espaço é muito bonito e muito apreciado pelos seus destinatários que nos fizeram um agradecimento público no local. Mas instalámos também a NARV o Núcleo de Arquitectos de Viseu. Vamos instalar dentro de pouco tempo, vamos inaugurar com alguma pompa e circunstância, que também merece, a Casa Amarela, a Casa da Dança, para a Companhia Paulo Ribeiro. Se isto não é paradigmático de uma casa particular que encontrámos, com quem fizemos um protocolo e que neste momento está completamente recuperada e com certeza para gáudio dos viseenses. Mas, hoje mesmo trazemos aqui a aquisição de alguns edifícios, nomeadamente o edifício que propomos adquirir, ao lado do Edifício Viseense dos Bombeiros Voluntários, que tomámos por protocolo, que agora vamos juntar a este.



Agora, uma coisa que eu não posso deixar de comentar é aquela questão do Doutor Ribeiro de Carvalho, a tentativa de dizer que não fizemos nada no centro histórico e a lástima do centro histórico. Andámos num pó de branquear... Eu queria dizer o seguinte, se alguém está descansado em relação ao que fez para o centro histórico, com a consciência que há muito para fazer nos centros históricos, somos nós. Tudo aquilo que era espaço comum nós recuperámos no centro histórico, ou não fomos nós que modificámos o pavê da Rua Direita, da Rua do Comércio, da Praça D. Duarte? De todas as ruas! Todas as ruas foram pavimentadas e a iluminação reforçada. Eu sei que os Senhores gostam muito do Estado, mas também nem tanto. Os Senhores acham que agora a Câmara pode comprar todos os edifícios particulares que ali há? Só faltava essa. Agora a Câmara tem feito um esforço enorme, a quantidade de casas que já comprámos e a quantidade de edifícios que estamos a comprar. Só estes dois edifícios custam mais de um milhão de euros e a Câmara vai comprá-los para instalar serviços públicos. Agora não venham dizer que um Membro do Governo quando veio aqui desafiar o Senhor Presidente da Associação Comercial e os comerciantes a dizer que a Loja do Cidadão fica bem no Centro Histórico, que não tem nenhuma responsabilidade. Se calhar disse aquilo, não tem nenhuma responsabilidade financeira, portanto, o Senhor Secretário do Comércio que é uma pessoa qualquer, um contínuo lá do Ministério chegou aqui e disse assim, olhe a Loja do Cidadão ficava bem no Centro Histórico, mas a responsabilidade não é minha, se a quiserem passar... Só faltava essa. Então se a Loja do Cidadão fosse da Câmara, com certeza que nós tínhamos alguma coisa a dizer sobre aquilo. Agora dizer que nós elogiámos a localização, eu refuto isso. A única coisa que é correcto dizer, o malgrado e também pessoa que eu considerava muito pessoalmente, Secretário de Estado Fausto Correia, chegou ao meu gabinete, felizmente com testemunhas, com uma lista de lugares passíveis de instalar a Loja do Cidadão. Já os levava, o Senhor Doutor sabe disso, inclusivamente levava lá o antigo Hospital que hoje é pousada, também para instalar a Loja do Cidadão. A Loja do Cidadão da responsabilidade exclusiva da Administração Central, está onde está e na altura bem, na nossa perspectiva, por responsabilidade do Governo e muito bem, não foi nada connosco. Portanto, se alguém quiser levar para lá a Loja do Cidadão, ainda por cima dar esse conselho, tem que se responsabilizar. Já agora uma outra coisa, para os Senhores não serem “mais papistas que o Papa”, porque é que não levantaram o mesmo problema quando a Loja do Cidadão foi deslocalizada em Lisboa? A Loja do Cidadão foi deslocalizada em Lisboa e foi o Estado que pagou. Só que em Lisboa podem tudo e os Senhores calam-se. Aqui em Viseu quando há alguma coisa para fazer mesmo do Estado, faz a Câmara. Por isso é que um cidadão viseense, que devia também estar nesta Assembleia, mas não está, é que para nós pagarmos o terreno para o Hospital, aliás exigiu-nos os terrenos para as Unidades de Saúde Familiar. Para instalar o Hospital em Lisboa, comprou o terreno por alguns milhões de euros, exactamente no final do ano económico que era para compor as contas. É isso que os Senhores querem? Os Senhores ajudam ao centralismo de Lisboa. Os Senhores para Lisboa tudo, para aqui nada. Portanto, vamos esclarecer as coisas e falar daquilo que sabemos e isto os Senhores não sabem não têm conhecimento disto. Senhor Doutor, só para outras coisas que eu também tenho de contestar, foi as posições que fez em relação ao PDM e às grandes superfícies. Eu queria dizer-lhe e desafio-o, eventualmente até provar o contrário, as grandes superfícies são responsabilidade da Administração Central. As grandes superfícies são aprovadas na Comissão de Avaliação da Região Centro. São da responsabilidade da Administração Central. A única coisa que é da responsabilidade da Câmara é o aspecto urbanístico. Se o Senhor me vier dizer que eventualmente, o Palácio do Gelo tem problemas urbanísticos, nós damos o nosso consentimento. O Senhor não deu conta ainda que as superfícies comerciais podem ter muitos problemas, mas urbanisticamente são todas bem cuidadas. Por isso é que o Fórum tem aquela traça, por



isso é que o Palácio do Gelo é bonito, é bem construído. É exactamente uma imagem de marca, a Câmara só tinha a ver com isto. A única coisa que a Câmara podia dizer das grandes superfícies era, os senhores não podem estar aí instalados, porque agride as normas urbanísticas. Já agora uma outra prova para ver que quem está certo sou eu, se fosse assim eu não tinha tido consecutivamente o apoio dos Senhores Presidentes da Associação Comercial, consecutivamente. Se os Senhores achavam que eu era o responsável pela desertificação do centro histórico, por amor de Deus!... Mas vamos a factos, a Guarda não tem nenhum centro comercial, não há nenhum problema no centro histórico da Guarda, aquilo funciona sempre muito bem. Bragança também não tem nenhuma grande superfície, não há nenhum problema no centro histórico de Bragança. O problema do centro histórico é outro, foram desertificados por causa das profissões liberais incluindo a sua, sabe muito bem disso. Os senhores, os médicos, os solicitadores, os economistas, os bancos, expulsaram as pessoas do centro histórico. Esse é que é um dado histórico. Se expulsaram as pessoas do centro histórico, agora a revitalização do centro histórico não pode ser imputada apenas a uma Câmara. A Câmara faz isto progressivamente, como está a fazer agora. Portanto, não vale a pena estar a dizer há ali um buraco no centro histórico. Todas as pessoas que vêm aqui dizem que apesar de tudo o nosso centro histórico está relativamente bem cuidado, é aquilo que a gente vai ouvindo. Agora que não há pessoas no centro histórico, claro que não há, sabemos bem disso. É por isso que estamos a fazer um esforço enorme para devolver gente ao centro histórico, mas que não pode ser da mesma maneira. Eu não posso agarrar nas pessoas que saíram entretanto para a periferia, com melhores condições, e agora vá para o escritório que o senhor advogado fulano tornou aquilo outra vez em habitação, não é possível isto. Portanto, a única coisa que há, é fazer aquilo que estamos a fazer, levando os serviços públicos, levando eventualmente, era um contributo, a Loja do Cidadão para o centro histórico e dando habitações às pessoas, que é aquilo que estamos a fazer. Já agora também para vossa informação, cada apartamento que vamos ceder no centro histórico a famílias jovens, com menos de trinta e cinco anos, está ali metade do custo do apartamento, isto é, o resto é suportado por todos nós. É um esforço do Município para ceder a casais jovens apartamentos em condições extremamente atractivas. Portanto, vamos disponibilizar temos os primeiros sete feitos, o Senhor Doutor ainda não os conhece, um dia destes, como já está liberto desta questão inclusivamente partidária, tenho todo o gosto em lhes ir mostrar, os primeiros sete apartamentos, de uma série deles, que temos prontos, foram inaugurados e apreciados por toda a gente. Os primeiros sete apartamentos no centro histórico para serem entregues aos casais jovens e que também tenho todo o gosto em lhes mostrar. Tenho todo o gosto em lhes mostrar a Associação dos Reformados, como tenho todo o gosto em lhes mostrar, e espero ir ali acompanhado pelo Doutor Vicente, dentro de pouco tempo, a nova sede do Orfeão. Com dificuldade lançou o Orfeão a concurso, daqui por meio ano com toda a certeza teremos sede. Portanto, não deverão dizer se há alguma coisa, algum esforço, esta Câmara tem feito o esforço possível no centro histórico. O Senhor diz que é agora, dá a impressão que acordámos agora. Já agora, pode ter inventado aí alguma empresa, também gostaríamos de consultar, se há alguma empresa ia fazer estes apartamentos, que nós fizemos apenas agora, se não há-de ser um trabalho prévio de aquisição, de concurso, para entregarmos agora os apartamentos. Mas imaginemos que o Senhor Doutor diz que foi agora, o que é facto é que estamos a fazer. Há outros que ainda não fizeram nada, nada sobre o centro histórico. Portanto eu gostaria de ficar por aqui Senhor Presidente, acho que não tinha mais nada a acrescentar. Muito obrigada”.

- MESA – Muito obrigado Senhor Presidente. Esgotámos este Período, vamos passar agora ao Ponto Um da Ordem de Trabalhos. *(Neste momento alguém interrompe da bancada parlamentar, o que não é audível)*. O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:



Senhora Deputada, já esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia. A Senhora Deputada conhece o Regimento. Vamos ver o seguinte, se o Senhor Presidente da Câmara quiser continuar a usar da palavra para responder, ele tem toda a legitimidade de responder, ou não responder. Isso é uma questão do Senhor Presidente da Câmara. Por outro lado, como sabe, a seguir temos mais um período, que é o período de escrutínio da Câmara, portanto, é no período de informação à Assembleia Municipal, que os Senhores Deputados podem colocar todas as questões que bem entenderem sobre a actividade camarária. Portanto, se o Senhor Presidente quiser responder à Senhora Deputada agora, muito bem, se não, a seguir a Senhora Deputada tem essa oportunidade”. De seguida dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada, dizendo: “Aliás eu tinha feito uma solicitação, como eu não ouvi a primeira parte, só soube que a Senhora Deputada falou em questões sociais, portanto, daí referido genericamente como um exemplo, que gostava que servisse de exemplo para nós. Um dia destes vamos lá todos visitar o Município gerido pelo Bloco de Esquerda, mas eu não ouvi as questões em pormenor. Como presidido a um órgão colegial se estiver de acordo, o Senhor Vice-Presidente dará a resposta sem nenhum problema”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, responde à questão formulada e disse: “O Senhor Presidente da Câmara tem toda a legitimidade para solicitar um dos Vereadores”. -----

- SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Prossegue dizendo: “Vou então aproveitá-lo, Senhor Presidente, muito obrigado”. De imediato dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que disse: “Eu gostaria de dar alguns esclarecimentos, o Senhor Presidente não ouviu parte da intervenção da Senhora Deputada, Doutora Graça Pinto e começava por corrigir logo os termos em que começou. Eu acho que são no mínimo infelizes. Mais do que uma morte anunciada, o que se antevê para o Bairro Municipal é uma revitalização. E olhe que não é por falta de divulgação de documentos sobre aquilo que se pretende fazer no Bairro. Como sabe, certamente, presumo que não esteja realmente distraída, nós fizemos uma publicação, apresentámos o projecto apenas para ocupar uma parte do Bairro, logo na entrada principal, onde serão feitos os tais sessenta apartamentos, com o rés-do-chão e a primeira cave para estacionamento colectivo. Nós não estamos a falar em habitação social como a que está lá, pequena. Estamos a falar em edifícios dotados de aquecimento central, de todo o conforto e não é propriamente aquela ideia, enfim, do Bairro miserabilista, não é isso que pretendemos fazer. Portanto isso ocupa apenas uma pequeníssima parte de toda a área do Bairro. Está previsto também a instalação de uma instituição de solidariedade social. Está também depois, previsto que e combinado com as pessoas do Bairro, já agora, certamente, a Senhora Doutora ouviu nalguma rádio local as pessoas a falarem, nem sei se por acaso se lembra do nome delas. Olhe que eu por aquilo de ouvi na rádio, reconheci logo as pessoas. Sabe os nomes delas, por acaso? É que eu conheço-as muito bem e o Senhor Presidente também. Eu não fui ao Bairro a três semanas antes das eleições. E pelos vistos a Senhora Doutora só viu as pinturas nas casas, posteriores, é pena. Não viu trinta e um braços de iluminação pública colocados. Não viu as ruas todas pavimentadas. Não viu os passeios todos pavimentados e com uma capa de “slurry”. Não viu ecopontos enterrados, como em todos os outros pontos da cidade. Não viu também moloques com lixos indiferenciados, não viu isso? Eu penso que, se calhar, fez uma visita apressada. Olhe que eu reconheci logo pela voz, as pessoas que falaram, reconhecia-as logo. E mais, sei inclusivamente o drama que essa família passou e que agora foi, presumo que com boas intenções, usada para a rádio, para a fotografia, conhecemos bem. A Câmara, através da HBISOLVIS, as suas assistentes sociais, as suas técnicas de assistência social, dão acompanhamento a essas



famílias. Uma das casas já foi limpa várias vezes. A da Senhora Dona Maria já foi limpa mais do que uma vez. São pessoas que não são fáceis, realmente de mudarem os seus hábitos. É verdade! Mas em todas elas, em todas as casas, verificou-se, por exemplo, se entrasse na casa do Senhor Luís, como ela estava bem conservada, como nós realmente apoiamos. Portanto, eu acho que foi de uma infelicidade tremenda o cenário que se quis fazer. Realmente com pessoas desta condição, condição débil, a quem nós acompanhamos, sempre têm a refeição. Por isso, é que têm, muitas das vezes, os passeios e sobretudo até a simples mudança da torneira que está no fontanário, que secou, como sabe, porque era uma mina que dava água ali para o fontanário, até a torneira, que era uma torneira vulgar, foi substituída por uma torneira de êmbolo. Não, não, minha Senhora está enganada! Uma das senhoras que nos pediu exactamente e que nos lembrou uma outra coisa. Que nos pediu para na torneira, ser necessário fazer uma força grande, porque normalmente estava aberta horas e horas. Queria dizer-lhe que realmente ou não conhece esta situação... E mais, esta situação da Senhora Maria, não é? O Tribunal, enfim, tentou de alguma forma pressioná-la para que saísse e que está a ser acompanhada, exactamente, pelos nossos técnicos. Está a ser acompanhada, nós sabemos o que se lá passa. Sabemos que todo o espaço junto ao antigo Viseu Informação, não tinha um único candeeiro. Está iluminado. O espaço que dá acesso à Assembleia de Deus, que está na Travessa da Balsa, também está iluminado. Se calhar a Senhora Doutora nunca lá pôs os pés, ou então vai lá um mesito antes das eleições. Nós temos realmente apoiado aquelas pessoas sabem perfeitamente que não vão ser deslocadas. Mais, sabem que a Câmara fez um contrato com o IRU, Instituto da Reabilitação Urbana, para não deslocarmos as pessoas e nesse pacote está não só o contrato que foi assinado pelo Senhor Presidente com o IRU, para construir esses três edifícios. São edifícios feitos em módulos para não deslocar as pessoas, que ficámos com casas no Bairro Primeiro de Maio, que a Segurança Social nunca pregou lá um prego e que nos entregou completamente destruídas. Recebeu o dinheiro das rendas, a Segurança Social nunca lá pôs um tostão. Vá ver como está o Bairro Primeiro de Maio, não sei se passou por lá. Comprámos também várias casas no centro histórico, exactamente ao abrigo desse programa. Portanto, os sessenta fogos não chegam, até porque há pessoas que não querem ficar num prédio de apartamentos, preferem uma casa no centro histórico. Ainda se dá outra possibilidade de adquirirmos casas em zonas rurais, porque são pessoas que gostam de ter os seus quintais. Nós conhecemos bem a realidade do Bairro Municipal, não vamos lá em campanha, só. Andamos há muito tempo ali, conhecemos as pessoas e conhecemos os nomes. Se quiser, aquelas pessoas que falaram na rádio, eu identifico os nomes só pela voz que ouvi na rádio e conheço bem o drama que aquela família passou. Conheço muito bem e enfim, pessoalmente também os ajudei, mas isso é outra história. Portanto, queria dizer-lhe que não fique preocupada com as sessenta habitações e com as oitenta e duas famílias que lá vivem, porque nós estamos muito atentos. E mais, tivemos o cuidado de fasear a construção dos prédios e portanto, apenas um conjunto de moradias será demolido para construirmos o prédio. E essas pessoas se quiserem têm habitação a trinta metros para não se desenraizarem do seu local. Têm habitação no Bairro Primeiro de Maio. Podem ter habitação no centro histórico, nas dezasseis casas, parte delas até já foram compradas. Portanto, elas não ficam desenraizadas. Aliás, o projecto foi até aqui apresentado pelo Senhor Presidente, eu nem me recordava. A deslocalização das pessoas para as casas novas, dentro do Bairro, vai ser feita por fases. Aliás, um dos representantes da Comissão dos moradores nem sequer lá mora. Já há vários anos que já lá não mora no Bairro e nós sabemos perfeitamente também quais os seus intentos. As pessoas sabem perfeitamente aquilo de poderá suceder, será realmente faseado. Mas entretanto, como sabemos que estas coisas demoram e demoram muito sobretudo porque o IHN, o antigo INH estava completamente assoberbado em compromissos e não os podia cumprir, não os podia





honrar. Tivemos o cuidado, portanto, de ir comprando para termos alternativas. Por último, gostaria também, se me dá licença, uma vez que o Doutor Baila Antunes aqui o referiu eu queria só lembrar uma coisa, em nome da ética, que foi aquilo que o Senhor me disse no dia vinte e dois do cinco de dois mil e nove, às nove e trinta, no meu gabinete. Ética e outra coisa que deve fazer, foi o Senhor que me falou, leia bem a legislação e sabe também, penso que lhe mostrei, que tenho aqui um CD onde teremos... Eu não o ofendi, só disse ética mais nada, não o ofendi. Temos aqui a futura ETAR Viseu Sul. Eu espero que o Senhor não se esqueça disto que escreveu, penso que também escreveu, está cá no seu currículo, enfim, é lógico que não ia encomendar este serviço. Ainda não tem currículo para isso, há-de ter, se Deus quiser, espero que sim, mas ainda não tem. Sabe bem quem está a fazer este trabalho. Lembre-se daquilo que aqui escreveu e ética, isto é um trabalho do Instituto Superior Politécnico, encomendado pela Viseu Polis e que não deveria ser usado de forma parcial. Olhe que eu não o faço de forma parcial e o Senhor fê-lo. Ficamos por aqui”. -----

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, em exercício, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhores Deputados, esgotado o Período Antes da Ordem do Dia, passamos ao Ponto número um da Ordem de Trabalhos, informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) número um, do artigo cinquenta e três, Lei cento e sessenta nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco – A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. Senhor Presidente, por favor, tem a palavra”. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para fazer a apresentação da Actividade Municipal, da seguinte forma: “Obrigado Senhor Presidente em exercício, vamos então lá ao trabalho. Vou ler a intervenção que preparei para esta Assembleia. As autarquias são hoje os principais impulsionadores do desenvolvimento desportivo local, situação que resulta de uma melhor organização dos serviços desportivos municipais, com uma aposta clara ao nível da construção e requalificação dos seus espaços desportivos e contratação de recursos humanos qualificados, mas também pela ausência de soluções, respostas e apoios de outras instituições do poder central. O acesso à prática desportiva por parte dos cidadãos é actualmente feito através de quatro canais distintos: as autarquias com os projectos desportivos que promovem, as escolas com as aulas de educação física e actividades de desporto escolar, os privados com ginásios, piscinas e clubes de saúde e o associativismo desportivo local. Debruçando-nos, em especial, sobre o Associativismo Desportivo, verificamos que este tem sido um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento desportivo a nível nacional e local. O trabalho realizado pelos inúmeros dirigentes desportivos que, em regime de voluntariado, têm contribuído para a formação desportiva de muitos milhares de jovens ao longo dos anos, merece o devido reconhecimento pelas entidades públicas com competências nesta área. Neste contexto, a intervenção das instituições públicas deve focar-se na definição e operacionalização de políticas públicas de incentivo, dinamização e formação, assentes em critérios que perspectivem o apoio às instituições que melhor trabalhem e que prestem um serviço relevante à sociedade onde se inserem. A Câmara Municipal de Viseu tem conseguido, nestes últimos anos, proporcionar os meios necessários e adequar os seus critérios de apoio às reais aspirações do movimento associativo, nas suas mais diversas áreas de actuação. De realçar que o Município de Viseu, através do Pelouro de Desporto, tem estruturado um Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo constituído por quatro Medidas. A primeira Medida, relacionada com a Cedência de Espaços e Instalações Desportivas Municipais, tem permitido aos inúmeros clubes desportivos, nomeadamente aqueles com participação em competições federadas, melhorar e aumentar as condições de prática desportiva dos seus atletas, fruto do desenvolvimento realizado na requalificação do Complexo Desportivo do



Fontelo. O investimento realizado também no Campo Primeiro de Maio, Campo de Futebol de Sete, Complexo Municipal de Piscinas, Campo de Ténis, Estádio Municipal, assim como a construção de novos espaços, como é exemplo o Campo de Futebol de cinco e Campo da Quinta da Cruz, são factores preponderantes para uma motivação acrescida para a prática desportiva, tornando mais fácil a árdua tarefa dos dirigentes desportivos de cativar jovens para as suas actividades, numa época em que a concorrência das consolas de jogos, internet e televisão tem provocado um efeito negativo nas taxas de participação desportiva em toda a Europa e conseqüente também no nosso País. Além das obras já concretizadas, encontram-se em fase de projecto a remodelação do Pavilhão Desportivo do Fontelo, a construção de um Polidesportivo Adaptado, do Parque Radical e do Campo de Desportos de Areia. Ainda no âmbito desta medida, a Câmara Municipal de Viseu tem isentado, anualmente, o pagamento das taxas de utilização de instalações desportivas municipais a todas as associações desportivas do concelho, num valor e eu gostaria que fixassem este, que ultrapassa os cento e sessenta mil euros anuais. A segunda Medida visa o apoio à construção e requalificação dos espaços desportivos, sociais e culturais ou a aquisição de equipamentos, viaturas, material informático, entre outros. De um modo geral, esta medida visa contribuir para a melhoria do património do movimento associativo, permitindo-lhes, em articulação com as juntas de freguesia, autonomia na escolha dos investimentos a realizar, consoante as necessidades da colectividade. Esta medida tem permitido que as associações localizadas em zonas menos urbanas criem elas próprias as suas sedes sociais com dimensão, espaço e qualidade que são suficientes para a realização de actividades diversas. Além da vertente social que cumprem, uma vez que, em alguns casos, estas sedes sociais são o único ponto de encontro da população. Muitas são hoje utilizadas como locais de prática de vários grupos do projecto municipal Actividade Sénior, como muito bem os Senhores Presidentes de Junta sabem, e para aulas de Actividade Física das AEC's do Primeiro Ciclo. A terceira Medida visa o Apoio ao Federado, ou seja, o apoio a todas as associações desportivas com prática desportiva formal e inseridas em competições organizadas pelas respectivas federações desportivas. Esta é aliás, a medida que mais tem crescido ao nível dos apoios municipais, situação directamente relacionada com o crescimento do número de clubes, atletas e modalidades desportivas no concelho de Viseu. Na época desportiva de noventa e nove/dois mil, ano de início deste programa, a Câmara Municipal de Viseu atribuí apoios no valor total de setenta e seis mil trezentos e dezanove euros a vinte e cinco colectividades responsáveis pelo enquadramento de então de oitocentos atletas em seis modalidades desportivas. Em dois mil e cinco/dois mil e seis já apoiámos quarenta colectividades, com dois mil e vinte e um atletas em actividade, praticando onze modalidades desportivas, perfazendo um valor total de apoios superior a duzentos e trinta e dois mil euros. Na época passada de dois mil e oito dois mil e nove, a Câmara Municipal de Viseu investiu cerca de quatrocentos e trinta e dois mil euros, para trinta e uma colectividades em quinze modalidades desportivas, tendo sido mobilizados dois mil e quinhentos atletas. Estes dados são reveladores do crescimento que o desporto federado tem registado no concelho de Viseu, fruto da dinâmica do movimento associativo, da melhoria de instalações e equipamentos desportivos, dos apoios concedidos pela autarquia e também pelo tecido empresarial. De registar, ainda, a diversidade de oportunidades que os jovens viseenses hoje dispõem para a prática desportiva, em virtude do aumento do número de clubes e de modalidades desportivas, situações que lhes permitem escolher a sua modalidade de eleição em função das suas aptidões físicas ou mesmo dos gostos pessoais. Não posso, também, deixar de salientar uma modalidade inserida nesta Medida ao Apoio Federado, que é o Goalball, uma modalidade destinada a invisuais e acolhida por um clube que gosto muito, o Futebol Clube de Ranhados com a colaboração da Câmara Municipal de Viseu. Esta modalidade teve um forte impulso com a participação nos Jogos Desportivos de Viseu e já este ano na



Feira do Desporto de Viseu, o que tem contribuído para um aumento da sua notoriedade junto dos viseenses. Entendemos que o aumento do número de praticantes desportivos irá contribuir para a criação de uma sociedade mais saudável e que mais praticantes também irão fomentar melhores praticantes. Ultimamente, Viseu tem registado resultados assinaláveis a nível nacional, em várias modalidades desportivas. É justo mencionar publicamente o título de exemplo, o título nacional de Judo da atleta Beatriz Mogas, no escalão juvenis de menos de quarenta e cinco quilos ou o título de vice-campeão nacional do atleta André Martins, no escalão júnior de sessenta, ambos em representação do Judo Clube de Viseu. De referir, igualmente, também a título de realce, o campeonato nacional de Basquete pelo escalão de sub-dezasseis, conquistado brilhantemente pelo Grupo Desportivo e Recreativo de Gumirães. Bem como outros resultados de relevo alcançados em diversas modalidades, como a Natação, o Futsal ou o Atletismo. Todos estes títulos foram obtidos durante o presente ano de dois mil e nove. Inserido nesta Medida de Apoio ao Desporto Federado, iniciámos em dois mil e sete/dois mil e oito um projecto denominado de Rede de Equipamentos Desportivos do Concelho de Viseu, com o intuito de apoiar financeiramente os clubes de desporto federado, nomeadamente na modalidade de futsal, para pagamento da utilização de instalações desportivas não municipais. Esta iniciativa contou com a colaboração de várias instituições, públicas e privadas, gestoras de pavilhões no concelho de Viseu, permitindo uma maior rentabilização das instalações existentes e um aumento significativo nos horários disponíveis para os clubes locais, com consequências directas no aumento do número de clubes, equipas e atletas. Na época dois mil e oito/dois mil e nove financiámos dez clubes, com dezanove equipas, em mais de trinta e três mil euros. Por fim, a última Medida, a quarta Medida deste Programa de Apoio ao Movimento Associativo procura apoiar e colaborar, do ponto de vista logístico e financeiro, na organização de actividades e eventos no âmbito da actividade do concelho de Viseu. O nosso objectivo é apoiar pois os mais variados eventos desportivos realizados em Viseu, com especial incidência em eventos cuja capacidade de mobilização de atletas (neste caso preferencialmente atletas locais) e espectadores possa contribuir para a promoção das nossas associações e também do nosso no concelho no exterior. Senhor Presidente, Senhores Deputados, não posso deixar de falar das estratégias de apoio ao Movimento Associativo sem, no entanto, mencionar dois dos projectos desportivos municipais que têm como principal objectivo a dinamização e valorização do movimento associativo local. Um desses projectos, que já atingiu este ano a sua maioria com dezoito anos de existência, são os Jogos Desportivos de Viseu. O outro é a Feira do Desporto de Viseu, com dois anos de vida. Os Jogos Desportivos de Viseu, e eu gostaria que para quem não os conhece que tomasse atenção a estes números, mobilizaram em dois mil e nove mais de três mil e seiscentos participantes de todas as idades, em representação de noventa colectividades e em vinte e cinco modalidades desportivas. Apesar de ser um projecto antigo, tem sido alvo de constantes renovações e melhorias, visando uma maior facilidade de participação de todos os viseenses, situação que tem sido alcançada com o aumento gradual do número de participantes. Cabe-me, por fim, agradecer publicamente o trabalho desenvolvido pelos vários agentes desportivos, que, voluntariamente, continuam a gastar parte do seu tempo, muitas vezes em prejuízo da própria família, para continuar a desenvolver este nobre serviço à sociedade que nem sempre tem o devido reconhecimento. Em Viseu continuaremos a valorizar esse trabalho e a fomentar parcerias junto do Movimento Associativo para que os viseenses possam ter, como nós dizemos, um *melhor desporto ... mais saúde*. Senhor Presidente, deixamos também, à consideração e análise os documentos habituais que são obrigatórios por imperativo legal. E é tudo”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigada Senhor Presidente pela informação que nos traz no período de



informação da actividade Municipal. Portanto, estou agora aberto a questões”. De imediato dá a palavra à Senhora Deputada Patrícia Monteiro. -----  
 - QUARENTA E TRÊS – SENHORA DEPUTADA PATRÍCIA ALEXANDRA ALMEIDA MONTEIRO (PS) - Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A informação que o Senhor Presidente da Câmara nos traz hoje diz respeito então ao Município de Viseu e o movimento associativismo desportivo. Fazendo uma breve análise deste documento, começaria por destacar que não poderia estar mais de acordo com a introdução: efectivamente as autarquias de hoje deverão assumir-se como impulsionadores, mediadores, facilitadores, de toda a dinâmica local, seja do desenvolvimento desportivo ou de qualquer outra área. Neste documento, o Executivo Autárquico apresenta-nos um Programa de Apoio no Associativismo Desportivo assente em quatro medidas. A primeira medida que se refere à cedência de espaços e instalações desportivas municipais, nesta medida entendemos que a edilidade, faz o que efectivamente lhe compete e que é sua obrigação, apoiar clubes e associações locais, aliás como todas as câmaras fazem por este País fora. Dentro desta medida, entende-se que o Pavilhão Desportivo do Fontelo já deveria ter sido alvo de reestruturação há muito tempo, aliás, casos de efectivamente de chover dentro do Pavilhão, nomeadamente jogos terem que ser suspensos e portanto adiados, contrariamente ao sabor do clima. Pena temos não vermos reflectida a hipótese do recurso ao Pavilhão Multiusos para actividades desportivas, que possibilite a sua utilização permanente e a rentabilização de um espaço que se encontra “morto”. Relativamente à segunda medida, que diz respeito à construção e requalificação de espaços, o documento refere, superficialmente, a actividade física das actividades de enriquecimento curricular do primeiro ciclo. Convém lembrar que as actividades de enriquecimento curricular, financiadas pelo Ministério da Educação em duzentos e sessenta e dois euros e meio, são de oferta universal, de frequência gratuita e opcional. Também, não será demais lembrar: Primeiro - As competências que as Autarquias têm no que respeita ao primeiro ciclo do ensino básico; Em segundo lugar, as responsabilidades no que se refere à construção, requalificação e apetrechamento das escolas do primeiro ciclo; E em terceiro lugar, os desafios que as AEC's e a Escola a Tempo Inteiro, medidas de extrema importância que julgo que todos os presentes não poderão questionar, colocam às Autarquias. Assim, gostaria de perguntar ao Doutor Fernando Ruas se entende que as crianças do primeiro ciclo do nosso Concelho, têm efectivamente condições, quer em termos de espaço, ou higiénico-sanitárias, para desenvolver a prática da Actividade Física e Desportiva? Como sabe, esta actividade é, na maioria dos casos, desenvolvida em espaços e condições que desvirtuam o impacto da medida, ficando muito aquém das expectativas dos viseenses. A terceira medida, Apoio ao Desporto Federado, é referida como aquela que “mais tem crescido ao nível dos apoios municipais no Concelho de Viseu”. Constata-se também, como já disse, que na época passada dois mil e oito/dois mil e nove foi investido cerca de quatrocentos e trinta e dois mil euros para trinta e uma colectividades, em quinze modalidades, mobilizando à volta de dois mil quinhentos e cinquenta atletas. Tal investimento e dados não se vão se questionar com certeza. No entanto, importa aqui colocar algumas questões: perante este aumento de investimento, ao longo de todos estes anos, porque também nos faz esse histórico na sua comunicação, porque razão não existe uma única modalidade dita de referência, nenhuma modalidade que se destaque a nível nacional? No que respeita a apoios financeiros, referindo este Executivo, que pretende valorizar as associações que mais e melhor trabalham, sem dúvida um óptimo critério, no entanto, julgamos um pouco vago. Então quais os critérios que estarão na base dessas atribuições? Não deverão também as associações saber o que necessitam fazer para no fundo, poderem usufruir de outro tipo mais apoio, ou de mais apoio? Entendemos que, apesar da pertinência dos investimentos ao desporto federado, não existe, por parte deste Executivo Camarário, uma visão



estratégica que defina os critérios de apoio, com objectivos a longo prazo. No que diz respeito aos jogos desportivos, entendemos que estes deverão ser e porque já os estão a ser como afirmou aqui também o Senhor Presidente, deverão ser repensados, remodelados, reinventados, já que não se apresentam como uma mostra do desporto regular sistemático, mas na sua maioria constituem-se como uma realização de jogos em várias modalidades retalhadas e desconexas. Não se trata de colocar em causa os jogos ou a participação das associações e dos clubes, mas sim o de querer mostrar uma realidade desportiva irreal e casuística. Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados, efectivamente e como refere o Presidente da Câmara na sua comunicação, a política desportiva deste Executivo está muito longe de estar concluída. Já fomos habituados, em demasiadas áreas, a ver remetida a responsabilidade, que é efectivamente do Executivo, para os agentes da sociedade civil. Bem faz em agradecer publicamente o trabalho desenvolvido, no entanto, tal não o iliba das responsabilidades que possui nesta área, como em tantas outras. Viseu necessita, entendemos nós, de um plano estratégico municipal que permita o desenvolvimento de políticas estruturadas, integradas e participadas que levem a um desenvolvimento desportivo efectivo. Muito obrigada”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto.

- QUARENTA E QUATRO – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) - Solicita a palavra para intervir da seguinte forma:

“Eu antes de me debruçar sobre a Actividade Municipal no que concerne ao desporto, gostaria, já que não tive oportunidade de responder aquilo que me foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, dizer o seguinte: De há longos anos e reitero tudo o que disse na minha intervenção no que respeita à requalificação do Bairro da Cadeia, Bairro Municipal, estamos habituados reiteradamente ser anunciada a requalificação do Bairro, dos projectos para o Bairro. Portanto, eu não precisava da resposta que me foi dada, porque eu também leio jornais. Ainda há pouco tempo voltei a ler, exactamente aquilo que já li há três anos, há quatro anos, em dois mil e se calhar, antes de dois mil. Eu tenho aqui recortes de jornal, em que o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas em dois mil já afirmava que estava para breve a requalificação. Quando eu falo na “morte anunciada”, o que eu digo é que aqueles habitantes daquele Bairro têm uma instabilidade relativamente ao seu futuro, às suas vidas, notória, decorrente das contradições e desses protelamentos da intervenção no Bairro. De início e como sabem, houve uma posição muito clara dos representantes desse Bairro, através da Comissão de Moradores, no sentido de dizerem que não queriam ir para apartamentos, que queriam manter o seu estilo de vida, que queriam recuperação das casas. Reabilitação, mas não retenção da traça das mesmas e do seu estilo de vida. As intervenções têm sido de tal maneira atabalhoadas, que o espaço público, e eu conheço bem aquele Bairro, morei muitos anos junto daquele Bairro e é por isso que me convidam a entrar quando eu lá vou. Junto daquele Bairro, as minhas filhas conviveram com miúdas que moram naquele Bairro. Morava lá na altura portanto, não me venha dar lições sobre o conhecimento do Bairro, nem me venha acusar, por maioria de razão, dizer que vou lá em vésperas de eleições. A questão de que se trata e que nos foi dita por inúmeros moradores, foram queixas de falta de intervenção nas casas, de falta de apoio, de falta de informação. Mas o futuro dirá quem tem razão, quem está a dizer a verdade e quem fala com rigor. A propósito de rigor, eu queria falar também hoje noutro assunto que não tive possibilidade de tocar no tempo que me foi destinado Antes da Ordem do Dia e que tem a ver com rigor e transparência e portanto, acho que o devo trazer aqui. Em Agosto nós fomos confrontados, através dos Órgãos de Comunicação Social, de uma sentença relativamente a uma trabalhadora, não sei se é trabalhadora, se é ex-trabalhadora da Câmara, por ter proferido acusações injuriosas que manchavam a honra e a reputação do Senhor Presidente da Câmara. Mas isso não interessará aqui para o caso, porque a sentença foi dada e não conhecemos de perto as questões que se prendem





com a funcionária ou ex-funcionária da Câmara. Aquilo a que tivemos acesso, isso sim, tivemos acesso, porque é público, foi à sentença do Tribunal. E a sentença do Tribunal, arrola várias irregularidades na contratação, nomeação de pessoal na Câmara que eu gostaria de ver esclarecidas. E gostaria de ver esclarecidas por duas razões, para bem dos visados, das pessoas, enfim, que pode pairar a suspeita de favorecimento, dadas as irregularidades e também para bem da Câmara, porque ninguém como o Executivo Camarário estará interessado em esclarecer em que não há irregularidades e que há transparência e que há rigor na sua actuação. Eu passaria a citar as irregularidades que foram mencionadas pelo Tribunal. Deu como provado que houve irregularidades na contratação de funcionários, incluindo filhos e mulher de cinco Presidentes de Juntas e de outros familiares de directores dos Serviços Municipalizados. Mas vou passar a elencar as irregularidades: “Passam pela ausência de actas do júri anteriores ao anúncio do concurso onde se fixam os critérios de apreciação e avaliação”. Acrescenta ainda o Tribunal que o sistema de classificação final e a respectiva fórmula classificativa, não existe em muitos casos. Ausência de grelhas de fundamentação das entrevistas de selecção, actas de afixação de critérios de apreciação e classificação, feitas só depois de terem sido recebido os currículos do candidatos. Listas de classificação final com notas de prova superior à que consta na respectiva grelha de classificação. Eu elenquei diversos casos, foram numerosos casos e elenquei algumas das irregularidades detectadas. Isso tem a ver de facto, com transparência, com rigor e com aquilo que nós achamos que deve nortear a prática do Executivo Camarário. Como alguém disse numa crónica “não basta ser sério, há que parecê-lo” e ter comportamentos que de facto, são muito claros e transparentes, relativamente a estes problemas. Certamente estes problemas já estarão colmatados, no futuro não se repetirão, mas gostaríamos de saber que diligências foram feitas para que isto não volte a acontecer, a bem dos visados e da própria Câmara. Porque me parece do interesse público e acho que nos interessa a todos saber o que se passou. No que respeita à Actividade Municipal que aqui esteve presente, já aqui foi citado anteriormente, noutra intervenção, um dos aspectos em que me parece, para além de aspectos positivos da Actividade e que há que reconhecer, aspectos que me parecem menos positivos e gostaríamos de ver esclarecidos, se é que temos razão. O Senhor Presidente da Câmara fala-nos de existência de critérios, de facto, para a atribuição de apoios. Nós não temos conhecimento desses critérios e gostaríamos de saber, por um lado, se eles existem, por outro lado, se são públicos e se são do conhecimento de todas as associações. E a existirem critérios, gostaríamos de saber, a existirem critérios claramente definidos, se esses critérios passam pelo número de atletas, se passam pela existência, ou não, de instalações, se passam pelo número de treinos dos atletas. No caso, porque temos aqui a situação do desporto federado e das associações com situações diversas, mas se os apoios atribuídos passam por critérios claros e bem definidos e do conhecimento de todos. Nomeadamente se se prendem com algumas das questões que aqui elencámos isto é, a ausência, ou não, de instalações, que obriga a mais custos, número de treinos, número de atletas abrangidos, número de modalidades e outras questões. Eu falei com algumas pessoas ligadas ao desporto, que têm opinião de que esses critérios deveriam ser contemplados, obviamente que não descobri isso da minha cabeça, nem inventei essas questões, portanto, ouvi algumas pessoas ligadas ao desporto. Queria saber também para quando, a propósito de promessas, o Parque Radical, que é aqui anunciado mais uma vez e que vem sido reclamado, que eu saiba, já duas gerações. A primeira geração que falava no Parque Radical já deixou de praticar. Aliás, na altura não era um Parque Radical, era skate e agora são os filhos dessa primeira geração que continuam a aspirar por um Parque Radical. Quantos anos já passaram, Senhor Presidente da Câmara. Eu queria saber se de facto estas promessas que agora aqui são plasmadas, se são como as promessas do Bairro Primeiro de Maio, se são para breve, ou se o breve são décadas. Pronto, as duas questões



que queria colocar relativamente à actividade de desporto e que me parecem as mais centrais, que decorrem do Relatório de Actividades que aqui foi presente”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- QUARENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO -

Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas do seguinte modo:

“Eu gostaria de começar pela última intervenção e gostaria de dizer à Senhora Deputada, olhos nos olhos, que não me limpo aos seus guardanapos. Gostaria de lhe dizer isto Senhora Deputada, olhos nos olhos. Se a Senhora põe em questão a minha honestidade avance com um processo. Eu não lhe admito processo nenhum de intenções. A Senhora comigo não brinca na honestidade. Gostava de lhe dizer que tudo aquilo que foi dito resultou de uma sentença que eu não trouxe para a praça pública. A sentença foi dada pelo Tribunal, depois disso as inspecções estiveram na Câmara. Se a Senhora quiser, faça o favor de fazer queixa às inspecções. Estou disponível para a receber amanhã, mas não faça processos de intenções. Não é o Bloco de Esquerda que me dá lições de honestidade por mais que a Senhora apregoe. Eu não cheguei a vinte anos da minha vida pública para ouvir isto. A Senhora não me volta a dizer isto, fique a saber isso! A Senhora se quer discutir comigo... Não me chama não, que eu não deixo. Eu não a interrompi, bem me custou a posição e eu ouvi aqui serenamente a rebolar na cadeira, mas ouvia serenamente e a Senhora vai ouvir-me. Não volte a dizer isso! Se há alguém em que os Senhores não mexem é na minha honestidade, dêem as voltas que derem, a Senhora não pode fazer isso. Não andei vinte anos para ouvir isso, minha Senhora. Portanto, é melhor ficar por aqui. Quanto aquilo que me perguntou, eu vou responder-lhe aquilo que me perguntou efectivamente, mas peço-lhe, por amor de Deus, ou a Senhora avance com um projecto e mais, desafio-a até a avançar com um projecto em Tribunal, ou com uma acusação às inspecção que eu escrevo por baixo, mas rapidamente. Mas não me volte com essas insinuações, porque eu não me revejo nisso. Isso deve ser práticas que a Senhora aprendeu. A Senhora não me volte a insinuar isso. Eu não tenho nenhum processo, a Senhora sabe onde é que estão os processos, eu não tenho nenhum. A vossa posição em impoluta caiu por terra, a Senhora sabe disso. Portanto, é melhor que a Senhora se cale com isso, eu não me limpo a esses guardanapos, já lhe disse, não vale a pena vir com isso. A Senhora tinha-a guardado, mas não cola. Se quer fazer ameaças de honestidade, quando a Senhora entender, em qualquer lugar, em qualquer situação. Não é com este Presidente da Câmara que a Senhora... Vá por outro aspecto minha Senhora. Vá pelo aspecto da falta de trabalho, da falta de rigor, da falta de não sei quê, mas não vá por aí. Essa não, não é connosco. Tenha mais cuidado naquilo que diz. Então, depois disto, vamos responder à Senhora Deputada Patrícia. Eu queria dizer que o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo está em obras e se a jovem soubesse, quando chegámos à Câmara era o único Pavilhão que tínhamos, era o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo. Sabe quantos pavilhões gimnodesportivos é que a Câmara tem? Portanto, não é por falta disso que há falta de desporto. E mais, saberá também que o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo está por requalificar, ou esteve por requalificar até agora, por causa de uma indefinição da ineficiência energética, só por causa disso. Que levou até uma exposição da Associação de Municípios a perguntar, que resolvem o problema da ineficiência energética, Porque requalificar aquilo que estava definido, uma qualquer instalação desportiva ficava mais cara do que fazer uma nova. E foi apenas isso que estivemos a fazer, ineficiência energética e qualidade do ar. Portanto, se há alguém que quer requalificar o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo, é a Câmara de Viseu. Encontrou foram dificuldades na regeneração e nem sequer, ficamos até mais à vontade para descanso nosso, nem temos problemas financeiros para deixar de fazer a requalificação. Portanto, está a ver que é apenas um problema criado por quem definiu as leis, ligados ao seu Partido que está a



dificultar esta matéria. Logo que essa matéria esteja resolvida, a Câmara está em condições, tem tudo acautelado para que o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo seja uma realidade. Aliás, quem requalificou todos os espaços no Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo, na Mata do Fontelo, no Complexo Desportivo, não vai deixar de fazer aquele. Estamos à vontade, fomos nós que requalificámos o Estádio Municipal. Fomos nós que requalificámos o velhinho estádio Campo Cunha Matos. Fomos nós que requalificámos, como é sabido, o Campo de Futebol de Sete. Fomos nós que requalificámos as Piscinas. Fomos nós que requalificámos a Associação de Futebol. Fomos nós que requalificámos o Solar do Vinho do Dão. Fomos nós que fizemos o Campo Alves Madeira, ou a Senhora não sabe isso? Fomos nós que fizemos inclusivamente e que disponibilizámos as condições para o Instituto da Juventude. Toda aquele espaço foi requalificado. Nós temos histórico, temos obras feitas. Portanto requalificaremos e há-de ser connosco que há-de ser requalificado o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo, bem pode contar com isso. Espero depois que esteja lá na inauguração. O recurso ao Multiusos, é capaz de ainda insistir de que o Multiusos está morto? A Senhora não sabe qual foi a utilização do Multiusos. Duvido até que arranje um equipamento que tivesse mais utilização de que o Multiusos. Eu desafio-a a mostrar-lhe o equipamento que teve mais a utilização do que o Multiusos. Depois vem com um chavão que eu acho muito curioso, qual é a actividade de referência que se pratica aqui. Eu já joguei minha Senhora, mas já não jogo. Qual é a modalidade de referência? É a mesma em Castelo Branco, a mesma na Guarda, então mas nós descobrimos estas modalidades de referência? Então Viseu tem os clubes que tem. Agora em movimento associativo duvido que haja um concelho mais pujante do que o nosso. O que quis dizer, é que nós não temos nada e que não somos campeões nacionais? Então temos estes do judo, da natação, foi aquilo que conseguimos. Agora não vai, digamos culpar a Câmara por falta destes êxitos e destas actividades de referência, era o que faltava. Depois não há critérios de apoio, eu deixava um desafio às duas, já que falaram nisso. Que me tragam só um agente desportivo que desconfie dos processos de apoio, um! Não sabe que foram discutidos com eles? Oh minha Senhora, mas pensa que a democracia que veio para o seu partido? Mas qual é a democracia que a Senhora tem? É aquela do seu partido. Por amor de Deus! Revela também, digamos, uma falta de cordialidade, não acha? Eu não interrompi, Sabe que a Senhora me provoca vontade de a interromper. Eu não a interrompi, mantive-me aqui, sereno a ouvi-la ali, quase que com raiva, a dizer uma série de coisas. Há uma coisa que eu posso estar convencido, há muita gente que pode ter medo do seu partido, eu não tenho. Os Senhores não são melhores do que nós, nem nada que se pareça. A Senhora só fala, não sabe fazer. É bom que saiba, eu não a interrompi, Estou o mais possível, sereno e portanto, a Senhora tem que... Agora ouvi aquilo que me pediu para ouvir, então vai ouvir. Diz que não há critérios. Eu não sei com quem é que a Senhora falou. Diz que lhe disseram os entendedores do aspecto desportivo. Então, traga cá os dirigentes dos clubes, só um, que diga. Os critérios de distribuição foram discutidos com os dirigentes, foram eles que os arranjaram e nunca tive nas várias sessões em que distribuí os subsídios, alguém a queixar-se do subsídio. A Senhora sabia que são distribuídos por modalidade, por número de praticantes, por escalões, por subidas de divisão, etc., etc. Não há ninguém que tenha uma grelha de critérios mais apertada do que a Câmara de Viseu. Não há nada! Pois eu sei que a Senhora não sabe isto e não sabe muita coisa. Sabe falar! Mas a quem não sabe ensina-se. A Senhora se quiser falar verdade, arranje lá um dirigente que diga isto e que afirme pelo seu diapasão. Não há ninguém a afirmar pelo seu diapasão. Depois sobre o Parque Radical, minha Senhora, está em percurso do Parque Radical. Foi uma pergunta objectiva que me fez, o Parque Radical está em concurso. Não sei se a Senhora também andada, se se falava na sua geração, ou da dos seus herdeiros, não sei se é isso. A Câmara tinha um Parque Radical e tem, com defeitos naturalmente, no Parque da cidade, no Parque Aquilino Ribeiro. Portanto, é esse



Parque, por estar decrépito, que a Câmara vai recuperar no Fontelo. É isto que estamos a fazer. Quanto às acusações, eu pedia-lhe mais uma vez, não gostaria mais que a Senhora voltasse a falar nisso. Sinceramente, se a Senhora quiser tem o meu apoio para por baixo, numa folha em branco, para accionar todas as inspecções, mas não volte a pôr em causa a minha honestidade. Por último minha Senhora, para lhe dizer que a Senhora até confundiu, veio dizer que era o Bairro Primeiro de Maio, para não a ver com promessas para com o Bairro Primeiro de Maio, confundiu Bairro Primeiro de Maio com Bairro da Cadeia. Eu sei, é porque um está perfeitamente requalificado e a Senhora esse não viu, nem assistiu a melhoria dos moradores com a requalificação, esse passou-lhe ao lado. Mas queria dizer só uma última coisa para terminar, eu apresentei um projecto que a Senhora diz que não foi discutido com ninguém, apresentei-o aqui a esta sala, com os moradores do Bairro da Cadeia. Aqui, com os projectistas e com os moradores do Bairro da Cadeia. Foi aqui discutido mais do que uma vez e portanto, toda a gente, os que estavam aqui, concordou com o método que a Câmara usou, com o método que a Câmara definiu e que foi a construção de habitação horizontal, exactamente porque não nos podemos dar ao luxo no centro da cidade, ter uma habitação unifamiliar que ocupa um espaço nobre para meia dúzia de pessoas. Acha que isso que é correcto? A Senhora acha que é possível ter... Se acha que é correcto, sim senhora, é uma democracia óptima da sua parte. É correcto ter casas unifamiliares de pessoas que pagam cinquenta cêntimos, sessenta cêntimos, só porque não querem sair dali, com anexos que lhe foram colocando abusivamente. Portanto, nossa situação é esta e connosco vai ser assim. Vamos fazer um edifício de habitação horizontal para acomodar as pessoas das proximidades das casas de habitação unifamiliar para ali e para lá deixarmos memória futura. A Senhora até cometeu erro aos microfones de uma rádio. Tenho que a gabar e dar os parabéns pela longa audiência que tiveram, mas a Senhora até disse que havia lá casas sediadas. Não leu o projecto a dizer que aquelas casas são para memória futura, pois não leu, a Senhora não sabe. As casas que lá estão são para instalar actividades colectivas e vão lá ficar nove casas para perpetuar a memória daquele Bairro. Portanto, connosco vai ser assim. O Bairro vai mudar completamente de figura, com uma habitação horizontal e com casas para perpetuar a memória. Não estamos disponíveis para num dos melhores locais de Viseu, deixar habitação social, só porque as pessoas não querem literalmente mudar para uma habitação horizontal, como a maioria dos viseenses têm. Portanto, é isso que vamos fazer em nome da defesa do colectivo sobre o individual". -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho mais nenhum registo de inscrição e portanto, está esgotado este Ponto da Ordem do Dia. Passamos ao Ponto Dois, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a “AQUISICÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DOUTOR LUÍS FERREIRA, NOVENTA E DOIS/NOVENTA E QUATRO – RUA DOM DUARTE QUARENTA E SETE/QUARENTA E NOVE”, nos termos da alínea a) do número seis, do artigo sessenta e quatro e nos termos e para efeitos do disposto na alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três, ambas da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, na sua actual redacção. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara não quer usar da palavra. Considerando que toda a exposição manifestada na documentação que foi enviada, pergunto se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste Ponto. Não? Então vou pôr à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. Esgotámos o Ponto da Ordem de Trabalhos e entrámos agora no Período do Público. Tenho duas inscrições do público. Tenho o nosso concidadão Alexandre Azevedo Pinto e o nosso concidadão José Miguel Guiné. Portanto, presumo que já estão aqui para baixo. No caso dos dois já não é a primeira vez que vêm aqui, portanto, sabem que têm cinco minutos para usar da palavra. Desde já dava a palavra ao primeiro inscrito, Senhor Alexandre Azevedo Pinto”. -----



**- QUARENTA E SEIS – SENHOR ALEXANDRE DE AZEVEDO PINTO –** Pede o uso da palavra para dizer o seguinte: “Meus Senhores e minhas Senhoras, muito boa tarde a todos. Eu venho aqui e agradeço aos que ainda resistem. Eu não estive durante toda a Sessão, mas venho aqui basicamente para falar de uma questão que é aquela que diz respeito ao centro histórico e à Loja do Cidadão. Dado que esta é a última Assembleia Municipal desta legislatura e porque estamos já no período de campanha eleitoral e outro se avizinha, acho que é importante os viseenses ficarem de uma vez por todas esclarecidos relativamente a esta questão. Aquilo que temos assistido ao longo dos últimos meses, os últimos não, porque tem sido um silêncio quase absoluto, mas nos meses anteriores a esses, foi um “pingue-pongue” entre o Partido Socialista e a maioria Social-democrata na atribuição de responsabilidades. Nós queríamos que de uma vez por todas ficasse esclarecido esta situação, sabendo desde logo à partida, eu penso que é assim, que as atribuições e competências desta questão são quase exclusivamente da maioria Socialista, do Governo Socialista. Ainda assim e bem, na nossa posição, a maioria Social-democrata da Câmara, fez um conjunto de indagações, portanto, realizou um conjunto de iniciativas no sentido de, ainda assim, dado que havia um não, houve um “nim” muito tempo, mas depois percebeu-se que era um não, ou eu entendo como um não da parte do Partido Socialista, de que não viria a Loja do Cidadão para aqui, ou não seria deslocalizada a Loja do Cidadão para o centro histórico. Nesse sentido a maioria Social-democrata fez de facto, algumas “démarches” nesse sentido. Eu queria saber que “démarches” foram essas. Soube num debate que houve produzido pela Associação de Comerciantes através do Presidente, julgo eu, que era o Presidente da CCR Centro, que havia dinheiro disponível numa candidatura do QREN, não tenho a certeza se é essa a medida, mas penso que era uma candidatura do QREN, um dinheiro reservado, penso que foi mesmo essa expressão que o Presidente da CCR usou, para uma hipotética candidatura da Autarquia à localização da Loja do Cidadão no actual Mercado. Percebi, aliás, o Senhor Presidente já teve a oportunidade de o dizer aqui, que o Arquitecto Siza Vieira tinha sido confrontado com a hipotética alteração ao projecto que está ali, no sentido de poder contemplar ali, a localização dessa futura Loja do Cidadão. Portanto, eu queria saber qual é o ponto, da parte do PSD. Queria também saber da parte do PS, se é de facto esse não, eu assumo-o como tal, ou nós assumimo-lo como tal. Uma segunda questão, vou ser também rápido, dado que não tenho muito tempo. Nós congratulamo-nos muito com a alteração que a Autarquia fez da sua decisão inicial e o Senhor Presidente da Câmara terá que nos dar razão, nós quando iniciámos o Movimento dos Cidadãos pela Revitalização do Centro Histórico, o Senhor Presidente entendia, à época, que não era de todo importante desconcentrar serviços municipais para o centro histórico, uma vez que tinha gasto muito dinheiro a concentrar serviços municipais. Percebe-se agora e bem, e acho que esse é o caminho, na minha perspectiva, que a Câmara está interessada em investir através da desconcentração de serviços municipais. Portanto, ajudar ao esforço de investimento público, investindo ela também num conjunto de serviços e bem. Esperando que por parte da Administração Central fossa acompanhada no mínimo, na mesma proporção o que de facto não está a acontecer. Mas portanto, nós congratulamo-nos com essa alteração. Finalmente, entendemos e voltando um pouco ao inicial, dado que esta é de facto, a última Assembleia Municipal e há um período eleitoral, nós congratulamo-nos que a questão do centro histórico esteja hoje no debate e no debate que já está a iniciar, mas que se vai intensificar, por parte das candidaturas que vão apresentar-se às listas das autarquias no próximo onze de Outubro. Entendemos que de facto, que há um conjunto de coisas a fazer e é importante que isso esteja na agenda dos partidos que vão fazer esse debate e da nossa perspectiva acho que o centro histórico tem a ganhar, Viseu tem a ganhar, que isso assim seja e queremos de alguma maneira que os partidos façam esse debate profundo, porque como disse o Senhor Presidente da Câmara, eu essa parte ainda consegui ouvir, o centro





histórico não se resolve só com investimento público, o seja ele Municipal ou Central. Mas, eu acho que essa questão da agenda e tendo o centro histórico na agenda das vossas candidaturas, eu acho que isso é de saudar e também nos congratulamos com isso. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor José Miguel Guiné.

- QUARENTA E SETE – SENHOR JOSÉ MIGUEL GUINÉ – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Antes de mais, muito obrigado aos resistentes, não é fácil resistir a tantas horas. Pronto, eu já estou um bocado cansado, desculpem se alguma coisa não correr bem. Queria felicitar o nosso Presidente pelo excelente trabalho que foi feito na reabilitação do Bairro Primeiro de Maio. Congratulo-me também com o nosso Presidente, não é só Presidente da Câmara Municipal de Viseu, por alguma razão também é o Presidente da Associação Nacional de Municípios ao propor um conjunto de iniciativas de combate à crise que já estão em curso, sendo uma delas o de prescindir de quinhentos e cinquenta e cinco milhões de euros através da diminuição de recebimentos do IMI, do IMT, da Derrama e através de taxas mais baixas e isenções de IRS. Congratulo-me também com os esforços da Autarquia no sentido de se fazer uma atribuição mais justa dos coeficientes de localização das casas que estão na base do cálculo do IMI, ou seja, quem tem casas mais caras deverá ser obrigado a pagar um imposto maior, geralmente por uma questão de justiça social. Acontece que a nossa Autarquia está de mais atada nesta matéria, uma vez que quem tem o poder para definir os coeficientes de localização são os peritos nomeados pelas Finanças e não pelas Autarquias que conhecem melhor esta realidade. A política da Câmara passa também pelo apoio ao mais carenciados. Estou a falar do programa PROHABIT, Programa Municipal de Apoio Financeiro para a Recuperação de Habitação, inédito a nível nacional, lançado em dois mil e três, já aprovou projectos de recuperação de casas, no nosso centro histórico e aldeias rurais, de forma a garantir melhores condições de habitabilidade, higiene e segurança aos moradores. O investimento inicial já atingiu um, vírgula seis milhões de euros, sendo que a meta é chegar aos dois milhões de euros até ao final do presente ano. Relativamente ao Programa HABISOLVIS, programa que se destina à recuperação interior e exterior, ou seja, cozinhas, casas de banho e por aí fora, que até à data centro e quarenta e duas também já foram contempladas, que vão ter um espaço digno de habitabilidade, salubridade, higiene e segurança. Preocupa-me enquanto cidadão viseense o atraso no início da construção do Arquivo Distrital. Uma infra-estrutura de importância crucial para o nosso Distrito, já leva quatro anos de atraso desde a sua inscrição no PIDDAC, com o objectivo de se avançarem com as obras em dois mil e cinco. Acontece que até à data ainda nada foi feito. Não se vislumbra quaisquer sinais de construção nem de financiamento, sendo que na melhor das hipóteses a construção do Arquivo Distrital de Viseu arrancará em dois mil e dez, com dois anos de atraso e com o mesmo cronograma financeiro de dois mil e cinco. Universidade Pública de Viseu. A Área Metropolitana de Viseu é a única do País sem Universidade Pública, como é que é possível, pergunto eu, o desenvolvimento tecnológico ao mais alto nível e a formação de quadros altamente qualificados, se não temos uma infra-estrutura de ensino superior a este nível. Já não basta o isolamento viário e ferroviário e ainda nos querem vetar o acesso à informação de ponta perdendo Viseu o comboio da tecnologia da excelência. Ligação Ferroviária à Linha da Beira Alta. Viseu é a única cidade com dimensão Europeia que não tem ligação ferroviária, transporte de baixo custo e não poluente, vá lá a gente entender isto. Dos quinhentos milhões de euros investidos pela REFER desde dois mil e seis, a maioria foi para a modernização da Linha do Norte, Túnel do Rossio e Évora. Caros viseenses, importa olhar para este problema das verdadeiras acessibilidades ferroviárias, pois a sua construção depende a rapidez de escoamento das nossas mercadorias e também maior rapidez de entrega da matéria-prima às nossas indústrias, aliviando os custos de produção e transporte, tornando os nossos



produtos mais competitivos ao nível nacional e internacional. Há uma verdade indiscutível, é impossível crescermos ainda mais e melhor se formos votados ao isolamento. Não podemos ficar isolados a cidades como Aveiro, Coimbra, Guarda, Lisboa e Madrid. Precisamos de ligações ferroviárias e viárias, falo concretamente das ligações à linha da Beira Alta, ligação Aveiro – Viseu – Salamanca – Madrid e da futura auto-estrada de ligação a Coimbra. Centro Histórico de Viseu. A localização da nova Loja do Cidadão em Viseu, deverá passar o mais rapidamente possível para o nosso centro histórico. Lanço ao alerta ao Poder Central que nos apoie financeiramente para alcançarmos este objectivo. O nosso centro histórico necessita de apoio financeiro para que dinamize. Para além do excelente desempenho e esforços da SRU Viseu, Viseu necessita de algo mais, não será com certeza com ar verbas do MODOCOM, deveremos ter a ajuda do QREN, porque a SRU o merece e todos nós os viseenses. Temos de dar vida ao nosso centro histórico, chamar os cidadãos, turistas e juventude para que visitem o que mais belo há na cidade e se instalem na qualidade de moradores ou empresários. Auto-estrada Viseu – Coimbra. Apesar de todos os esforços feitos no sentido de avançar rapidamente com a ligação em auto-estrada entre Viseu e Coimbra, ainda está tudo por fazer. Por exemplo, os habitantes de Chaves, Vila Real depois de percorrerem a A Vinte e Quatro na sua chegada a Viseu e se queiram dirigir a Coimbra, ou Lisboa, terão por vezes, que atravessar a estrada mais mortífera do País a IP Três, que segundo os últimos estudos do LNEC, as pontes que fazem parte dessa dita via rápida, ou como queiram chamar, eu acho aquilo uma coisa inacreditável, estão quase em risco de colapso. O número crescente de mortes, infelizmente não tem convencido os nossos Governantes a avançar rapidamente com esta infra-estrutura de capital importância. Pronto e acabava a minha intervenção”. -

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte. “Muito obrigado. Não se o Doutor Ruas na qualidade de Presidente da Câmara se quer responder a alguma questão, porque regimentalmente pode fazê-lo”. De imediato dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Eu queria avançar com um esclarecimento ao Doutor Azevedo Pinto que tem a ver com a questão da responsabilidade e lembrar que eu estive com o Senhor Presidente da Associação Comercial, no gabinete do Doutor Pedro Silva Pereira, Ministro da Presidência, exactamente e com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, a falar da Loja do Cidadão. E a impor e a exigir que a Loja do Cidadão mudasse para o centro histórico. Aquilo que foi dito, o que de facto é uma decisão notável, é que sim senhor se fosse a custo zero. Portanto, como nós não somos donos da Loja do Cidadão, naturalmente que se é a custo zero, não pode ser por custos da Autarquia. E já agora, para último argumento que foi atirado hoje, para que não haja mais nenhum argumento da falta de vontade do Governo de mudar a Loja do Cidadão, hoje aquilo que aprovámos nesta Assembleia da compra do edifício que está disponível para a Loja do Cidadão. São dois edifícios disponíveis para a Loja do Cidadão. A não ser também que naturalmente o Governo há-de pagar, como pagam o arrendamento, como pagam neste momento onde está. Portanto, neste momento com esta deliberação, tirámos o último argumento ao Governo. Nem precisa de procurar mais nada. Dois edifícios, o antigo Quartel dos Bombeiros juntamente com o edifício que hoje adquirimos, está disponível para a Loja do Cidadão. Mesmo eventualmente algum serviço que a Câmara tivesse em mente ali disponibilizar fica prejudicado se o Governo quiser lá a Loja do Cidadão. O Senhor Secretário de Estado do Comércio pode agora cumprir a promessa que fez aos viseenses, porque mais que isto, só se nós fizermos a Loja do Cidadão, ou então se substituímos o Governo de uma outra forma, mas isso... Mais do que isso não é possível”. -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras:



**“Muito obrigado aos Senhores Deputados. Dou então por encerrada esta Sessão e até a uma próxima”. -----  
----- A Sessão encerrou às dezanove horas. E do que se passou. Lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**(António Joaquim Almeida Henriques)**